

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais

WAGNER DOS SANTOS SOARES

De inimigo público a herói nacional: representações da
morte de Carlos Marighella

Dissertação de Mestrado

MARINGÁ

2012

WAGNER DOS SANTOS SOARES

De inimigo público a herói nacional: representações da
morte de Carlos Marighella

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá - UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias.

MARINGÁ

2012

WAGNER DOS SANTOS SOARES

De inimigo público a herói nacional: representações da morte
de Carlos Marighella

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá - UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias (orientador)
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dra Isabela Candeloro Campoi
Universidade Estadual do Paraná (Paranavaí)

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori
Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização desta dissertação.

Primeiramente meu orientador, Reginaldo Benedito Dias, por sua orientação segura, criativa e competente.

Aos membros de minha banca de qualificação: Ângelo Aparecido Priori e João Fabio Bertonha, que com suas intervenções e sugestões muito colaboraram para meu crescimento e para o desenvolvimento de minha pesquisa.

Aos membros de minha banca de defesa: Angelo Aparecido Priori e Isabela Candeloro Campoi que aceitaram participar de minha banca examinadora e com suas reflexões e questionamentos trouxeram importantes contribuições para minha dissertação.

Aos colegas de turma e a todos os professores, pelos debates e leituras sempre inovadores. Entre eles quero agradecer de forma especial ao colega Shesmman, que me indicou a biografia sobre heróis e mitos.

A professora Jeanette Cnop que muito me honrou ao fazer a revisão ortográfica de minha dissertação.

Ao grupo de teatro “Oi Nós Aqui Traveis”, em especial a Marta Hass, que me cedeu o roteiro da peça “O Amargo Santo da Purificação” e também o vídeo de uma de suas apresentações.

A Edina Rautemberg , que me indicou a leitura de um de seus artigos sobre a revista “Veja” e a luta armada.

Agradeço a meus pais, Adelino (in memoriam) e Vivaldina, por me ensinarem o caminho do que é certo e justo.

A toda minha família, de forma especial ao meu cunhado e amigo Moacir, pelo incentivo constante e pela amizade sempre presente.

A meus enteados, Jahert e Enzo, que por tantos fins de semana durante a elaboração desta dissertação não puderam contar com minha presença, pois eu não pude compartilhar brincadeiras e horas de lazer.

A minha amada esposa Márcia, pela paciência, pelas palavras e por gestos e atitudes de carinho e apoio em todos os momentos desta pesquisa.

SOARES, WAGNER DOS SANTOS. **De inimigo público a herói nacional**: representações da morte de Carlos Marighella. Dissertação (Mestrado em História). 2012. 136 f. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2012.

RESUMO

Este trabalho visa analisar as diferentes memórias sobre Carlos Marighella, um revolucionário comunista. Ele foi focalizado neste trabalho porque sua biografia mostra um dos líderes das organizações revolucionárias políticas de esquerda, que teve uma trajetória política que gerou grandes controvérsias relacionadas ao período da ditadura militar. A necessidade de uma versão oficial para a sua morte e a ação de uma imprensa ligada à ditadura militar contribuíram para que, ao longo da ditadura, Marighella fosse representado como um terrorista perigoso e um inimigo da nação brasileira. Esta pesquisa retoma o processo de formulação dessa memória oficial sobre ele e que alcançou o seu auge com o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a sua morte. Esta pesquisa observou a existência de mudanças recentes nas representações sociais sobre a morte de Marighella que tendem a caracterizá-lo como um herói. Este trabalho retoma estas mudanças enquanto expressões de conflitos entre agentes políticos de direita e de esquerda que procuram difundir versões opostas e irreconciliáveis sobre a morte de Marighella.

Palavras - chave: Carlos Marighella, guerra de guerrilhas no Brasil, ditadura militar brasileira, Memória, História, representações sociais.

SOARES, WAGNER DOS SANTOS. **De inimigo público a herói nacional**: representações da morte de Carlos Marighella. Dissertação (Mestrado em História). 2012. 136 f. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2012.

Abstract

This work analyzes the different memories of Carlos Marighella, a communist revolutionary. He was targeted because his biography shows one of the leaders of the revolutionary left-wing political organizations, which had a political career that has generated great controversy related to the period of military dictatorship. Both, the need for an official version of his death and the action of a press tied to the military dictatorship helped, along the dictatorship, Marighella be represented as a dangerous terrorist and an enemy of the Brazilian nation. This research incorporates the process of formulating this official memory on it and that reached its peak with the recognition of state responsibility on his death. This study observed the existence of recent changes in the social representations about the death of Mariguella that tend to characterize him as a hero. This study incorporates these changes as expressions of conflicts between political agents of the right and left who seek to spread opposing and irreconcilable versions of the death of Mariguella.

Key - words: Carlos Marighella, guerrilla warfare in Brazil, the Brazilian military dictatorship, Memory, History, social representations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1º - DITADURA, REVOLUÇÕES E GUERRA DE GUERRILHAS	16
1.1.- DO GOLPE DE 1964 À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME.....	16
1.2. A REVOLUÇÃO CUBANA E AS ESQUERDAS NO BRASIL.....	23
1.3.- MARIGHELLA: TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL.....	32
CAPÍTULO 2º A MORTE DE MARIGHELLA	41
2.1. A VERSÃO OFICIAL SOBRE A MORTE DO INIMIGO NÚMERO UM.....	41
2.2. A REPERCUSSÃO NA IMPRENSA: A MORTE DE MARIGHELLA NO “JORNAL DO BRASIL” E NA REVISTA “VEJA”	47
Capítulo 3º CONTESTAÇÕES À VERSÃO OFICIAL	61
3.1 DAS PRIMEIRAS CONTESTAÇÕES À LEI 9.140/95.....	61
3.2. A COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS.....	76
3.3. A LITERATURA APÓS O RESULTADO DA COMISSÃO ESPECIAL.....	93
CAPÍTULO 4º - MARIGHELLA: HERÓI NACIONAL	100
4.1 – REVISITANDO O DEBATE SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	102
4.2. – HOMENAGENS A MARIGHELLA.....	107
CONCLUSÕES	123
ANEXOS	124
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Em novembro de 1968 a revista “VEJA” estampava em sua capa a foto do líder comunista Carlos Marighella. Com o título de “Procura-se Marighella”, a reportagem informava que o regime militar descobrira, por meio de um estudante preso, a ligação de Marighella com assaltos a bancos realizados naquele ano. O ex-deputado fora apontado também como líder de uma organização subversiva. Ainda segundo a revista, Marighella, “o terrorista mais procurado do país e o único capaz de aglutinar todas as esquerdas guerrilheiras” seria caçado por milhares de policiais em todo o país.¹

Um ano depois, em 4 de novembro de 1969, o fundador e líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi morto pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) do Estado de São Paulo. Segundo a polícia, a morte do dirigente comunista aconteceu devido à sua resistência à prisão. Marighella teria reagido, e seus seguranças teriam trocado tiros com os policiais. A polícia informou ainda que havia contado com a colaboração de dois freis dominicanos para o sucesso da emboscada.

A versão que o regime militar construiu para justificar a execução do ex-deputado tornou-se parte da memória oficial sobre o período. A maioria dos jornais e revistas de circulação nacional não contestou a versão do DOPS; ao contrário, ajudou a divulgar que na Alameda Casa Branca morreu o líder máximo do terrorismo no Brasil, o maior inimigo da pátria.

Ao contrário do que aconteceu quatro décadas antes, Marighella hoje não é lembrado, pelo menos não de maneira majoritária, como terrorista e criminoso. Em novembro de 2011 se completaram 42 anos de sua morte, e em dezembro diversas homenagens e atos públicos comemoraram o centenário de seu nascimento. Por iniciativa de setores de esquerda, a memória coletiva tem incorporado o nome do revolucionário ao rol dos heróis nacionais.

¹ A caçada: O general França comanda milhares de policiais em todo o país que estão à procura do líder comunista Carlos Marighella, “Veja”, São Paulo, 20 nov. 1968.

Em relação à historiografia e à literatura em geral, o nome de Marighella está, quase sempre, associado ao período final de sua vida, momento em que rompeu com o PCB (Partido Comunista Brasileiro), partido em que havia atuado por mais de 30 anos, para fundar a Ação Libertadora Nacional (ALN), uma das principais organizações da esquerda revolucionária. Segundo Miranda e Tibúrcio (1999, p.7), a ALN foi “a organização de maior expressão e contingente, entre todos os grupos que deflagraram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973”.

A organização fundada por Marighella mereceu atenção de pesquisadores dedicados ao estudo da história da esquerda brasileira e do regime militar. Seus aspectos teóricos e organizativos, além do histórico da organização, foram analisados por pesquisadores como Gorender (1987), Ridenti (1993), Reis Filho (1985, 1989, 2000, 2004), Rollemberg (2001, 2006, 2007), Mattos (2002), Silva Junior (2005) entre outros. Publicações como **Brasil: nunca mais** (1985) e **Dos filhos desse solo** (1999), ao realizarem trabalho de resgate histórico e de denúncia, expuseram a extensão da violência praticada pelo Estado contra membros da oposição ao regime, focalizando a ALN como uma das organizações mais atingidas.

Além de focar a ALN, diversas pesquisas foram dedicadas à vida e ao pensamento de Carlos Marighella. Para citar alguns exemplos temos a reportagem-bibliográfica de autoria do jornalista Emiliano José (2004) e a coletânea organizada pelos historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (1999). Nos últimos anos, estudos acadêmicos têm retomado aspectos pouco explorados da sua trajetória. Exemplos dessa tendência são os trabalhos de Edson Teixeira Silva Junior (1999) e de Luiz Antonio Sandri (2009). Enquanto Silva Junior propôs em sua dissertação explorar o personagem em suas relações pessoais, com amigos, familiares e companheiros de militância, Sandri, por outro lado, abordou o Marighella parlamentar, atuando na bancada comunista no período pós-guerra².

² A primeira eleição ocorrida no pós-guerra aconteceu ainda em 1945, após o fim do Estado Novo.

Passadas quatro décadas do assassinato, a figura de Carlos Marighella ainda possibilita pesquisas inovadoras, partindo de ângulos diversos. O aspecto abordado em nossa pesquisa concerne ao estudo histórico da disputa de memória em torno do “inimigo número um da ditadura militar”. Por ser esse o tema central de nosso estudo, buscamos analisar como, ao longo de mais de 40 anos, procurou-se reconstruir a morte e a imagem pública do revolucionário.

Mais especificamente, em nossa pesquisa estudamos algumas representações da morte do dirigente comunista agrupando-as, para a finalidade da análise, em dois grandes campos. De um lado temos a versão oficial do regime militar, cuja repercussão na imprensa da época foi extensamente propagada, a qual ainda encontra em nossa contemporaneidade ressonâncias, sobretudo em determinados espectros políticos de direita.

Em outro campo, estudamos as muitas lutas e estratégias utilizadas pelos familiares e militantes de esquerda que buscaram desconstruir a versão oficial, estabelecendo, em contrapartida, uma memória alternativa relacionada a Marighella. Derivada do reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado brasileiro pelo seu assassinato, estamos vivenciando a construção de novas representações para sua memória, cuja principal característica tem sido a constituição do revolucionário como herói nacional.

Cada uma das versões sobre a vida e morte de Marighella representam concepções baseadas em visões de mundo contrastantes. Por meio da disputa pela afirmação de uma verdade histórica, o que está em jogo é qual memória permanecerá e quais verdades se estabelecerão sobre a história recente do Brasil.

Essa disputa de memória sobre o regime militar, suas políticas públicas, símbolos, personagens, defensores ou antagonistas são temas de trabalhos, artigos e livros, dentro e fora do campo acadêmico.

A figura histórica de Carlos Marighella já não se encontra presa às trevas em que o regime militar procurou confiná-la, e hoje sua memória e suas lutas são lembradas, homenageadas, e, por vezes, mitificadas. Atualmente, podemos constatar permanentes reelaborações de sua atuação política no imaginário das esquerdas e das direitas. As esquerdas buscam estabelecer a imagem de Marighella como a do revolucionário exemplar, líder da resistência democrática e herói do povo brasileiro. As direitas, por seu turno, tentam perpetuar sua imagem como o terrorista, o assaltante de bancos, o assassino enfim, um bandido perigoso. Em ambos os casos temos em comum o processo de mitificação. Esquece-se o ser

humano real, que viveu em condições históricas concretas e específicas para, ao congelar o personagem em torno de um mito, utilizá-lo em proveito da disputa política.

Segundo a historiadora Denise Rollemberg, os mitos não servem à História, encontrando-se aí um dos riscos de se escrever biografias: “Na tentativa de compreender o *homem por trás do mito*, o mito por trás do mito, desumanizando os homens, desumanizada a história, a antiga história dos grandes homens” (ROLLEMBERG, 2007, p.14).

Por outro lado, como argumenta a própria Rollemberg, “neste estágio, não estaria aí o trabalho do historiador? Compreender como e por que a memória destes homens assim foi construída?” (ROLLEMBERG, 2007, p.14). É sob esta perspectiva que situamos nossa pesquisa: a compreensão de como e por que foram constituídas determinadas memórias sobre Carlos Marighella.

De fato, permanece em nossa sociedade o embate sobre o passado. A disputa pela memória do regime militar pode ser observada em aspectos do nosso cotidiano. De outra forma, como explicaríamos homenagens a personagens como o delegado do DOPS Sérgio Paranhos Fleury, até recentemente nome de rua na cidade de São Carlos, em São Paulo, ou ainda as insistentes comemorações, nos quartéis, da autoproclamada revolução de 31 de março de 1964?

Portanto, não deveriam causar tanta surpresa manifestações favoráveis à ditadura militar. Manifestações como o polêmico editorial do Jornal Folha de S. Paulo, de 17 de fevereiro de 2009, que classificou o regime militar no Brasil de “ditabranda”³, na realidade desnudam uma realidade que alguns insistem em encobrir.

Em nossa pesquisa estudaremos o assassinato político de Marighella, que foi executado em uma emboscada de rua quando se encontrava completamente dominado, sem condições de reação. Porém, não é essa a nossa problemática, e sim a disputa de memória sobre o personagem, o que ele representava e representa em nossa História. Não objetivamos em nosso estudo descobrir o homem por trás do mito, e sim analisar o processo de constituição do mito em torno de Marighella.

Buscamos dialogar com o passado por meio da análise dos fatos na visão de seus contemporâneos. Porém, não apenas isso para nós, importa debater a história e o papel fundamental da memória em sua construção. Buscamos contribuir para o estudo de como a memória coletiva se constrói e é reconstruída, em meio a disputas permanentes.

³ Para conhecer o editorial indicamos: (<http://www.nucleodenoticias.com.br/2009/02/27/leia-na-integra-o-polemico-editorial-da-folha-de-s-paulo/>). Acesso em 26 mar. 2012).

A problemática de nossa pesquisa, portanto, é a análise da morte de Carlos Marighella, com a disputa pela imagem pública do fato. Consideramos como nossos objetivos específicos:

- Analisar as diferentes repercussões dos eventos da Alameda Casa Branca, onde Marighella foi morto.
- Estudar as representações sobre a morte de Marighella.
- Compreender a disputa de memória existente sobre a figura pública de Carlos Marighella.
- Debater o próprio papel da memória na História.

Em nossa pesquisa procuramos trabalhar com uma quantidade significativa e diversificada de fontes. Variadas referências bibliográficas foram incorporadas para objetivo de análise. Além disso, dialogamos com autores que abordaram questões relacionadas à morte do revolucionário baiano.

Dentre as obras utilizadas se encontram pesquisas e livros específicos, caso da obra organizada pelos historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (1999), e do livro-reportagem de Emiliano José (2004). Também foram usados livros de temáticas mais abrangentes mas que fazem alusão ao tema, entre eles: **Combate nas trevas**, de Jacob Gorender (1987), **A revolução faltou ao encontro**, de Marcelo Ridenti (1993), **A Ditadura Escancarada** de Elio Gaspari (2002), além de diversos trabalhos de autoria de Daniel Aarão Reis Filho (1985, 1989, 2000 e 2004) e Denise Rollemberg (2001, 2006, 2007).

Utilizamos também o relatório final do processo 272/96, analisado pela Comissão de Mortos e Desaparecidos, que reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Marighella. Esse documento pode ser encontrado, em sua versão integral, no livro organizado por Janaina Teles (2001): **Mortos e desaparecidos políticos**: reparação ou impunidade.

Para analisar a versão da extrema-direita sobre a morte de Carlos Marighella utilizamos o projeto “Orvil” (livro ao contrário), que foi produzido em absoluto sigilo pelo Centro de Informações do Exército com o objetivo de servir de contraponto ao **Brasil: nunca mais** entretanto, em razão do veto do então presidente José Sarney, nunca foi publicado. Tendo circulado em poucas cópias, para pequenos grupos de extrema-direita, Orvil foi descoberto pelo jornalista Lucas Figueiredo, autor de **Olho no Olho**: os livros secretos da ditadura (2009).

A revista “Veja” e o “Jornal do Brasil”, que são encontrados inteiramente digitalizados, foram de fundamental importância para analisar não apenas a repercussão da

morte em dois importantes órgãos de imprensa, mas também as representações que ambos fizeram de Marighella. Esse debate adquire especial relevância ao observarmos o universo semântico em que as publicações se inserem, ao eleger determinados termos e palavras para se referir ao líder da ALN, aos guerrilheiros, e sua antítese, a repressão política encarnada em figuras como o delegado Fleury e os agentes do DOPS.

A opção pelos dois órgãos jornalísticos deveu-se à decisão de utilizarmos tão somente um diário e um semanário, ambos de circulação nacional, em nossa pesquisa, para efeito de obtenção de uma visão panorâmica da atuação da chamada grande imprensa no episódio envolvendo o assassinato de Marighella.

Procedemos também à análise de fontes cinematográficas, documentários, filmes, e outras representações. Entre os materiais analisados estão o documentário “Marighella: retrato falado do guerrilheiro”, de Silvio Tendler (2001); o roteiro da peça “O Amargo Santo da Purificação”, espetáculo do grupo “Oi Nós Aqui Traveiz”; e o filme “Batismo de Sangue”, de Helvécio Ratton (2007).

Também enfocamos algumas homenagens realizadas por agências oficiais (assembleias estaduais, Governo Federal e Congresso Nacional) a Carlos Marighella. Essas homenagens estão inseridas nas iniciativas que contribuem para o culto a Carlos Marighella como herói nacional.

Ao desenvolvermos nossa reflexão, utilizamos a noção de representação dentro da perspectiva elaborada por Roger Chartier, segundo a qual ela é entendida como classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Embora as representações do mundo social aspirem à universalidade, elas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as construíram (CHARTIER, 1990).

Segundo Chartier, as representações estão inseridas “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, em um sistema de “lutas de representações” (CHARTIER, 1990, p. 17). De acordo com Barros (2005), “estas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano” (BARROS, 2005, p.15).

Buscamos, com nossa pesquisa, contribuir para o campo que René Rémond (1996) denominou de **Nova História política**. Em nossa concepção, um dos principais aspectos dessa renovação, na qual nossa pesquisa se encontra inserida, relaciona-se com o crescente reconhecimento da importância de “elementos do imaginário na mobilização política, implantação, consolidação e legitimação de diferentes sistemas de governo” (BONAFÉ, 2008, p.17). Segundo o historiador Jorge Ferreira (2002), com o estudo de imagens, símbolos e mitos que permitem que as sociedades interpretem sua realidade social e reflitam sobre a legitimidade do poder que as rege, ou então desqualifiquem esse poder, a Nova História política procedeu a um importante deslocamento do tradicional enfoque envolvendo as esferas do poder (FERREIRA, 2002, p.15).

O período do Regime Militar tem sido objeto tradicional de estudos históricos por parte de cientistas políticos, sociólogos e historiadores em geral. A dedicação da comunidade científica desnuda a relevância do tema proposto. Importa salientar que a pesquisa sobre o período em voga retoma um momento crucial para os rumos ulteriores da História do Brasil, definindo, inclusive, muitos de seus aspectos mais profundos.

Embora haja registro de estudos particularmente sobre Marighella e a Ação Libertadora Nacional, existe ainda a necessidade de pesquisas para se aprofundar a questão de maneira a oferecer enfoques diversificados, como é o nosso escopo.

Para realizar este estudo, dividimos a análise em quatro capítulos.

O primeiro capítulo aborda o contexto histórico no qual nossa temática se insere. Objetivamos, em primeiro lugar, destacar algumas pesquisas que trabalharam questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar. Em seguida, abordamos a influência da revolução cubana sobre as esquerdas no Brasil. Por fim, realizamos uma breve retrospectiva da trajetória política de Carlos Marighella.

O segundo capítulo discute a construção da versão oficial sobre sua morte. Analisamos relatórios e documentos produzidos pela polícia política e por setores das forças armadas. Também estudamos as representações que dois órgãos de imprensa, a revista “Veja” e o “Jornal do Brasil”, produziram sobre a morte de Marighella e o significado de sua luta política.

No terceiro capítulo debatemos a desconstrução da memória oficial sobre Marighella. Enfocamos o processo de contestação da memória construído pela ditadura. Por meio do estudo dos trabalhos da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

verificamos as principais polêmicas e discussões ocorridas durante o julgamento do processo referente à morte de Marighella.

O quarto capítulo teve como objeto de reflexão as novas representações envolvendo Carlos Marighella, as quais têm como principal característica a constituição do dirigente comunista como um herói nacional, alguém que se sacrificou por seu povo. Para realizar esse debate analisamos algumas homenagens prestadas a ele, especialmente no ano de 2011, quando se comemorou o centenário de seu nascimento.

CAPÍTULO 1º - DITADURA, REVOLUÇÕES E GUERRA DE GUERRILHAS

1.1.- DO GOLPE DE 1964 À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME

Para a compreensão do contexto em que se insere o tema de nosso trabalho faz-se necessário debater o golpe de 1964 e a chamada ditadura militar. A historiografia brasileira tem há muito se debruçado sobre o período em questão, e tem procurado por meio de diversas pesquisas analisar esse momento de nossa história. Embora o objetivo central deste trabalho não seja realizar uma exaustiva revisão bibliográfica sobre a historiografia brasileira relacionada ao tema, buscaremos, nas próximas páginas, destacar aspectos de algumas dessas pesquisas, a partir da problemática eleita para análise.

Para introduzir esse debate partiremos das discussões propostas pelo historiador Carlos Fico em seu livro **Além do golpe: versões e contraversões sobre 1964 e a ditadura militar**. Nessa obra Fico passa em revista diferentes interpretações historiográficas sobre os temas enunciados no título da obra, analisando a literatura sobre o golpe e as “polêmicas e imprecisões sobre a ditadura militar” (FICO, 2004, p.10)⁴.

A análise resgata a trajetória de nossa literatura sobre a ditadura, observando o autor que os primeiros a se dedicar à temática foram estudiosos de outras áreas, sobretudo os cientistas sociais, e não propriamente os historiadores.⁵ Entre as hipóteses que explicariam esse fato Carlos Fico destacou: as dificuldades referentes à chamada “história do tempo presente”, a cautela dos historiadores para analisar fenômenos recentes ou contemporâneos, e também a carência de fontes documentais.

⁴ Para uma síntese diferenciada sobre as diversas interpretações envolvendo o golpe de 1964 ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: Temporalidades e Interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois. Bauru: Edusc, 2004.

⁵ Como aponta Fico, uma das raras exceções foi o trabalho desenvolvido pelo historiador norte-americano Thomas Skidmore, que em 1966 lançou *Politics in Brazil, 1930-1964*, intitulado no Brasil como, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Em relação aos sociólogos, merecem destaque os trabalhos de Otávio Ianni, Francisco de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso e Maria da Conceição Tavares.

O jornalismo e a memorialística foram os primeiros gêneros a se destacar na literatura sobre a ditadura. Jornalistas foram responsáveis por denúncias reveladoras em meio ao vendaval do pós-golpe. Por outro lado, foi a memorialística a responsável pela apresentação do período ao grande público, partindo, obviamente, das experiências vividas, primeiramente por aqueles que estavam ao lado do regime, e, a partir de fins da década de 1970, memórias daqueles que participaram da chamada luta armada, os quais, com a Lei da Anistia, retornavam do exílio e, ou foram deixando os presídios que em se encontravam⁶ (FICO, 2004).

Apenas nas décadas de 1970-1980, quando ocorreu, segundo a expressão de Fico e Polito, a fase de “profissionalização da pesquisa histórica brasileira” (FICO, 2004, p.21), passamos a ter uma produção densa e permanente, de caráter historiográfico, sobre o regime militar. Partindo de pressupostos teóricos específicos na historiografia brasileira procurou-se caracterizar e conceituar a ditadura militar e também o golpe que a introduziu. Dentro dessa perspectiva Fico divide as pesquisas realizadas em três campos principais: estudos que privilegiam aspectos macros, pesquisas que se concentram na luta política, e ainda análises que buscam na percepção dos militares a motivação para a deposição do governo Goulart.

Dentre as vertentes analíticas que se debruçaram sobre o tema, gostaríamos de destacar pesquisas inseridas dentro da concepção marxista da História. Partindo da percepção de que o golpe militar de 1964 estava inserido em um contexto mais amplo, de mudanças estruturais no capitalismo internacional, a historiografia de matriz marxista marcou significativamente as pesquisas sobre a temática. De acordo com pesquisadores adeptos a ela, o regime militar brasileiro, assim como os demais regimes militares latino-americanos, somente pode ser compreendido como decorrência de ajustes no interior do capitalismo.

Entre os trabalhos vinculados a essa corrente destaca-se, por sua originalidade, a tese de doutorado de René Dreifuss, “1964: a conquista do Estado” (1981), um verdadeiro divisor de águas dentre os estudos historiográficos sobre o golpe de 1964. Partindo da utilização de conceitos gramscinianos, o cientista político uruguaio analisou a ampla articulação empresarial que se organizou tendo como objetivo a desestabilização do governo Goulart e sua deposição. Em Dreifuss, o golpe de 1964 é visto como ponto culminante de um

⁶ Entre as memórias de militares os destaques são os livros de Hugo Abreu e Jaime Portella de Mello que entre outras coisas revelaram as cisões internas nas Forças Armadas. Entre as memórias de ex-guerrilheiros destaque para os livros de Fernando Gabeira e de Alfredo Syrkis, ambos grandes sucessos editoriais lançados em 1979 e 1980, respectivamente.

movimento civil-militar, e não simplesmente uma tomada de poder pelas Forças Armadas para favorecer os interesses das classes dominantes.

Segundo Dreiffus (1981), a articulação que preparou caminho para o golpe buscava a realização dos interesses do chamado “bloco multinacional associado”, e para isso tratou de fragilizar João Goulart e a aliança que o sustentava, por meio de uma campanha ideológica que esvaziou o apoio ao Executivo e reuniu as classes médias contra o governo.

Segundo Denise Rollemberg (2007), um dos exemplos da influência da obra de Dreiffus na academia está no fato de que desde “1964: a conquista do Estado”, muitos historiadores e cientistas políticos passaram a se referir ao golpe como civil-militar, destacando assim a decisiva participação de setores civis na queda de Goulart. Embora reconheça a importância do trabalho desenvolvido por Dreiffus, para Fico o golpe não foi tão organizado conforme aparece em “1964”. Fico afirma que, se por um lado “a desestabilização civil foi bastante articulada, (...) a ação militar não foi inteiramente planejada, ficando à mercê de iniciativas de algum modo imprevistas” (FICO, 2004, p.42).

Outro aspecto em que o autor apresenta divergências refere-se à caracterização do regime implantado com o golpe de 1964. Segundo Fico (2004), muito embora os estudos realizados tendo Dreiffus como precursor, tivessem demonstrado que a preparação do golpe de 1964 foi de fato “civil-militar”, do seu ponto de vista com os militares no poder o que se estabeleceu foi uma genuína ditadura militar. Várias características dessa ditadura comprovariam essa linha de argumentação, como a preponderância dos militares na montagem do novo governo, a crescente militarização do regime, o papel desempenhado pelos militares nas atividades repressivas, assim como a institucionalização do aparato repressivo (Fico 2004).

Fato indiscutível é que o golpe que resultou na deposição do governo constitucional de João Goulart pôs fim também ao regime político instalado após o fim do Estado Novo. A ruptura de 1964 resultou em uma ditadura de 21 anos⁷.

⁷ Muito embora a maioria dos historiadores concorde com o fato de a ditadura militar ter durado de 1964 a 1985, Daniel Aarão Reis Filho (2010) propõe uma periodização diferente. Segundo ele, a ditadura militar teria terminado em 1979, com o fim dos Atos Institucionais, restabelecimento das eleições, alternância de poder, fim da censura prévia, liberdade de imprensa, livre organização sindical e partidária.

Para aqueles que realizaram ou apoiaram o movimento desencadeado em 31 de março, as justificativas para a deposição de Goulart foram diversas, mas que, de forma geral, podem ser sintetizadas em alguns tópicos:

a) A situação “caótica” em que o país estaria inserido, em um contexto de crise econômica somada à agitação no campo, sob a liderança das Ligas Camponesas, e nas cidades sob a liderança do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o que teria provocado a reação e a mobilização da sociedade brasileira.

b) Os riscos causados pela quebra na disciplina e pelo desrespeito à hierarquia militar, fato que teria ficado patente nos episódios envolvendo a mobilização de marinheiros e oficiais de baixa patente da Marinha, e que, na avaliação da alta hierarquia das forças armadas, teria contado com o apoio ou, no mínimo, com a conivência do governo. O quadro de indisciplina e desordem teria provocado a união entre as três armas contra o governo de João Goulart.

c) Os riscos de “comunização” do Brasil, em razão da crescente influência de setores da esquerda radical no governo.

Como demonstrou Dreifuss (1981), a conspiração que culminou em 31 de março de 1964 foi fruto de um longo processo que envolveu o enfraquecimento e a fragilização do regime e da presidência da República, processo esse desenvolvido por setores da sociedade civil articulados em torno de institutos como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), compostos, à época, por setores do empresariado brasileiro e por pessoas ligadas ao capital multinacional.

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), tivemos em meio a esse processo uma combinação entre os interesses econômicos da aliança de classes que apoiaram o golpe de 1964 e as concepções, de militares e civis, dos defensores da Doutrina de Segurança Nacional, para que se impusesse um Estado autoritário no Brasil.

Em relação ao papel desempenhado pelos EUA no golpe, o governo desse país acompanhou tudo de perto, e com muito interesse, como comprova documentação liberada pelo Departamento de Estado Norte-americano. O presidente Lyndon Johnson estava muito bem informado, e sabia com antecipação da movimentação dos golpistas.

De acordo com os referidos documentos, que incluem trechos de conversas entre o presidente e seus assessores, o governo norte-americano chegou a organizar uma operação que, em caso de necessidade, caso houvesse uma guerra civil, estaria pronta para sair em apoio aos golpistas de 1964. Segundo Costa Couto (1999), a chamada operação Brother Sam,

discretamente deflagrada pelos Estados Unidos no final de março de 1964, consistia em apoio logístico ao golpe. Incluiria um porta aviões, o Forrestal, seis destróieres, quatro petroleiros, navio para transporte de helicópteros e esquadrilhas de aviões de caça. Como não houve resistência, a operação foi cancelada.

Com a queda do presidente João Goulart, uma Junta Militar reteve o poder de fato, apesar de o presidente do Congresso Nacional, Ranieri Mazzili, ter sido empossado na presidência após a declaração de vacância do cargo. Em seus primeiros pronunciamentos, os membros da Junta enfatizaram seus objetivos: a restauração da legalidade, o reforço às instituições democráticas, ao mesmo tempo em que se esforçariam para erradicar os perigos relacionados ao comunismo e à subversão.

Segundo Alves (1984), a Junta Militar iniciou, ainda em 1964, um processo que visava pôr em prática as principais linhas teóricas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), desenvolvida na Escola Superior de Guerra durante aproximadamente 25 anos. Segundo Moreira Alves, a DSN defendia que a segurança interna devia ser compreendida como fator essencial para o sucesso de um governo, sendo o controle da sociedade e a localização dos inimigos internos fatores fundamentais nessa política.

A imposição dos princípios da DSN por meio da eliminação do inimigo interno eram, obviamente, incompatíveis com os desejos expressos pela Junta Militar, ao menos em nível retórico, os quais se comprometiam com o restabelecimento da legalidade e com o fortalecimento das instituições democráticas. Dias após a queda de João Goulart, em 9 de abril, o Ato Institucional número 1 cassava mandatos e direitos políticos de pessoas ligadas ao regime deposto e decretava estado de sítio, abrindo caminho para a ditadura militar.

Buscando uma futura “operação limpeza”, o ato garantiu também o controle do Judiciário, suspendendo ainda os direitos individuais. Para institucionalizar a transferência de poder para as Forças Armadas foi criado o Colégio Eleitoral, cuja responsabilidade seria a de indicar o novo presidente da República.

Entretanto, não havia entre os militares um consenso sobre a extensão do novo regime. Para a linha representada por Castelo Branco, eleito presidente por um Congresso Nacional enfraquecido pelos expurgos do AI-1, a intervenção militar seria temporária, com um rápido retorno à normalidade democrática, enquanto para a chamada linha dura o regime deveria prolongar-se, exigindo “um processo revolucionário permanente” (Borges, 2007, p.22). De acordo com Borges (2007), a discussão sobre devolver o poder político aos civis ou permanecer no papel dirigente se encerraria com a posse de Costa e Silva em 1967 e com a

posterior publicação do AI-5 em dezembro de 1968, quando já não restariam mais dúvidas a respeito de qual posição saiu vitoriosa no interior das Forças Armadas.

Porém, retornemos a 1964, quando o regime iniciou a “operação limpeza”, utilizando-se para isso de expurgos e inquéritos policiais militares para investigar suspeitos de subversão. Os expurgos nas Forças Armadas, na burocracia estatal, além da repressão ao movimento estudantil, sindical e camponês, constituíram as armas mais utilizadas nesse processo repressivo.

Para melhor coordenar o trabalho de repressão e de coleta de informações foi criado o SNI (Serviço Nacional de Informações), cujo primeiro organizador foi o general Golbery do Couto e Silva. De acordo com Costa Couto (1999), com o tempo o SNI se tornaria um poder paralelo ao Executivo, um braço forte da repressão, utilizando para isso todos os métodos possíveis e disponíveis.

Ao mesmo tempo, o governo militar iniciara, ainda em 1964, um processo de institucionalização do novo regime e da Doutrina de Segurança Nacional. Com a aprovação da nova Constituição, em 1967, votada por um Congresso submisso e limitado pelo bipartidarismo, as medidas adotadas pelos Atos Institucionais foram incorporadas à Carta Magna, garantindo, dessa maneira, amplos poderes ao Executivo, ao mesmo tempo em que transformava as medidas excepcionais em constitucionais. A ditadura se institucionalizava.

Cabe também aqui um registro se o Congresso permaneceu aberto e funcionando durante boa parte do regime militar, isso se deveu unicamente à necessidade dos donos do poder de manter as aparências democráticas, uma vez que todas as decisões importantes estavam, na realidade, nas mãos do Alto Comando Militar. Entretanto, é necessário salientar que, apesar de sua fragilidade, setores do Congresso Nacional apresentaram, em alguns momentos, sinais de resistência. Um dos mais significativos deles foi a negativa dos parlamentares de permitir que o regime processasse e cassasse o deputado Marcio Moreira Alves, fato que foi usado como umas das justificativas para o AI-5.

Em busca de uma caracterização para as duas décadas seguintes podemos afirmar, com o historiador Leandro Brunelo (2009), que a instauração do regime militar no Brasil se caracteriza como um ciclo de autoritarismo, perda de direitos individuais e repressão. Ao mesmo tempo em que isso ocorria, o regime buscava se legitimar como democrático, ao permitir a existência de uma oposição controlada e de eleições sob a tutela do governo.

Outra fonte de legitimação, segundo Brunelo, teria sido o crescimento econômico existente, além da manipulação em relação a essa realidade. O autor faz questão de ressaltar que o crescimento não era sustentável e nem era para todos, e mesmo assim a maioria da

população teria se entregado à propaganda governamental, com exceção de pessoas diretamente envolvidas com a política e também de grupos de esquerda (Brunelo,2009).

Em relação à economia, o regime adotou medidas duras e recessivas. O aperto de cintos foi apresentado como solução diante do endividamento externo e interno do país. Segundo Dias (2003), a ditadura iniciou um processo de modernização conservadora, buscando um desenvolvimento baseado na associação com o capital internacional e caracterizado pela concentração de renda.

Como resultado das políticas recessivas e repressivas do governo militar, os movimentos sociais se reorganizaram, atingindo seu ápice em 1968, durante o governo Costa e Silva, com as greves de Contagem e Osasco e com a Passeata dos Cem Mil, organizada pelos estudantes, que contou com a participação de diversos setores sociais. Também a oposição política procurou se agrupar, formando a chamada Frente Ampla, que contou com a presença dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e também do ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda, antes um defensor e aliado dos golpistas. Nas grandes cidades, organizações revolucionárias iniciaram nesse período ações vinculadas à guerrilha urbana.

Com o clima político em ebulição, o regime militar reagiu editando o chamado Ato Institucional de número 5, que fechou o Congresso Nacional, voltou a cassar direitos políticos, suspendeu o direito do *habeas corpus* e garantiu o recrudescimento das operações repressivas. O chamado “golpe dentro do golpe” radicalizava a ditadura e abria caminho ao período mais cruento de repressão política.

É verdade que desde o golpe de 1964 o clima era de repressão porém, foi sobretudo a partir de 1968, com o AI-5, que novos órgãos foram criados, ou reestruturados, para fortalecer o sistema nacional de informações e de controle interno, caso dos DOI (Destacamento de Operações de Informações) – CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica), CIE (Centro de Informações do Exército), OBAN (Operação Bandeirantes), além dos DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). Todos esses órgãos eram subordinados, pelo menos teoricamente, ao SNI (Serviço Nacional de Informações), que dentro da estrutura repressiva estava diretamente ligado à Presidência da República.

Verdadeiros tentáculos do regime militar foram financeiramente mantidos pelo Estado e por setores do empresariado. Em nome da Doutrina de Segurança Nacional, a

repressão dizimou boa parte da esquerda, armada ou não, atingindo também aqueles que manifestavam críticas à nova ordem estabelecida.

A prática da tortura institucionalizou-se, e por meio dela centenas de militantes foram presos, sequestrados, assassinados. Entretanto, nas notas oficiais das secretarias de segurança divulgavam-se apenas suicídios, atropelamentos, tiroteios e execução pelos próprios companheiros.

A propaganda oficial alertava para os riscos que o cidadão comum corria diante da presença dos chamados “subversivos”, que pretendiam, segundo a ditadura, destruir lares e tradições, lançando o país na aventura comunista. Cartazes eram colocados nas ruas e em locais públicos, e a população era estimulada a denunciar qualquer atitude suspeita. Em contrapartida, o chamado “milagre brasileiro” e as grandes obras públicas eram apresentados pelo regime como prova de que o país oferecia grandes oportunidades e que melhorava a vida dos brasileiros sob a tutela dos militares. O otimismo e o orgulho em relação ao futuro do Brasil eram os sentimentos mais evidenciados nas campanhas oficiais do governo.

1.2. A REVOLUÇÃO CUBANA E AS ESQUERDAS NO BRASIL

A década de 1960 foi marcada por novas perspectivas para o socialismo na América Latina. O caminho armado era apresentado como alternativa para a tomada do poder. Do ponto de vista teórico e organizativo, as guerrilhas, sob inspiração cubana, acreditavam ter ocupado o espaço antes reservado aos partidos comunistas tradicionais: o papel de vanguarda da revolução.

Segundo Juan Carlos Portantiero, a década de 1960 foi um marco para o socialismo na América Latina, pois foi nesse período que se iniciou uma nova etapa. Esse foi um momento marcado pela revolução cubana e pela força de suas ideias, sintetizadas no “castrismo”, uma fusão de nacionalismo e socialismo, e no “guevarismo”, inspiração de ação política (Portantiero, 1983).

Coube ao intelectual francês Régis Debray (1967) o papel de formulador de uma nova teoria, que tentava explicar e sistematizar a experiência cubana. Debray (1967) criou a teoria do foco revolucionário, uma simplificação extrema do riquíssimo e complexo processo revolucionário cubano.

Na visão de Debray, a principal novidade da revolução cubana seria o papel exercido pela guerra de guerrilhas. Segundo a teoria do foco revolucionário, a guerrilha era alçada à condição de linha política primordial para a derrubada do poder capitalista, em toda a América Latina. O exemplo cubano demonstraria que, nas condições em que se encontravam os países latino-americanos, somente a guerrilha criada a partir de um foco, pequeno grupo de combatentes isolados, encontraria condições objetivas de se tornar a principal força política para, no momento certo, após anos de acúmulo, tornar-se núcleo do exército rebelde e do futuro estado socialista (Debray, 1967).

Para Debray, a revolução latino-americana e sua vanguarda, a revolução cubana, realizaram um avanço em relação à experiência revolucionária internacional e ao marxismo-leninismo. Não havia mais razão para fazer separação entre a instância política e a militar: a guerrilha formaria um “todo orgânico” (Debray, 1967). Debray afirmava ainda que a guerra de guerrilha havia se transformado em um instrumento de novo tipo, não havendo mais sentido se apegar a antigas fórmulas.

Segundo o intelectual, com o exemplo cubano a guerrilha havia deixado de ser apenas o braço armado de um partido ou de uma frente política. A guerrilha passava à condição de “partido em gestação”. Na formulação de Debray, a guerrilha tomava o lugar do partido no seu papel de vanguarda. Para ele “uma guerrilha não pode se desenvolver sem que se converta em vanguarda política”; ou ainda, a guerrilha seria “um pequeno motor pondo em marcha o grande motor das massas” (Debray, 1967, p. 85-87).

O rompimento com o modelo tradicional de partido de vanguarda era contundente. A guerrilha era a nova vanguarda, o partido em gestação, o núcleo do futuro estado socialista. Segundo a teoria do foco, manter-se na defesa do partido seria se apegar a uma estrutura já superada pela experiência cubana.

Cuba clamava aos revolucionários latino-americanos: era o momento de pegar em armas e transformar a América Latina, segundo a expressão de Che Guevara, em “um, dois, três Vietnãs”. Nesse contexto, o governo revolucionário de Cuba organizou em 1967, ano da morte de Che em selvas bolivianas, a OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), uma tentativa de tirar o regime do isolamento em que se encontrava, buscando ao mesmo tempo apoio político ao projeto cubano de revolução continental.

A disputa em torno de quem caberia o papel de vanguarda política e o desprezo ao partido, demonstrado nos escritos de Debray e Che Guevara, garantiram uma oposição aberta entre o projeto de revolução continental defendido na OLAS e os partidos comunistas latino-americanos. A isso se somava o fato de a União Soviética defender, à época, a coexistência

pacífica com o bloco capitalista, o que naturalmente afastava a luta armada do horizonte mais próximo.

No Brasil esse debate teve forte impacto: o PCB (Partido Comunista Brasileiro), principal força hegemônica da esquerda brasileira no período pré-1964, entrou em profunda crise após o golpe militar. Caracterizada, pela oposição interna, pelo suposto apoio incondicional ao governo de Jango e pela ausência de resistência ao golpe de 1964, a direção do PCB passou a sofrer duras críticas e contestações.

Após tentar, sem sucesso, modificar a linha política do PCB, a oposição foi derrotada, e seus principais dirigentes, expulsos. Entretanto, mesmo antes de 1964 a década de 1960 já possuía como uma de suas marcas a grande fragmentação das esquerdas brasileiras em dezenas de novos grupos e organizações, que passaram a compor aquilo que Daniel Aarão Reis Filho (1985) chamou de nova esquerda, a qual segundo sua definição consistiria em:

organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro – PCB – e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista (REIS FILHO, 1985, p.7).

Nesse processo podemos destacar o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Política Operária (POLOP) e Ação Popular (AP). Após o golpe de 1964 e os rachas no interior do PCB, duas foram as organizações lideradas por antigos comunistas que mais tiraram militantes do partido em todo o país: a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), liderado por Mário Alves e Apolônio de Carvalho. Também surgidas no interior do PCB, as chamadas dissidências estudantis acabaram gerando novas organizações armadas.⁸

Outras organizações de esquerda também sofreram com cisões e rupturas nesse mesmo período. Do PC do B, Partido Comunista do Brasil, surge a Ala Vermelha do PC do B; de um racha da POLOP, Política Operária, sai um grupo que, reunido com militares egressos do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário, viriam a fundar a VPR, Vanguarda Popular Revolucionária. Isso para ficarmos apenas em alguns exemplos.

⁸ Entre as organizações originárias das chamadas dissidências estudantis os destaques são a dissidência da Guanabara, que mais tarde, quando do sequestro do embaixador dos EUA, passou a se intitular MR-8, (Movimento Revolucionário 8 de outubro), e também a dissidência de São Paulo, que acabou se incorporando à ALN.

Essa proliferação de organizações se explica pela análise recorrente em setores majoritários dessa nova esquerda. De forma geral, esses novos agrupamentos acusavam o fracasso dos projetos das organizações existentes antes do golpe (em especial PCB, PC do B, POLOP e trabalhistas), ao mesmo tempo em que não concordavam com aquilo que denominavam “imobilismo” dos componentes dessas siglas.

Baseando-se nos apontamentos de Marco Aurélio Garcia (1979), o pesquisador Marcelo Ridenti (1993) propôs três coordenadas para a compreensão das diferenças existentes entre as organizações revolucionárias surgidas nesse momento: o caráter da revolução brasileira, suas formas de organização e as formas de luta por elas adotadas.

Sobre o primeiro aspecto, Ridenti (1993) considera que organizações como a ALN e o PCBR se mantiveram próximas das concepções elaboradas pelo VI Congresso da Internacional Comunista em 1928, que afirmou serem necessárias duas etapas para a revolução em países coloniais e semicoloniais, estando o Brasil incluído nessa caracterização.

O PCB havia adotado essa resolução, desde então afirmando que os resquícios feudais, representados pelo latifúndio e por seu aliado, o imperialismo, eram os principais entraves para o pleno desenvolvimento capitalista do Brasil. Isso exigiria, sob tal prisma, uma revolução em duas etapas: a primeira, burguesa ou de libertação nacional, e a segunda, de caráter socialista.

ALN e PCBR mantiveram em linhas gerais essa concepção. Entretanto, divergiam do PCB quanto à liderança desse processo: para a ALN, por exemplo, ela caberia aos grupos revolucionários, identificados com as lutas dos camponeses e operários, em aliança com outros setores sociais ditos progressistas. Segundo a interpretação dos dissidentes, para o PCB, de forma implícita, essa liderança caberia à chamada burguesia nacional.

Para a ALN, o caráter da revolução em sua primeira fase seria de libertação nacional. Por outro lado, documentos da organização apresentavam algumas nuances em relação à análise clássica do PCB, afirmando que, em virtude das condições brasileiras, nas quais os capitalistas estavam aliados ao imperialismo, o caráter da luta devia assumir também um aspecto anticapitalista, com a substituição da burguesia, então no poder, por um governo popular revolucionário armado.

Outras organizações, entretanto, advogavam a necessidade de a revolução ser imediatamente socialista, por não enxergarem resquícios feudais no Brasil, e em razão de o capitalismo, em crise, não oferecer mais possibilidades de desenvolvimento para a sociedade brasileira. Dentre os agrupamentos defensores dessa concepção podemos indicar o MR-8 e a VPR.

Segundo Ridenti (1993), a segunda coordenada, a forma de organização, seguia dois modelos diferentes entre as organizações da nova esquerda. De um lado, havia agrupamentos que apregoavam a necessidade de um partido político de vanguarda nos moldes tradicionais, que deveria liderar o processo de combate à ditadura e o de revolução social, como foi o caso do PCB.

Entretanto, para organizações como a ALN, o partido político deveria ser dispensado na etapa inicial da luta, sendo substituído pelos grupos guerrilheiros. Para a ALN essa teria sido uma das principais contribuições do processo revolucionário cubano.

Apesar de estar em consonância com a teoria do foco revolucionário, essa concepção era negada pela ALN. Em seus documentos prefere-se negar essa influência e adotar, pelo menos em teoria, uma versão adaptada à realidade brasileira.

Em relação à terceira coordenada proposta por Ridenti à forma de luta, as organizações surgidas nesse contexto eram adeptas, em sua maioria, da luta armada. Essa tática, no caso dos grupos de inspiração cubana, previa a implementação da guerra revolucionária em duas etapas; a primeira nas cidades, e a segunda, e decisiva, no campo. Agrupamentos que se espelhavam na Revolução Chinesa, por outro lado defendiam que a luta armada devia ocorrer apenas no campo, repetindo assim a fórmula maoísta de cerco das cidades pelo campo. Em ambas as situações, entretanto, as organizações, seja de inspiração cubana ou chinesa, descartavam a concepção pacifista do PCB, que rejeitava a luta armada e pregava o caminho pacífico para se retomar a democracia pré-1964.

Entre as principais fontes de inspiração para o imaginário das novas esquerdas, os processos revolucionários em Cuba e China, a Guerra do Vietnã, além da luta pela independência da Argélia se destacavam. Entretanto, a maior influência sem dúvida, foi a da revolução cubana.

Segundo Jean Rodrigues Sales (2005), a influência de Cuba e a do processo revolucionário iniciado em 1959 podem ser sentidas, sobretudo, na definição pela luta armada contra a ditadura militar, e na adoção do socialismo como bandeira por muitos dos agrupamentos guerrilheiros.

Ainda sobre esse tema, para Marco Aurélio Garcia (1979) a revolução cubana foi um verdadeiro divisor de águas na esquerda brasileira. Justificando o tamanho do impacto do processo revolucionário cubano, Garcia propôs a divisão da história da esquerda no Brasil em três períodos: o primeiro deles teve a revolução russa como evento fundador, momento marcado pelo surgimento do PCB em 1922; o segundo, a geração da luta armada, fortemente

inspirada no exemplo e na mística da revolução cubana; e por fim, a geração que o autor chama de esquerda social, tendo como marco a formação do Partido dos Trabalhadores.

Em relação à cronologia proposta por Garcia (1979), devemos atentar para o fato de que ela também faz parte de uma memória construída, uma vez que coloca o PCB como marco fundador das esquerdas, desconsiderando o papel, entre outros, do anarco-sindicalismo, tão combativo no início do século XX. Em verdade, tal cronologia está vinculada a uma concepção que considera o comunismo, representado pelo PCB, como uma superação histórica do anarquismo, tido como uma forma ineficaz e débil de luta política, por não ter o partido como a vanguarda necessária para a luta dos trabalhadores.

De toda forma, se a história da esquerda no Brasil não nasce com o PCB, não há como negar que ao longo das décadas o partido comunista exerceu um papel paradigmático entre as diversas esquerdas. Isso fica demonstrado na própria história das organizações concorrentes ao comunismo oficial, caso dos trotskistas na década de 1930, do PC do B no início da década de 1960, além, é claro, dos muitos agrupamentos guerrilheiros do período posterior a 1964. Não devemos nos esquecer de que mesmo organizações surgidas fora da esfera política e ideológica do marxismo-leninismo, caso da Ação Popular e das Ligas Camponesas, elas se propunham como alternativa a linha política adotada pelo PCB.

De forma geral, as organizações revolucionárias que optaram pela luta armada partiam do pressuposto de que o capitalismo no Brasil havia entrado em sua crise final, sendo o latifúndio e o imperialismo os entraves definitivos para o desenvolvimento dentro dos marcos da sociedade capitalista. De acordo com essa concepção, a ditadura militar era entendida como forma encontrada pelas elites nacionais e pelo imperialismo para se manter no poder, garantindo dessa forma a sobrevivência de um sistema falido.

As condições objetivas estariam dadas para a revolução social. Eram necessárias apenas as condições subjetivas, ou seja, a vontade de fazer a revolução, por parte das forças sociais por ela beneficiadas (Gorender, 1987).

De acordo com a maioria das organizações, as condições subjetivas poderiam ser criadas pelos grupos guerrilheiros, como uma centelha lançada à palha. Trata-se do foco revolucionário presente na prática, mesmo que negado na teoria.

Sobre a real influência da revolução cubana, Sales (2005) afirma que organizações como ALN, PCBR, MR-8, PC do B - Ala Vermelha e COLINA, em maior ou menor grau, dialogaram com as ideias de Guevara e Debray, sem, no entanto, obter sucesso na adaptação do foquismo à realidade brasileira. Entretanto, para Sales (2005) pouco importa se na prática nenhuma das organizações diretamente influenciadas pelas ideias da revolução cubana tenha

conseguido implantar uma guerrilha rural para que assim comprovemos a influência das ideias advindas de Cuba. O fato é que, por meio da crítica ou da adesão, o projeto revolucionário advindo de Cuba foi debatido, e suas contribuições utilizadas pelos partidos e organizações de esquerda durante a década de 1960.

Entre todas as organizações da esquerda armada a ALN se destacou por ser um dos mais atuantes e militaristas agrupamentos revolucionários do período. Sua concepção de organização rejeitava as formas tradicionais do partido comunista, centralizado e hierarquizado, do qual o PCB era o principal representante no Brasil.

A aversão da ALN aos debates teóricos e a defesa da primazia da ação revolucionária a separavam de organizações surgidas no mesmo contexto, caso do PCB. Acima de tudo a ALN teve e tem seu nome associado à imagem de seu fundador e líder, Carlos Marighella.

No entanto, em relação à caracterização de Marighella como líder máximo da ALN, o ex-frei dominicano Magno José Vilela, em depoimento a Sara Carolina Duarte Feijó (2011), afirma que ele conquistou esse status por ser o integrante da ALN que mais aparecia na mídia. Segundo Vilela,

na verdade ele só fazia o primeiro contato com as pessoas que ele queria chamar para o grupo, e quem se encarregava de doutrinar os jovens e ensinar-lhes as regras para sobreviver à clandestinidade eram o Virgílio Gomes da Silva e o Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo (FEIJÓ, 2011, p. 60).

Corroborando as afirmações de Vilela, o ex-militante da ALN Takao Amano, entrevistado por Luís Henrique de Castro Silva (2007), apontou as diferenças entre Marighella e Câmara Ferreira:

O Marighella, eu acho, que a característica dele, ele só fazia os contatos e quem ia amarrando era o Toledo, por baixo, porque o Marighella era mais um relações públicas. Ia pra lá, ia pra cá, falava. Era mais um agitador que um organizador. (...) eu acho que ele (Câmara Ferreira) foi um dos companheiros que teve bastante destaque. Ele não é... veja só, a importância dele é maior do que, porque no trabalho dele sempre foi um trabalho interno né? Então quem aparecia... . Se chamava grupo do Marighella né, mas isso é, Marighella era um expoente que era, que se colocava pra fora, mas agora, internamente, ele teve uma importância igual ou até superior ao próprio Marighella (SILVA, 2007, p.241).

Em relação às estratégias e táticas, em seus documentos a ALN defendia que a luta armada deveria ocorrer em duas etapas, primeiramente nas cidades e depois no campo. A guerrilha urbana se constituiria em uma fase de propaganda, treinamento de combatentes e arrecadação de recursos para uma futura guerrilha rural. A guerrilha no campo tornar-se-ia a fase decisiva e fundamental para, com o apoio da classe operária e camponesa, derrotar a ditadura militar e implementar um governo revolucionário de libertação nacional, que estabeleceria as medidas necessárias para criar as bases para o socialismo no Brasil.

Segundo Gaspari (2002), a ALN foi a organização guerrilheira com maior número de militantes: cerca de 300, a maioria deles de origem estudantil⁹. Ao longo de sua trajetória a ALN enviou quatro turmas de militantes para treinamento guerrilheiro em Cuba. Esses grupos ficaram conhecidos como “os exércitos da ALN”. Segundo pesquisa de Denise Rollemberg, o primeiro grupo contava com a presença de 16 pessoas; o segundo, 30; o terceiro 33; enquanto a quarta turma foi composta por 13 militantes (Rollemberg, 2001).

Durante sua atuação a ALN manteve dois jornais. Em 1968, circulou “O Guerrilheiro”, e entre 1971 e 1972 o jornal “Venceremos”. Entre suas principais ações se incluem, as chamadas expropriações bancárias, a tomada da Rádio Nacional em São Paulo, “os sequestros” (captura, no linguajar guerrilheiro) do embaixador dos EUA (em conjunto com o MR-8) e do embaixador da Alemanha Ocidental (com a VPR); e também o “justiçamento” (execução) do empresário Henning Boilensen, presidente da Ultragaz, um ativo colaborador da repressão.

Em relação à repressão que atingiu a ALN, o projeto **Brasil: nunca mais**, revelou que no Supremo Tribunal Militar existiram 76 processos relacionados à ALN, atingindo mil pessoas, das quais 722 foram processadas. Em comparação com outras organizações revolucionárias do mesmo período, devemos destacar que a AP teve 49 processos abertos contra si no STM, atingindo um total de 500 cidadãos; o MR-8 sofreu 33 processos e cerca de 400 processados; enquanto contra o PCBR foram abertos 31 processos, que atingiram 400 de seus militantes e simpatizantes¹⁰.

Reforçando os dados levantados no **Brasil: nunca mais**, a pesquisa realizada por Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos (2002) confirma que a ALN “foi a organização com o maior número de processos na Justiça Militar”, um total de 77 processos, sendo que em 66 a ALN era objeto exclusivo da apuração, e em 11 estava em associação com outra

⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.127.

¹⁰ Para a o número de processos contra outras organizações consultar Projeto **Brasil: nunca mais**, 1985.

organização. Mattos apontou ainda um total de 870 pessoas julgadas, relacionadas a esses processos (MATTOS, 2002, p.38).

Mattos (2002) fez também em sua dissertação a distribuição geográfica desses processos; “30 foram abertos no Rio de Janeiro, 24 em São Paulo, 11 no Ceará, 4 em Pernambuco, 3 em Minas Gerais, 2 em Brasília, 2 no Pará e 1 em Goiás”. O estado que mais julgou militantes da organização foi São Paulo, com 435 réus nos 24 processos abertos, enquanto no Rio de Janeiro constavam 229 réus (MATTOS, 2002, p.38).

A ALN teve 53 dos seus militantes mortos pela repressão, ficando atrás apenas do Partido Comunista do Brasil, que perdeu 68 militantes. Entretanto, se somarmos aos 53 mortos os 19 militantes ligados ao MOLIPO (Movimento de Libertação Nacional), o número saltará para 72. (MIRANDA; TIBURCIO, 1999).¹¹

Foi, sobretudo, a partir de 1969 que a ALN passou a ser atingida com mais violência pelos órgãos repressivos. Em 1969 a maior parte dos membros do GTA (Grupo de Trabalho Armado) foram presos ou mortos, e em novembro o próprio Marighella foi assassinado. Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, assumiu em seu lugar a liderança nacional da organização.

Câmara Ferreira buscou modificar a estrutura da ALN, organizando uma coordenação nacional colegiada, e também articulando com outros agrupamentos a formação da chamada Frente Clandestina, que possibilitou ações em conjunto com a VPR e o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes). Entretanto, em outubro de 1970 Toledo foi preso e morreu na tortura.

Mesmo com tantas baixas a ALN continuou atuando nas cidades, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, em ações de justiça e desapropriações bancárias. Essas ações, entretanto, buscavam mais garantir a sobrevivência da organização e vingar seus mortos do que preparar uma guerra revolucionária. Por volta de 1974 a Ação Libertadora Nacional deixou de atuar, sendo que boa parte de seus militantes haviam sido presos ou mortos.

¹¹ Em relação ao número de mortos do PC do B esse decorre da repressão à Guerrilha do Araguaia e ao episódio conhecido como Chacina da Lapa, ocorrido em 1976. Ficou assim conhecida a violenta operação realizada pelos órgãos de repressão política em dezembro de 1976, na cidade de São Paulo, contra membros do PC do B. Para mais detalhes recomendamos a leitura de POMAR, Massacre na Lapa, 2006. Sobre o MOLIPO, como veremos a seguir, essa foi uma organização surgida de um racha no interior da ALN, que nunca se desvinculou totalmente de sua origem.

Entretanto, pouco antes, em 1971, o MOLIPO surgiu enquanto dissidência da ALN, a partir da iniciativa de um grupo de militantes que realizavam treinamento em Cuba. Estes acusavam a ALN de ter abandonado o trabalho com as massas em prol do militarismo. A nova organização, porém, não teve melhor sorte, sendo quase toda ela dizimada pela repressão quando seus militantes retornaram ao Brasil.

A falta de adesão popular ao projeto das esquerdas armadas, a divisão entre as organizações, a ausência de uma perspectiva de luta em longo prazo, e sobretudo a reação violenta do regime militar podem ser apontadas como responsáveis pelo fracasso do projeto guerrilheiro no Brasil. Por outro lado, o regime militar angariado nas promessas e esperanças engendradas pelo “milagre econômico” garantiu o apoio, ou a indiferença de parcelas significativas da população, enquanto reprimia de forma impiedosa as organizações revolucionárias.

1.3.- MARIGHELLA: TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELLECTUAL

Carlos Marighella nasceu em 5 de dezembro de 1911, na cidade de Salvador, Bahia, como primogênito dos 8 filhos do casal Augusto Marighella e Maria Rita. Seu pai, mecânico de profissão, era italiano de nascimento; sua mãe era neta de africanos do grupo étnico *haussás*, trazidos como escravos para o Brasil. Marighella iniciou a militância cedo; em 1932, aos 21 anos, ingressou no PCB (à época, Partido Comunista do Brasil), por meio da Juventude Comunista.

O PCB havia sido fundado em 1922, ainda sob o impacto da Revolução Russa de 1917, sendo colocado na clandestinidade pouco tempo após a sua fundação. Segundo os historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, no início da década de 1930 o PCB teve até então uma participação marcante, já contando com mil inscritos em todo o Brasil, apesar de todas as condições adversas (NOVA; NÓVOA, 1999). No entanto, o PCB baiano, ao qual Marighella se vinculou, passava por um momento de grande fragilidade, permanecendo quase que inexistente durante o início dos anos 1930 (JOSÉ, 2004).

Ainda na Bahia, Marighella sofreu sua primeira prisão. Segundo frei Betto (2006), a prisão teria sido uma represália pelo fato de ele ter escrito um poema criticando o interventor baiano Juracy Magalhães. No entanto, Nova e Nóvoa (1999) informam que a prisão ocorreu quando da repressão a uma manifestação estudantil que pedia o fim do

autoritarismo de Magalhães na Bahia, além de exigir a aprovação de uma Constituinte para o Brasil.

Em 1936, Marighella foi enviado pelo PCB para São Paulo. O clima era tenso para os comunistas; o levante de 1935 tinha sido frustrado no ano anterior. Deu-se nesse momento sua segunda prisão. Novamente surgem divergências sobre as circunstâncias em que ela aconteceu. Nova e Nóvoa (1999) afirmam que Marighella foi apreendido durante as manifestações de 1º de Maio. Já Clara Charf diz que ele foi preso quando visitava um militante cuja casa estava ocupada pela polícia (NOVA; NÓVOA, 1999).

De acordo com Emiliano José (2004), a prisão teria ocorrido no Rio de Janeiro, destino inicial de Marighella, e não em São Paulo. O fato incontestável, no entanto, é que foi preso, e nessa detenção ele conheceu toda a brutalidade e a violência da polícia chefiada por Felinto Müller. Foi torturado durante 23 dias ininterruptos para que revelasse detalhes das atividades do PCB, porém resistiu à tortura, não revelando as informações que detinha. Marighella foi libertado um ano depois, em junho de 1937, quando o governo de Getúlio Vargas decretou anistia.

Meses depois, em novembro, um golpe dado por Vargas impôs a ditadura do Estado Novo. Marighella passou, então, à clandestinidade. Sua atuação na época se deu em São Paulo, ao lado principalmente de Joaquim Câmara Ferreira. Futuramente, como já vimos, os dois seriam fundadores e principais dirigentes da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Duas eram as principais tarefas designadas pela direção do PCB a Carlos Marighella: ser o editor da revista “Problemas” e “fortalecer a direção regional na luta contra os fracionistas trotskistas” (GORENDER, 1987, p.161). O combate às diversas correntes existentes no interior e fora dos partidos comunistas, fossem trotskistas, anarquistas ou socialistas, foi uma das características da política stalinista determinada na III Internacional. Sob a acusação de inimigos da classe operária, traidores, renegados, trotskistas, vários dirigentes e militantes foram expulsos dos quadros dos partidos comunistas durante a década de 1930.

Os historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (1999) apontam esse como um período pouco conhecido da vida de Carlos Marighella. Indagam sobre como teria sido possível a alguém, apontado em muitos depoimentos como uma pessoa democrática e não dogmática, ter aceitado participar desses expurgos. Teria sido inexperiência ou obediência cega ao partido? (NOVA; NÓVOA, 1999). Seja qual for a resposta, é incontestável o fato de que com o apoio de Marighella o PCB expulsou dissidentes, usando para isso a acusação de trotskismo.

Marighella seria mais uma vez preso, agora em 1939. Essa prisão foi a mais brutal de todas: enfrentou torturas e a incomunicabilidade. Passou por dois presídios no período: ilha de Fernão de Magalhães e Ilha Grande.

A conquista da liberdade ocorreu apenas com a nova anistia decretada por Vargas, em 1945. O contexto havia mudado. Em razão de seu importante papel na derrota dos nazistas, a União Soviética havia conquistado prestígio e respeito no cenário internacional. Com isso os comunistas do mundo todo passaram a ter mais liberdade de ação.

O PCB conseguiu a legalidade e decidiu-se pela participação nas eleições que elegeram o novo presidente e também deputados e senadores. Vargas havia sido deposto no final de 1945.

Marighella deixou a prisão, assumindo em seguida seu lugar como membro do Comitê Central do PCB em 1943, quando ainda se encontrava preso, ele havia sido indicado para esse posto, o que demonstra sua influência no interior do partido. Candidato para o cargo de deputado federal, foi eleito como representante da Bahia. O PCB conseguiu eleger 14 deputados e um senador, Luíz Carlos Prestes.

Marighella foi um dos deputados mais combativos do período. Seus discursos, debates e sua atuação marcantes são lembrados por muitos daqueles que tiveram alguma convivência com ele na época. O PCB como um todo, apesar de ser uma minoria, teve um papel significativo na elaboração da Constituição de 1946, sobretudo nos capítulos referentes aos direitos e liberdades individuais.

Em 1947 teve seu único filho, Carlos Augusto Marighella, fruto de um romance com Dona Elza. No entanto, é no ano seguinte, 1948, que ele inicia o relacionamento com aquela que seria a sua companheira até seu assassinato em 1969, Clara Charf, aeromoça, militante comunista e assessora da bancada federal do PCB. Porém, o breve período de legalidade que vivia o PCB estava prestes a acabar.

Com o advento da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética a situação se modificou. As elites políticas posicionaram o Brasil do lado norte-americano. Como resultado, em 1947 o PCB foi colocado novamente na ilegalidade e os mandatos dos parlamentares comunistas acabaram cassados.

De acordo com Sidney Munhoz (2002), a explicação para esses fatos não devem ser buscados apenas em elementos externos, mas também internos. Munhoz argumenta que o conservadorismo sempre foi uma das principais características das elites políticas brasileiras; assim sendo, a democratização do pós-guerra, antes de tudo, foi uma adaptação a uma realidade que soprava da Europa. Ou seja, quando os ventos voltaram a mudar de lado, as

classes dominantes não tiveram dificuldades em retornar a sua velha condição conservadora, e mais uma vez a questão social voltou a ser um caso de polícia (MUNHOZ, 2002).

Para Marighella, assim como para os demais comunistas, a luta voltou a ser clandestina. Nesse período de sua vida voltou a São Paulo, onde atuou com destaque junto aos movimentos sociais, especialmente o sindical.

A atuação do PCB após a cassação do seu registro sofreu uma mudança radical. Pelo menos em seus documentos, o discurso atingia níveis de extremismo, bem longe da realidade concreta em que vivia o país, e da capacidade do partido. Durante o início dos anos de 1950 o PCB se afastou dos sindicatos oficiais, o que para alguns teria facilitado a hegemonia dos chamados sindicalistas “pelegos” ligados ao PTB. Além disso, o PCB clamava pela luta armada e pela organização de um Exército Popular Revolucionário.

No entanto, do ponto vista prático o PCB não chegou a se envolver em lutas reais. A exceção foram os conflitos pela posse de terra em Porecatu (PR) e Trombas do Formoso (GO). Tais tinham contornos locais, e por isso mesmo foram solucionados no âmbito regional.¹²

As contradições das orientações partidárias se revelaram durante o segundo Governo Vargas. O PCB se manteve clamando pela derrubada do governo Vargas, mesmo quando esse entrou em choque com setores conservadores da sociedade brasileira e com os interesses de investidores internacionais, em razão de sua política nacionalista. O PCB, não percebendo as nuances da conjuntura, acabou surpreendido com a reviravolta política provocada pelo suicídio de Vargas.

Em 1956 um acontecimento internacional abalou os comunistas de todos os continentes. No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o novo dirigente do país, Nikita Krushev, denunciou os chamados crimes de Stalin. No Brasil o PCB recebeu a confirmação do relatório de Krushev com o impacto de uma bomba. Carlos Marighella teria chorado em uma reunião partidária. Muitos se desligaram do partido.

O processo de desestalinização e a tese da coexistência pacífica funcionaram como senhas para reavivar o debate no interior do PCB. Práticas políticas, linhas de ação e métodos da direção passaram a ser tema de debates e críticas. Segundo Jacob Gorender

¹² Para maiores informações sobre o conflito no Paraná ver: PRIORI, Ângelo Aparecido. O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo. 1. ed. Maringá: Eduem, 2011. Sobre os eventos em Trombas do Formoso, ver: CUNHA, Paulo Ribeiro da. Aconteceu Longe Demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira. 2a. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

(1987), o momento tornou evidente para a maioria dos dirigentes a necessidade de uma prática democrática no interior do partido.

Em 1958 a chamada Declaração de Março propôs mudanças. A principal delas: o capitalismo no Brasil passou a ser visto pelo partido como um elemento progressista e irreversível; no entanto, pouco amadurecido para a revolução social (REIS FILHO, 1989).

O PCB reafirmava a revolução por duas etapas: a primeira, nacional-democrática, e a segunda, socialista. Apenas após o pleno desenvolvimento das forças produtivas seria possível lutar para uma imediata revolução de caráter socialista.

O partido identificava o imperialismo, e seu aliado o latifúndio como principais obstáculos ao pleno desenvolvimento do capitalismo no país. O momento seria de lutar por reformas estruturais. O PCB passava a defender uma frente política que unisse o proletariado, os camponeses e a burguesia nacional. A concepção do partido, nesse momento, passou a ser gradualista; o caminho da revolução seria pacífico, de acordo com “a nova situação internacional, favorável ao socialismo e pela correlação de forças existente no Brasil” (GORENDER, 1987, p.30).

O V Congresso do PCB aprovou as teses defendidas na Declaração de Março de 1958. A nova linha adotada a partir de então serviu de base para os passos dados pelo partido no decorrer da década de 1960.

Internamente, as mudanças sofreram a oposição de um grupo de dirigentes que acusavam a direção do PCB de revisionismo e reformismo. Após sua expulsão dos quadros partidários esses dirigentes fundaram, em 1962, o PC do B (Partido Comunista do Brasil), reivindicando para si a continuidade entre a nova sigla e o partido fundado em 1922.

Carlos Marighella se situou ao lado daqueles que formularam e defenderam a linha de atuação aprovada no V Congresso do PCB. Durante a primeira metade da década de 1960 o PCB tornou-se a principal força hegemônica no campo da esquerda brasileira. Durante esse período o partido mobilizou importantes setores sociais na defesa das reformas estruturais.

Pondo em prática a política de aliança com a chamada burguesia nacional, o PCB identificou no governo Goulart um possível aliado na luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira. João Goulart pretendia modernizar o capitalismo brasileiro. Para isso tinha nas reformas de base, sobretudo agrária e urbana, instrumentos para o desenvolvimento do país. Setores conservadores da sociedade brasileira acharam que Goulart estava indo longe

demais. Temendo uma radicalização à esquerda do governo Jango esses setores organizaram e apoiaram o golpe civil-militar de 1964.

Para o PCB o resultado foi devastador. Nos anos seguintes ao golpe o partido viveria a maior crise de sua história, com direito a contestações, dissidências e expulsões. A linha gradualista, além da defesa da aliança com a chamada burguesia nacional, tornou-se alvo dos dirigentes e militantes comunistas, que viram na derrota sem resistência a prova de que o Comitê Central fora longe demais.

Para muitos, dentro do PCB era preciso resistir. Em abril de 1964, Carlos Marighella foi preso em um cinema do Rio de Janeiro. À ordem de prisão respondeu com: “Abaixo a ditadura”, “Viva a democracia”, “Viva o Partido Comunista”. Foi baleado à queima-roupa.

Ao sair da prisão, um mês depois, visitou a redação de alguns jornais, para denunciar as violências que sofreu. Algumas das mais famosas fotos de Marighella são originárias dessas visitas.

Gorender (1987) informa que Marighella foi recebido no PCB com muito respeito e admiração, em razão de sua coragem e resistência à prisão. A direção do partido, no entanto, viu o ato como provocação desnecessária.

Nos seus dois primeiros escritos após o golpe, “Porque resisti a prisão” (1965) e “A crise brasileira” (1966), podemos encontrar os primeiros passos de Marighella em direção ao rompimento ocorrido em 1967. Em ambos os livros, pela primeira vez ele discorda publicamente da direção do PCB, acusando-a de ser a responsável pela paralisia dos comunistas no momento do golpe, e atrelando o partido à burguesia nacional.

Propõe resistência à ditadura. O instrumento seria uma frente única, formada por operários, camponeses, pequena burguesia e a burguesia nacional. O caráter da luta seria de libertação nacional.

Os inimigos a serem derrotados: o imperialismo norte-americano e seu aliado, o latifúndio, cujo maior interesse era impedir o pleno desenvolvimento brasileiro. A forma de organização responsável pela direção desse processo continuava sendo o PCB, enquanto a guerra de guerrilhas não passava de uma forma complementar de luta.

Ele não era o único a pensar assim. Juntamente com outros dirigentes partidários, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, organizaram no interior do partido a chamada Corrente Revolucionária, cujo objetivo era modificar a linha política do PCB, tida por eles como fracassada. A Corrente Revolucionária chegou a vislumbrar a

possibilidade de conquistar a direção do PCB. No entanto, o Comitê Central reagiu de forma dura, com intervenções e expulsões.

Em “Carta à executiva” (1966) Marighella evidencia seu descontentamento com o partido e sua direção, pede demissão da executiva do PCB e, além disso, enumera as razões para sua decisão: a paralisia do partido, a falta de ação da direção, a interdição ao livre debate. Para Marighella, o caminho do Partido Comunista Brasileiro desviou-se em razão da influência da ideologia burguesa. Segundo ele, o PCB valorizava a luta pacífica e os processos eleitorais em detrimento do marxismo-leninismo e do papel de vanguarda que deveria exercer.

Nesse contexto, a direção do PCB defendia que a ditadura deveria ser combatida por meios pacíficos, greves, manifestações e apoio à oposição legalmente existente. A tática era isolar os radicais do Regime, para assim enfraquecer a ditadura e retomar a democracia existente no pré-1964.

A direção do PCB não via condições concretas para a luta armada e para a revolução socialista, em curto prazo. A luta deveria ser focada nas reformas estruturais, que abririam de forma gradual o caminho para realização dos seus objetivos socialistas.

Marighella, ao contrário, apontava em sua carta de demissão a necessidade da luta armada para libertar o país do latifúndio e do imperialismo, derrotando os militares e seus aliados no poder. Para Marighella o PCB estava superado, uma vez que já não cumpria seu papel de vanguarda revolucionária.

Marighella foi expulso do PCB em 1967, após participar, sem o consentimento da direção, do congresso de fundação da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), em Cuba. Esse congresso reuniu militantes de esquerda de toda a América Latina. O PCB foi convidado; no entanto, recusou-se a participar.

Sobre a expulsão de Marighella e os acontecimentos subsequentes escreveu Reis Filho:

Os acontecimentos se precipitaram com a expulsão de Marighella sob argumento de que participara da reunião da Organização Latino –Americana de Solidariedade – OLAS, realizada em Cuba, em 1967, sem autorização do CC. As bases de São Paulo reagiram à expulsão desligando-se do PCB e formando, no segundo semestre de 1967, o Agrupamento Comunista – AC-SP (REIS FILHO; SÁ, 1984, p.7).

O Agrupamento Comunista seria o embrião da futura ALN, cujo surgimento está ligado à luta interna no PCB, à situação em que o país se encontrava sob o regime militar e a uma avaliação equivocada de setores da esquerda, que acreditavam que o Brasil atingira um

ponto de estagnação sob a ditadura. Na avaliação da esquerda revolucionária, somente uma revolução seria capaz de retirar o país da crise. Ao derrotar a ditadura, o passo seguinte do governo revolucionário deveria ser o de encaminhar o país em direção a uma sociedade socialista.

Nos seus escritos seguintes Marighella prossegue justificando sua opção pela luta armada, apontando também o tipo de organização necessária para iniciar os combates.

Em 1968, escreveu “Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil”, em que podemos destacar dois aspectos: a defesa da guerra de guerrilhas como instrumento mais adequado para a conjuntura latino-americana e o apoio à Revolução Cubana por meio da luta armada em todo o continente.

Sobre o primeiro aspecto Marighella afirma que a luta guerrilheira deveria partir do nada. De um grupo inicial de combatentes se formaria o exército revolucionário popular. A respeito da importância da revolução cubana, esta teria sido responsável por uma importante contribuição ao marxismo-leninismo, ao demonstrar a possibilidade de se conquistar o poder por meio da guerra de guerrilhas.

Nos textos Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo (1968) e “Sobre a organização dos revolucionários” (1969), Marighella se concentra em expor que tipo de organização seria necessária para a luta revolucionária. As ações nas cidades haviam se iniciado ainda em 1967, tornando-se mais constantes após o AI-5, em 1968. Destacavam-se a ALN, a VPR e o MR-8 nessas ações.

Nos dois textos, Marighella expõe seus argumentos contrários à formação de um novo partido. Dentre eles destacamos: a) a necessidade de um instrumento novo, uma vez que as estruturas tradicionais estariam superadas; b) essa organização de vanguarda deveria ser clandestina, flexível e de fácil mobilidade; c) a nova estratégia deveria se basear exclusivamente na ação, não em debates e discussões teóricas.

A ALN se tornaria essa organização, devendo se constituir baseando-se em alguns princípios: No primeiro deles, “a ação faz a vanguarda”, os dirigentes e a própria organização se formariam durante a luta revolucionária. O segundo, “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”. O terceiro princípio, “Um revolucionário não precisa pedir licença a ninguém para fazer a revolução” (MARIGHELLA, 1979, p.132).

A ALN era tida por Marighella como uma organização de combate, totalmente voltada para a ação revolucionária. Os debates teóricos eram vistos como inúteis, uma vez que a teoria já se encontrava pronta em Lênin e nos exemplos da revolução cubana. A estrutura

hierarquizada e centralizada dos partidos comunistas estaria superada, entendida como lenta demais para as tarefas impostas aos revolucionários.

Em setembro de 1969 a ALN realizou, em parceria com o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), a mais ousada ação armada da esquerda guerrilheira no Brasil: o sequestro do embaixador dos Estados Unidos. A ação aparentemente foi um sucesso, uma vez que todas as exigências dos guerrilheiros foram aceitas: a divulgação de um manifesto à nação e a libertação de 15 presos políticos, enviados ao México.

Surpreendido, Marighella considerou um absurdo não ter sido alertado para uma ação de tamanha envergadura. Publicamente, por meio de um manifesto a nação, saudou os militantes soltos em troca do embaixador. No entanto, no interior da ALN avisou para os riscos de uma ação daquela proporção, sem sequer alertar os demais membros da organização, e expressou sua preocupação em razão da repressão que viria.

Realmente a repressão foi brutal, e a ALN foi atingida de forma contundente. A maioria dos participantes do sequestro e os membros dos chamados grupos táticos armados (GTA), responsáveis pelas ações armadas da organização nas cidades, foram presos. Setores de apoio da ALN, como os dominicanos, também foram atingidos.

Marighella planejava retirar os guerrilheiros da zona urbana e mandá-los ao campo para iniciar a guerrilha rural. Para ele, era preciso abrir uma nova frente de luta, uma vez que a repressão havia aprendido a lidar com a guerrilha urbana. Não houve tempo para isso. Em meio ao vendaval que atingiu sua organização, Marighella foi morto em novembro desse ano.

CAPÍTULO 2º A MORTE DE MARIGHELLA

2.1. A VERSÃO OFICIAL SOBRE A MORTE DO INIMIGO NÚMERO UM

Quando Carlos Marighella foi morto, em 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, a ditadura impôs sua versão sobre os fatos. Segundo essa versão, identificado pelo regime como o mais perigoso líder terrorista do Brasil, ele resistiu à prisão e morreu em combate ao enfrentar as forças de segurança. Assim sendo, sua morte era duplamente legitimada, em razão de sua reação e também por seu perfil político violento.

As circunstâncias da morte foram atestadas por meio de um relatório do DOPS.

[...] Tudo estava pronto às 19:45 horas e, cinco minutos depois, os ocupantes do carro-piloto (Dr. Fleury, João Lopes e as investigadoras) observaram a aproximação de um mulato, de 1,75 metros, 30 anos, com entradas no cabelo, de porte atlético, trajando roupa esporte, logo identificado como sendo um dos guarda-costas de MARIGHELLA. Caminhou lentamente pelo trecho, olhando para o carro-piloto e o dos clérigos, além de voltar os olhos para os edifícios em construção ali existente, permanecendo, assim, examinando o local durante dez minutos, após o que julgando não haver risco para seu chefe, desceu a pé pela Alameda Casa Branca, no sentido cidade-bairro, desaparecendo no cruzamento com a Alameda Lorena. Minutos depois, por volta das 20:00 horas surgiu CARLOS MARIGHELLA, com seu disfarce, de peruca preta, a pé, em sentido oposto ao de seu capanga, pela calçada fronteira ao carro dos religiosos, caminhando até atingir a altura desse veículo, ocasião em que cruzou a via pública e entrou no Volkswagen, sentando no banco traseiro. Trajava roupa esporte e portava uma pasta preta, onde, segundo informações, sempre conduzia o revólver e granadas de mão. Nesse momento, pelos aparelhos monitores de transmissão, o Del. SÉRGIO FERNANDO PARANHOS FLEURY transmitiu a ordem para que todas as viaturas ocupassem suas posições e, concomitantemente, deu voz de prisão a CARLOS MARIGHELLA, determinando-lhe que saísse do veículo com as mãos para cima. De acordo com os entendimentos prévios, os Freis Fernando e Ivo deixaram o Volkswagen, mas CARLOS MARIGHELLA, vendo-se cercado pelos policiais, tentou resistir procurando abrir a pasta, ocasião em que foram feitos disparos, principalmente contra sua mão esquerda, dois dos quais o atingiram em região mortal. Nesse ínterim, havia eclodido cerrado tiroteio entre os elementos da segurança de MARIGHELLA e os integrantes das equipes que guarneciam os cruzamentos, isolando o local, em meio ao qual, em alta velocidade, na direção bairro – cidade surgiu um automóvel marca Buick, que rompendo o cerco avançou, apesar dos gritos de advertência, dando a nítida impressão de ser do pessoal do MARIGHELLA, motivo porque foi metralhado, falecendo o seu ocupante FRIEDRICK ADOLF ROHMANN, residente na Rua Flórida, 135, em Santo Amaro. No tiroteio entre policiais e elementos da proteção de CARLOS MARIGHELLA, a investigadora STELA BORGES MORATO recebeu um tiro no crânio, que lhe ocasionou a morte no dia 7 do fluente, e o Del. RUBENS CARDOZO DE MELLO TUCUNDUVA foi ferido, à bala, na parte superior da perna esquerda, em razão do que se acha internado no Hospital D. Pedro II, não oferecendo o seu estado aparente risco de vida. Com a fuga precipitada dos terroristas não identificados, que faziam a cobertura a CARLOS MARIGHELLA, em uma caminhonete marca Ford, sem placa, de cor vermelha,

acabou o tiroteio, sendo as vítimas socorridas e o local preservado para os exames técnicos, tendo sido liberado somente por ordem do General Sílvio Corrêa, Delegado Regional da Polícia Federal em São Paulo, que lá compareceu pessoalmente. Eis, Senhor Diretor, o que me foi possível depreender dos entendimentos verbais que mantive com o Del. RUBENS CARDOZO DE MELLO TUCUNDUVA, todos os Delegados e demais policiais da Especializada de Ordem Social, que trabalharam no evento... (CARVALHO FILHO, 2001, p. 226-327).

Abaixo destacamos um trecho desse relatório, que nos permite realizar uma primeira análise:

[...] O Del. SÉRGIO FERNANDO PARANHOS FLEURY... deu voz de prisão a CARLOS MARIGHELLA, determinando-lhe que saísse do veículo com as mãos para cima. De acordo com os entendimentos prévios, freis Fernando e Ivo deixaram o Volkswagen, mas CARLOS MARIGHELLA... tenta abrir a pasta, ocasião em que são feitos disparos, principalmente contra sua mão esquerda... Nesse ínterim havia eclodido cerrado tiroteio entre os elementos da segurança de MARIGHELLA e os integrantes das equipes que guarneciam os cruzamentos... (NÓVA; NÓVOA, 1999, p.169).

Nesse trecho curto observamos três objetivos do DOPS ao publicar a nota. Primeiramente, Marighella somente morreu porque reagiu à ordem de prisão, ou seja, o objetivo da operação policial era prender o líder guerrilheiro. Segundo, Marighella não estava sozinho; seus seguranças protagonizaram “cerrado” tiroteio com os policiais. Terceiro, a polícia contou com a colaboração dos freis dominicanos para que a operação tivesse êxito.

Sobre a participação dos dominicanos no episódio, a imprensa da época, de forma geral, condenou os freis. Primeiro pela ligação com Marighella e com as organizações guerrilheiras, em suposto “detrimento” de sua missão como membros da Igreja Católica. Segundo, eram acusados de agirem com covardia, ao entregarem o líder da ALN. Resumindo, os freis foram acusados de serem duplamente traidores, da Igreja e da esquerda.

Segundo frei Betto (2006), era justamente este o objetivo do regime militar ao incluírem os dominicanos na operação policial que resultou no assassinato de Marighella: desacreditar os freis perante a hierarquia católica e a esquerda revolucionária. De acordo com ele, alguns freis dominicanos do Convento das Perdizes em São Paulo faziam parte do setor de apoio da ALN, mantendo contato direto com Marighella. Dentre suas tarefas na organização, cabia dar abrigo e ajudar na retirada de militantes do país.

Relatório do DOPS descreve assim o início do cerco ao líder da ALN: “Interrogado na citada Especializada, PAULO DE TARSO VENCESLAU revelou a existência de ligações entre CARLOS MARIGHELLA e os dominicanos de São Paulo...” (NÓVA, NÓVOA, 1999, p.156).

Mais adiante se lê no mesmo relatório:

[...] Concluiu-se que o próprio Convento dos Dominicanos... era usado como base fixa de MARIGHELLA. Assim, apurou-se que, para os contatos entre o líder CARLOS MARIGHELLA e seus sequazes, em especial os Freis “Betto”, “Ivo” e “Fernando”, era usando o telefone 62-23-24. Perseguindo em sua faina investigadora incessante... descobriu-se que estavam preparando mais um encontro entre MARIGHELLA com os Freis “Ivo” e “Fernando”(NÓVA; NÓVOA, 1999, p.158).

No entanto, o relatório não revela como se apurou que outro encontro estava sendo preparado entre Marighella e os dominicanos. Segundo frei Betto (2006), frei Fernando e frei Ivo não tinham conhecimento prévio das reuniões com o veterano militante comunista. A iniciativa cabia sempre ao dirigente máximo da ALN.

Segue o documento, descrevendo a operação:

Enquanto os Delegados citados e suas respectivas equipes efetuavam as detenções, outras... procediam imediatamente à inquirição dos presos, de modo a propiciar a complementação do serviço, em sua fase estrutural, ainda durante aquela madrugada, concluindo pelo total comprometimento dos subversivos recolhidos, além da absoluta certeza sobre o fato de CARLOS MARIGHELLA estar nesta capital, devendo procurar um contato telefônico com frei Fernando na Livraria Duas Cidades (NÓVA;NÓVOA.1999, p.159).

A confirmação do encontro se deu, segundo o DOPS, após os policiais terem levado sob escolta frei Fernando à Livraria Duas Cidades. Segundo o relatório policial, por volta das 16h30min do dia 4 de novembro, frei Fernando foi chamado ao telefone, e teria recebido a seguinte mensagem: “... É da parte do Ernesto (Marighella) hoje ele irá à gráfica às 20:30 horas...” (NÓVA; NÓVOA ,1999, p.161).

A referida gráfica tratava-se de um código referindo-se a Alameda Casa Branca, no Bairro de Jardins na cidade de São Paulo, à altura do número 800, local onde eram realizados os encontros entre Marighella e os dominicanos. Sob tortura, os dominicanos haviam revelado aos policiais a senha e o local indicado para a reunião.

Outra importante fonte que traz a versão oficial sobre a morte de Carlos Marighella é o projeto “Orvil” (livro, ao contrário). Produzido por oficiais do Exército, Orvil objetivava servir de contraponto ao projeto **Brasil: nunca mais** (1985), que foi elaborado a partir de documentação do próprio Supremo Tribunal Militar e constituiu-se de denúncias sobre as violências, torturas e assassinatos cometidos nos porões do regime militar. Levou três anos para ficar pronto, sendo publicado pela primeira vez em 1985.

O projeto **Brasil: nunca mais**, nasceu da iniciativa do reverendo James Wright e de um grupo de advogados, contando com o apoio e colaboração do cardeal arcebispo de São

Paulo Dom Paulo Evaristo Arns. Todos os processos foram retirados, um a um, do STM pelos advogados Luís Eduardo Greenhalgh e Raimundo Moreira, fotocopiados e devolvidos dentro do prazo exigido de 24 horas (FIGUEIREDO, 2009).

O projeto Orvil tem sua origem na ação do então ministro do Exército do governo José Sarney, Leônidas Pires Gonçalves, e contou com a pesquisa de cerca de uma dúzia de oficiais, que trabalharam de maneira sigilosa. Em 1988, após o término das pesquisas, o Exército pretendia publicá-lo. No entanto, a iniciativa foi vetada pelo presidente Sarney, que temia um possível abalo no processo de abertura a ser provocado pelo livro. Com o veto de Sarney, Orvil nunca foi publicado.

Ao escreverem o livro seus autores afirmaram ter como objetivo principal informar a verdade aos jovens, que não vivenciaram o passado e o conheceram de forma deturpada ideologicamente. Ao mesmo tempo, buscaram homenagear aqueles que tombaram na luta contra o comunismo.

Suas mães, esposas, filhos e amigos já não terão dúvidas de que eles não morreram em vão. Porque, ao longo da história, temos a certeza de que a Pátria livre, democrática e justa será reconhecida a todos os que se empenharam nesse combate (ORVIL, p.13).

Sobre seu conteúdo, Orvil tem como principal tese a ideia de quatro tentativas de tomada de poder lideradas por comunistas brasileiros ao longo do século XX. A primeira das tentativas teria como marco inicial o ano de 1922, quando o Partido Comunista foi fundado, atingindo ponto crítico em 1935 com a chamada “Intentona Comunista”, e se encerrando em 1955 com as denúncias de Krushev contra Stálin e a tese de coexistência pacífica com o bloco capitalista.

A segunda tentativa, que Orvil data de 1955 a 1964, tem como caracterização as divergências no interior do movimento comunista, que no Brasil resultaria no surgimento de organizações concorrentes ao PCB. Durante o governo de João Goulart (1961 a 1964), a agitação comunista teria se intensificado em busca da tomada do poder. Para os autores, a derrota da segunda tentativa ocorreu em razão da “revolução” de 1964, que contou com apoio de amplos segmentos da sociedade e teve no engajamento das Forças Armadas uma “vitória da democracia” (ORVIL, p.128).

A terceira tentativa é identificada com as ações empreendidas pelos diversos grupos guerrilheiros, sobretudo a partir de 1969. Essa teria sido a mais violenta e nítida das tentativas.

De acordo com a avaliação dos autores de Orvil, a guerra de guerrilha teve entre suas principais características atos de violência indiscriminada, como atentados terroristas e assassinatos covardes, inclusive de próprios companheiros. Essas ações seriam fruto de mentes perturbadas, que balizavam o caminho sangrento do comunismo.

No texto encontramos a definição das ações guerrilheiras como atos degradantes, entendidos como heroicos para aqueles que entendem ser a violência o motor da história. Demonstrando preocupação com a disputa de memória sobre o período, os autores de Orvil afirmam que as mesmas pessoas que acreditavam que os fins justificavam os meios para tomar o poder, têm hoje seus nomes em praças, ruas e escolas em razão da ação de comunistas que desejam tornar suas derrotas em vitórias políticas (ORVIL, p.24).

A mais perigosa tentativa de tomada de poder, a quarta na enumeração de Orvil, é identificada como tendo se iniciado em 1974. Segundo o texto, após realizar uma autocrítica da guerra de guerrilhas os comunistas teriam reiniciado a luta pela tomada de poder mudando suas estratégias, agora camuflados de democratas. Consta no texto:

Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa, de que divergiam desde os últimos anos da década de cinquenta, vendo-se perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos. Nessa fase, encontraram ainda um poderoso aliado, o clero dito "progressista", que pouco a pouco tira a máscara e propugnava por uma "nova sociedade", igualitária e sem classes, uma sociedade também socialista (ORVIL, p.12).

Em relação ao tema de nossa dissertação, Orvil reproduz o discurso oficial. Ou seja, a morte de Marighella foi ocasionada pela resistência à prisão, portanto trata-se de uma morte em combate. Como afirmado, Orvil constrói retrospectivamente a ideia de que havia uma conspiração processual, da qual a guerrilha era a expressão mais recente. Daí que, segundo essa concepção, justifica-se a morte de Marighella como necessidade de eliminar esse mal, uma vez que ele era uma das peças-chaves da conspiração comunista.

Dentro dessa perspectiva, encontramos nos textos a caracterização de Marighella e dos guerrilheiros como terroristas. Buscando justificar a ação policial na Alameda Casa Branca, Orvil faz questão de ressaltar também o "temperamento" do líder da ALN. Ao referir-

se a frei Fernando e sua suposta “fraqueza” ao entregar Marighella, o texto informa que, “mesmo conhecendo o temperamento de Marighella, que não admitia ser preso vivo, “abriu” o esquema de contato e levou a polícia ao “ponto” da Alameda Casa Branca, onde morreu o líder comunista” (ORVIL, p. 374).

No texto, seus autores demonstram nítida preocupação em dar respostas que justifiquem não apenas a morte de Marighella, como também a do dentista alemão Friederich Adolf Rohmann, e da investigadora Estela Borges Morato. A narrativa é semelhante àquela presente no relatório do DOPS.

Neste exato momento, a equipe de policiais que estava próxima acercou-se do carro e deu voz de prisão, ordenando que Marighela saísse com as mãos para o alto. Conforme o combinado, os dominicanos saltaram do carro. Marighela, ao invés de obedecer, abriu uma pasta de couro que trazia consigo e tentou empunhar um revólver Taurus calibre 32. Diante do gesto de resistência, os policiais atiraram. Quase que instantaneamente, estabeleceu-se violento tiroteio na Alameda Casa Branca. Os demais veículos do dispositivo cercaram o quarteirão, mas não conseguiram impedir a fuga de dois carros suspeitos (ORVIL, p.376).

Durante a sequência, um carro que rompeu o cerco policial se recusou a parar. “Dando a nítida impressão de se tratar da cobertura de Marighella, o veículo foi metralhado, tendo seu único ocupante falecido no local.” Tratava-se de um dentista alemão: segundo Orvil, o dentista sofria de neurose de guerra e deve ter sofrido um desequilíbrio emocional ao ouvir o tiroteio, tentando romper o cerco policial (ORVIL, p.377).

Ao “explicar” o tiroteio que vitimou a investigadora Estela Borges Morato e feriu o delegado Rubens Tucunduva o texto afirma:

Quanto ao tiroteio que envolveu os policiais empenhados na operação, ficou razoavelmente esclarecido que os dois carros que conseguiram escapar faziam parte da segurança de Marighela e que, na penumbra da rua e sem ter noção exata do que ocorria, seus ocupantes resolveram abrir à bala o caminho para a fuga (ORVIL, p.377).

Em um balanço da operação, Orvil afirma que com a morte de Carlos Marighella o terror perdeu seu maior inspirador, e que os freis Ivo e Fernando, “depositários da confiança de Marighella, fraquejaram diante da realidade da prisão e do desmascaramento” (ORVIL, 278). É mais do que nítido que um dos objetivos dos autores de Orvil foi o de caracterizar frei Fernando e frei Ivo como traidores, pois há em vários momentos da narrativa referências à suposta colaboração deles com a polícia. Obviamente, Orvil ignorou o fato de ambos terem sido torturados.

Porém, mais do que atingir individualmente os freis Fernando e Ivo, Orvil estava em uma verdadeira cruzada para alertar sobre os riscos de comunização do Brasil. Para Orvil, o chamado clero progressista seria, na realidade, compostos de comunistas infiltrados no interior da Igreja Católica visando estabelecer uma quarta tentativa de tomada de poder.

2.2. A REPERCUSSÃO NA IMPRENSA: A MORTE DE MARIGHELLA NO “JORNAL DO BRASIL” E NA REVISTA “VEJA”

A grande imprensa, de forma geral, repercutiu os fatos tal qual a versão oficial. Como veremos, existiram nuances; no entanto, em linhas gerais a estrutura principal da versão era mantida: o terrorista que morreu em combate. Também buscamos analisar o vocabulário utilizado pelo “Jornal do Brasil” e pela revista “Veja” para descrever Carlos Marighella, a luta armada, o regime militar e os órgãos repressivos. Ao observarmos o universo semântico presente nesses veículos da imprensa buscamos elucidar sua posição em relação à ditadura militar e à ação dos grupos guerrilheiros.

“Jornal do Brasil”

Na edição de quarta-feira, 5 de novembro de 1969, portanto no dia seguinte ao sucedido na Alameda Casa Branca, o “Jornal do Brasil” destacou, em primeira página, a seguinte manchete: “Marighella morre metralhado em São Paulo”. Logo abaixo de uma foto do corpo do líder da ALN caído no banco traseiro de um Volkswagen, o jornal informou que o “chefe terrorista” foi morto ao tentar entrar em um Volkswagen azul onde se encontraria com dois padres que serviram de isca após serem presos (JORNAL DO BRASIL, 5 de nov. de 1969. Acesso em: 23 jun. 2011).

Ainda na primeira página dessa edição, o JB informa a seus leitores que a polícia descobriu como chegar a Marighella quando prendeu onze padres em um Convento em São Paulo. Desses onze padres, dois se dispuseram a colaborar com a polícia na prisão de Marighella. Eles teriam ajudado a arquitetar o plano para capturar Marighella marcando o encontro para tratar daquilo que o jornal chama de “programa subversivo”.

Segundo o “Jornal do Brasil”, pouco antes das 21 horas, com o local vigiado pelo DOPS e Polícia Federal, Marighella chegou com dois companheiros em uma Rural Willys. Só o ex-deputado desceu. Dirigindo-se ao Volks teria ouvido, enquanto atravessava a rua, “pare

ou atiro”, e não parou. Ao contrário, de acordo com o JB: “Correu ao Volks, ao entrar os padres agacharam-se quando foi atingido por vários tiros no tórax e na cabeça, caindo deitado no banco traseiro do carro” (Jornal do Brasil, 5 nov. 1969. p. 23).

Em seguida, os dois companheiros de Marighella teriam reagido a tiros, ferindo gravemente a investigadora Estela Borges Morato e levemente o delegado Rubens Tucunduva, do DOPS. Afirma ainda a reportagem que, ao entrar no Volks, Marighella trazia uma maleta com várias armas, no entanto não teve tempo de usá-las. A suposta reação violenta dos acompanhantes de Marighella foi debitada pelos policiais à desconfiança do “chefe do terror”, que antes de sair do veículo os teria alertado para permanecerem atentos. Dessa forma os agentes buscaram esclarecer aos jornalistas a razão de não ter sido possível deter os supostos seguranças, impedindo assim a reação seguida de fuga.

A matéria termina explicando que os moradores da Alameda e a vizinhança não escutaram nada do que estava ocorrendo, uma vez que a maioria deles assistia, na televisão, ao jogo de futebol entre Corinthians e Santos. Somente teriam saído à rua quando, no intervalo da partida, ouviram as sirenes da rádio patrulha.

No dia 6 de novembro de 1969, em editorial intitulado: “A morte da violência”, o “Jornal do Brasil” expõe sua opinião sobre o fim de Marighella . Afirma que os fatos na Alameda Casa Branca comprovaram a derrota da teoria que propunha a violência como forma de ação política.

Fazendo um paralelo com a execução de Che Guevara na Bolívia, o editorial afirma que ambas as mortes deixam claro que a guerrilha urbana e rural, propostas enquanto forma de luta, “decaem permanentemente”. O jornal ainda destaca a pouca inserção social dessas teorias e procura caracterizar aqueles que se deixaram convencer pela violência revolucionária como pessoas psicologicamente desajustadas.

No campo e no asfalto, **a violência** – com Guevara no âmbito continental e agora Marighella no plano nacional – decai como forma de ação política permanente. Passada a efervescência que o revestia de um verniz efêmero de novidade, o **radicalismo** sai da moda e se revela estéril. **A violência** não convenceu senão aquele número insignificante de **pessoas psicologicamente desajustadas** na vida particular, que transferem para o plano social um coeficiente individual (JORNAL DO BRASIL, 6 de Nov. 1969, p.7. Acesso em: 23 jun. 2011. Grifos nossos).

O editorial reafirma um pouco adiante o que ele considera ser o desajuste dos meios violentos, inclusive no seu campo ideológico, fazendo referência implícita ao fato de a luta armada não ter tido apoio entre os partidos comunistas oficiais. Também afirma que, além de não converter ninguém, seus fracassos teriam prejudicado a possibilidade de evolução

política, sendo a “criminalidade” seu traço mais marcante e também indício de desespero e impotência.

Ao imputar aos guerrilheiros a criminalidade como maior característica, o JB endossa a versão do DOPS e do regime militar segundo a qual Marighella e os demais integrantes de organizações revolucionárias não passavam de bandidos e criminosos. O jornal contrapõe a luta armada, com seu suposto espírito aventureiro e violento, àquilo que considerava as características essenciais da política e da própria índole dos brasileiros, a evolução, a criação e a conciliação. Segue afirmando:

A opinião pública se afastou da **violência**, as derrotas provaram ser inviável uma concepção fundida no espírito de aventura oposto às características da ação política (evolutiva, criadora e conciliadora). Características que estão incorporadas à índole nacional. Violar esse padrão levará à frustração. A morte de Marighella deixa sem argumentos quem se engajou na **violência** e se afastou dos anseios populares (JORNAL DO BRASIL, 6 de nov. de 1969, p.7. Acesso em: 23 jun. 2011. Grifos nossos).

Justificando a repressão e a morte de Marighella, o JB afirma que tudo na política tem consequências. “A violência, o radicalismo, a intolerância geram reações iguais e contrárias” (Jornal do Brasil, 6 nov. 1969, p.7).

Segundo o editorial, o governo militar estaria esboçando um momento de descompressão política e social, e assim sendo o período de maior repressão começava a ser deixado para trás. Com isso, a subversão e o radicalismo estariam ficando cada vez mais isolados, e se em algum momento pareceram ser viáveis, agora se mostravam fadados ao fracasso.

Ainda no dia 6 de novembro o “Jornal do Brasil” publicou matéria em que procura esmiuçar a morte de Marighella, dessa vez tentando estabelecer o ponto de partida para a operação policial que teve como desfecho os eventos na Alameda Casa Branca, em São Paulo.

Segundo a reportagem, durante sua prisão Isaías Almada teria revelado as ligações e os contatos frequentes entre frei Betto e Carlos Marighella. Outro preso, Paulo de Tarso Venceslau, estudante de economia envolvido no sequestro do embaixador dos EUA, teria também repetido o nome de frei Betto. Venceslau ainda teria informado que frei Ivo seria o coordenador em São Paulo do grupo de dominicanos envolvidos com a subversão, e ainda que os contatos eram feitos em um apartamento na cidade, e também pelo telefone do convento dominicano.

O passo seguinte da polícia, segundo o JB, foi censurar (grampear) o telefone do convento dominicano em São Paulo, onde foi interceptada conversa entre frei Ivo e o ex-monge beneditino Sinval Itacarambi Leão marcando um encontro na Guanabara. O delegado Fleury e sua equipe deslocaram-se para lá, onde efetuaram a prisão dos freis Ivo, Fernando e também Itacarambi.

O “Jornal do Brasil” afirma que em um interrogatório que teria durado 24 horas a polícia conseguiu descobrir que inicialmente os freis mantinham uma célula ligada a outros grupos, como AP (Ação Popular), um denominado Grupo Arraes, VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), além da Ala Marighella (o nome Ação Libertadora Nacional não aparece em nenhum trecho da reportagem). De acordo com o jornal, um suposto enfraquecimento das outras organizações teria feito com que os freis se unissem à ala Marighella, para ajudar a sustentá-la.

Com essa união, cabia aos dominicanos pontos distintos de atuação dentro de um esquema de sustentação. Dentre as funções atribuídas a eles estariam: procurar novos aparelhos, abrigar e ajudar na saída do país de foragidos “queimados”, transporte em veículos da organização, contatos com Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, envio de material de propaganda para o exterior e levantamento de áreas que pudessem ser utilizadas na guerrilha rural.

O DOPS então deu o passo seguinte: manteve os telefones do convento e da livraria Duas Cidades, de propriedade dos dominicanos, grampeados. A polícia soube, pelos freis Ivo e Fernando, que Marighella ligaria marcando um novo encontro.

O telefonema ocorreu por volta das 16h:30 na livraria Duas Cidades. Frei Ivo atendeu à ligação feita por um emissário de Marighella (nesse trecho a reportagem erra, pois sabemos hoje, pelo próprio frei Fernando, que ele, e não Ivo, atendeu ao telefone), fornecendo senha e contrasenha. Estava marcado o próximo encontro entre os dois dominicanos e Carlos Marighella.

O delegado Fleury, em reunião com todos os órgãos de repressão do Estado e, contando com a participação de elementos das Forças Armadas, montou um esquema que contaria ainda com dois carros e um caminhão.

As 19h:30, na Alameda Casa Branca, um homem alto, da segurança de Marighella, que a polícia identificou como Gaúcho, percorreu a rua por um tempo aproximado de 8 minutos, indo embora em seguida. Hoje sabemos que o “segurança” em

questão era Luís José da Cunha, o Crioulo, e não Edmur Péricles de Camargo, conhecido como Gaúcho, conforme a polícia e os jornais da época informaram.¹³

Em seguida o jornal dá sua explicação para o fato de Marighella não ter sido preso durante a operação policial. “Marighella não foi apanhado vivo porque seu esquema de segurança, também muito bem armado, reagiu imediatamente, obrigando os policiais a atirar com metralhadoras” (JORNAL DO BRASIL, 6 nov. 1969, p.15. Acesso em: 23 jun. 2011).

Ainda na mesma edição o “Jornal do Brasil” faz referência a dois dos policiais participantes da emboscada na Alameda Casa Branca, um deles o comandante da operação, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, e o outro a investigadora Estela Borges Morato. Com relação ao delegado, sob o título de “Delegado fez promessa de como usar revólver”, a reportagem traz uma breve biografia de Fleury, destacando sua “experiência”, “dedicação” e “coragem”. O texto informa que, ao entrar na polícia 17 anos antes, Fleury fez uma promessa de que somente tiraria a arma para dar tiro “em bandido ou em gente que não consegue entender até onde vai o direito e a liberdade. Foi por isso que ele ficou famoso na polícia e entre marginais” (JORNAL DO BRASIL, 6 nov. 1969, p.15).

A matéria segue exaltando o delegado que passou para a história como chefe do Esquadrão da Morte em São Paulo e notório torturador. A reportagem o descreve fisicamente e procura demonstrar que, além de profissional dedicado, Fleury era um pai de família que não gostava de ostentações ao se vestir.

Agora, o delegado Fleury, alto, forte, voz grossa, cabelos castanhos claros encaracolados, casado, pai de duas meninas, que prefere andar de blusão de couro como seu irmão, também policial, é um homem mais famoso ainda por comandar o plano de prender vivo ou morto o líder comunista Carlos Marighella (JORNAL DO BRASIL, 6 nov. 1969, p.15. Acesso em: 24 jun. 2011).

Esse trecho do noticiário nos remete à imagem dos xerifes do velho Oeste norte-americano, que Hollywood tratou de divulgar nas centenas de filmes sobre o tema. Nos filmes, de forma geral, o xerife é o cidadão exemplar, dedicado, honesto, pai de família, que se impõe a missão de salvar a cidade de criminosos perigosos.

¹³ Tanto Luís José da Cunha quanto Edmur Péricles de Camargo se tornaram vítimas da repressão política. Cunha foi assassinado sob tortura em 1973, sendo seu caso deferido pela Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos em 1997. O nome de Camargo figura na lista de mortos e desaparecidos do regime militar.

Quando a **subversão** começou a tomar a forma do **terror**, alguns chefes do organismo policial paulista falavam da necessidade de colocar à disposição do DOPS homens dispostos a tudo, principalmente a enfrentar os **terroristas** em igualdade de condições, isto é, à bala. O primeiro nome sempre lembrado era o do delegado Fleury, com seus homens (JORNAL DO BRASIL, 6 nov.1969, p. 15. Grifos nossos).

Assim como os xerifes do velho Oeste, Fleury é o homem da lei que combate criminosos para garantir a lei e a ordem. Ao escalar policiais como Fleury para enfrentar a guerrilha urbana o regime procurou estabelecer no imaginário da população o vínculo entre os guerrilheiros (terroristas, na expressão dos donos do poder) e os criminosos que a polícia enfrentava diariamente.

Não nos esqueçamos de que os cartazes de procurados, que traziam fotos de militantes da esquerda armada, espalhados pelas grandes cidades do país, reforçavam esse vínculo a ser estabelecido, remetendo assim aos filmes do chamado “faroeste”. Naquele momento vários filmes do chamado Bang Bang italiano, ou western spaghetti, faziam sucesso no Brasil. Eram os casos de “Por um punhado de dólares” (1964) e “Era Uma Vez no Oeste”, de Sérgio Leone (1968), e também do curiosamente intitulado, “*Wanted – procurado*”, com Giuliano Gemma, de 1967.

Quanto à investigadora Estela Borges Morato, o jornal informa que até aquele momento ela permanecia internada em estado grave, tendo poucas chances de permanecer viva. Tendo levado um tiro na cabeça enquanto participava da ação para prender Marighella, a investigadora dificilmente sobreviveria, e se conseguisse talvez permanecesse em estado vegetativo.

Ainda sobre o tema, o “Jornal do Brasil”, trouxe no mesmo dia 6, em sua primeira página, uma foto de Estela Borges Morato tendo como legenda a frase, “O preço da dedicação”. Era o contraponto entre os dedicados e heroicos policiais que enfrentavam de peito aberto o terror e os terroristas, sempre retratados como malfeitores e traiçoeiros.

Como ressaltamos anteriormente, o “Jornal do Brasil”, assim como os demais órgãos de imprensa da época, informou, seguindo a versão dada pelos policiais do DOPS, que a investigadora havia sido baleada pelos seguranças de Marighella, durante o tiroteio que resultou na morte do ex-deputado e de um dentista alemão que passou pelo local. Na realidade, a investigadora foi morta pelos próprios policiais, possivelmente no momento em que abriram fogo ao ouvirem os primeiros tiros dados contra Marighella, ou ainda quando o dentista entrou desavisadamente na emboscada policial.

Estela Borges Morato foi velada no saguão da Secretaria de Segurança, em 8 de novembro de 1969. Nessa cerimônia estiveram presentes muitas autoridades, como o então Governador de São Paulo Abreu Sodré e o Secretario de Segurança General Vianna Moog.

A descrição do sepultamento feita pelo “Jornal do Brasil” é repleta de detalhes comoventes e dramáticos, como a chuva de pétalas que caía do prédio da Secretaria de Segurança no momento da partida do esquife rumo ao cemitério, ou ainda o choro copioso de familiares da investigadora.

O enterro, realizado com honras militares, contou com a presença de membros da TFP (Tradição, Família e Propriedade), e foi precedido por discursos. O pastor da Igreja à qual pertencia a investigadora afirmou: “Era uma árvore frondosa contra o comunismo e a corrupção”. O presidente da Associação da Polícia Civil do Estado de São Paulo, em seu discurso, ressaltou que Estela “lutou contra o ódio e a vingança que querem implantar no país e foi a primeira mulher a derramar seu sangue nessa missão. Agora lutaremos com disposição redobrada, pois será uma estrela luminosa a guiar nosso caminho”. (JORNAL DO BRASIL, 8 nov. 1969, p.13. Acesso em: 23 jun. 2011).

Em uma homenagem, a investigadora “que tombou combatendo os terroristas”, Estela Borges Morato se tornou nome de rua na cidade de São Paulo. No site “dicionário de ruas” podemos encontrar ainda nos dias de hoje a seguinte descrição de sua morte:

[...] deu com apenas 22 anos, sua vida cheia de crenças, sonhos e esperanças à glória e liberdade da terra que a viu nascer, quando no cumprimento do dever tomou parte com intrepidez do cerco destinado à prisão do **perigoso** Carlos Marighela, **chefe da subversão** do Estado de São Paulo. Estela Borges Morato foi a primeira mulher brasileira e paulista a ser vítima de uma nobre audácia, no trabalho árduo contra o terrorismo, em defesa da sociedade, em defesa dos postulados cristãos e da Pátria Brasileira. Crônica de Autoria de Estela Borges Morato, publicada no jornal editado pelo Sindicato dos Bancários em outubro de 1969: "Que Tipo de Mundo Você Queria?". "Para esta pergunta, a resposta é sempre a descrição de uma utopia. Porém, eu gosto deste século, cheio de vivacidade e colorido, planos e esforços que nos fazem participar de uma experiência excitante e maravilhosa, sendo exatamente isso que dá a vida sua única atração verdadeira. Vida é movimento. Quero este mundo assim como ele é, com sonhos para sonhar, problemas para resolver e lutas para lutar. Vivamos intensamente a vida que Deus nos deu, afinal ela nos oferece mais prazer que dor, mesmo que haja sempre algo para ser resolvido ou remediado. Este mundo merece voto de confiança, porque ele é bom, só é mau para gente dura e de cabeça mole. O homem, enfrentando suas dificuldades, pode mostrar que é homem, aceitando o desafio. As dificuldades serão superadas e a vida valerá a pena ser vivida. Afinal já conquistamos a Lua." Faleceu em 7 de novembro de 1969 (<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx/>. Acesso em: 23 jun. 2011. Grifos nossos).

O texto cheio de adjetivos, descreve a investigadora como alguém cheia de esperanças, sonhos, de crença na liberdade e glória do Brasil. Sua morte é representada como fruto do sacrifício, uma nobre audácia, “um trabalho árduo contra o terrorismo, em defesa da sociedade, em defesa dos postulados cristãos e da Pátria Brasileira”. As palavras descrevem uma heroína nacional, que entregou sua vida para defender o Brasil enquanto pátria cristã. Por outro lado, o “perigoso” Carlos Marighella aparece como o chefe do terrorismo no Estado de São Paulo.

Em outro contraponto entre policiais e os ditos subversivos, em 7 de novembro o “Jornal do Brasil” informou a seus leitores que os restos mortais de Carlos Marighella haviam sido enterrados de forma sigilosa em cemitério da cidade de São Paulo. A reportagem ainda faz questão de indicar o respeito e a humanidade dos policiais, que teriam feito questão de providenciar o sepultamento, inclusive pagando todas as despesas. Ao serem informados pela administração do preço do enterro, um policial resumiu assim a posição do DOPS: “Nós pagamos. Tire a nota em nome do DOPS. Queremos um enterro digno.” (JORNAL DO BRASIL, 7 nov. 1969, p.13).

Na mesma edição o JB informa que a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo promoveria os policiais do DOPS que participaram da ação contra Marighella, “por demonstrarem alto espírito cívico” e por “ato de bravura”. O regime militar premia e promove os agentes da repressão política por cumprirem com bravura e espírito cívico suas funções na luta em prol da sociedade e contra o ódio e a violência terrorista.

Por fim, reportagem do “Jornal do Brasil” informou que Carlos Augusto Marighella, na época com 22 anos, havia deixado Salvador (BA) com destino a São Paulo, com o objetivo de prestar uma última homenagem ao pai, que havia sido enterrado em uma cova rasa de maneira sigilosa. Os jornalistas foram informados do sepultamento de Marighella horas depois, vindo a noticiá-lo apenas no dia seguinte.

A reportagem esclarece ainda que a família havia solicitado o corpo para enterrá-lo na capital baiana; no entanto, as autoridades não permitiram, alegando que desejavam evitar algum tipo de manifestação popular no enterro.

Mesmo alertado pelas autoridades de que não teria nenhuma proteção em face das ameaças de represálias, Carlos Augusto decidiu seguir para São Paulo, onde deixaria um buquê de flores na sepultura do pai. Portanto, sequer realizar o sepultamento a família de Carlos Marighella teve direito.

Revista “Veja”

A revista “Veja” foi lançada em setembro de 1968, quando a ditadura militar passava por um processo de questionamentos, de cisões em sua base política, mobilizações operárias, manifestações estudantis e ações guerrilheiras. Quanto ao posicionamento da revista em relação às guerrilhas, Edina Rautemberg (2010) afirma que “Veja” buscou a criação

[...] de uma imagem pejorativa dos guerrilheiros, associando estes ao banditismo e à subversão, criando um consenso na população que fosse desfavorável aos grupos guerrilheiros, e impedindo assim uma possível aliança e/ou o apoio da população aos guerrilheiros (RAUTENBERG, 2010, p.2).

Em sua pesquisa sobre as guerrilhas, Rautemberg analisou 42 matérias publicadas entre 1968 e 1972, e constatou que 19% dessas matérias se localizavam em seções denominadas “Terror”, 12% na seção “Subversão”, enquanto 41% das matérias trazem em seu título alguma associação com o terrorismo. Portanto, a forma com que o semanário é organizado e a titulação das seções onde a temática é tratada demonstram o objetivo da revista: a constituição de um consenso contra a guerra de guerrilhas.

Outro consenso que a revista “Veja” procurou impor diz respeito ao fracasso precoce dos grupos guerrilheiros. Segundo Rautemberg (2010), o fim das guerrilhas foi apontado com frequência durante o ano de 1969. Em relação a esse aspecto, a tabela que reproduzimos abaixo demonstra a argumentação:

Data	Edição	Título
22/10/1969	59	O terror está encerrado
29/10/1969	60	O terror sem saídas
05/11/1969	61	O terror sem fôlego
12/11/1969	62	Estratégia para matar o terror
04/02/1970	74	Os rachas do terror
04/03/1970	78	A última batalha
16/12/1970	119	O terror desafiado

Tabela 1 - Matérias de “Veja” declarando o fim das guerrilhas (RAUTENBERG, 2010, p.11)

No que se refere ao tema de nossa pesquisa, em 11 de novembro de 1969 “Veja” trouxe como reportagem de capa a morte de Carlos Marighella. Como título apareceu o seguinte questionamento: “O terror morre com Marighella?”. A capa da revista já esclarece sua posição em relação a guerra de guerrilhas denominada simplesmente como “o terror”, e mais adiante Marighella é representado com um dos “generais” do terrorismo.

Ilustrando a primeira página da matéria, três fotos: Marighella morto no interior do Volkswagen, seu corpo já fora do carro, e, por fim, a cova onde foi sepultado. As imagens são acompanhadas pela seguinte afirmação: “Carlos Marighella está morto, sepultado em uma cova rasa [...] Sua última batalha [...] acabou com o mito de que os generais do terror eram perfeitos estrategistas” (VEJA, 11 nov.1969.p.22-31).

A reportagem afirma que o DOPS usou contra Marighella as mesmas armas que este considerava fundamental para as ações subversivas, a surpresa. E acrescenta, “em seu Mini manual do guerrilheiro urbano, o homem apontado como alma da escalada do terror no Brasil ensinava que contra a surpresa o inimigo nada pode opor, e rende-se perplexo ou é aniquilado” (VEJA, 11 nov. 1969).

A conclusão da revista: Marighella foi surpreendido, cercado por quase 40 policiais, não se rendeu porém não teve tempo de usar a arma, foi aniquilado com três tiros em um tiroteio de aproximadamente 5 minutos entre policiais e cerca de 13 seguranças de Marighella. Do suposto tiroteio também um delegado saiu ferido e uma investigadora foi atingida mortalmente, vindo a falecer dias depois.

Segundo a reportagem seu esquema de segurança falhou. Apontado pela revista como seu mais eficiente guarda-costas, o Gaúcho (assim como o Jornal do Brasil, houve confusão entre Luís Jose da Cunha e Edmur Péricles de Camargo) teria deixado de seguir um dos ensinamentos do “Mini manual do guerrilheiro urbano”. “Veja” cita o livro: “O guerrilheiro urbano deve possuir uma grande capacidade de observação, estar muito bem informado de tudo, principalmente dos movimentos do inimigo” (VEJA, “Estratégia para matar o terror”, 11 nov. 1969, p.23).

De acordo com o que apurou a revista semanal, o guarda-costas teria vindo antes com o objetivo de observar a rua e analisar se havia condições de segurança para o encontro entre Marighella e os freis. Não vendo nada de anormal fez um sinal para Marighella, que chegou ao local tendo como único disfarce uma peruca. A revista informa que a confiança de Marighella mostrou que a armadilha havia dado certo, e que ele não soubera das 23 prisões que aconteceram no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A armadilha funcionava, deixando claro que as 23 prisões (Frei Fernando, Frei Ivo, doze seminaristas dominicanos, dois jornalistas e mais sete pessoas) feitas em São Paulo e no Rio desde sexta-feira não haviam chegado ao conhecimento do **líder maior do terrorismo** (VEJA, 11 nov. de 1969, p.23. Acesso em: 10 abr. 2011. Grifos nossos).

Segundo a revista, “terroristas” menores souberam de boatos sobre as prisões, fato que explicaria a fuga de frei Betto de um convento em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, horas antes da chegada da polícia. Frei Betto foi apontado pela polícia como o responsável pela fuga de terroristas para o exterior.

Fleury, que fingia namorar em um carro, e outros policiais que se passavam por operários deixaram a encenação para dar voz de prisão a Marighella, que se aproximava do Fusca. Este correu, entrou no carro onde se encontravam freis Ivo e Fernando. Com o início do tiroteio frei Ivo deixou o automóvel com os braços erguidos e frei Fernando se abaixou, enquanto os seguranças do ex-deputado reagiam atirando. Após cinco minutos de fogo cruzado, dois mortos, Marighella e um protético alemão que passava pelo local, e dois feridos, o delegado Rubens Tucunduva, atingido na perna, e a investigadora Estela Morato Borges, baleada na testa.

A revista ouviu um dos policiais, que resumiu os supostos erros de Marighella da seguinte forma: “O homem foi muito folgado. Marcar encontro quase no centro de São Paulo foi demais” (VEJA, 11 nov.1969, p.24). Para a reportagem, com a morte de Marighella chegava ao fim uma mística criada quando do início dos bem-sucedidos assaltos a bancos e atentados terroristas. Todas essas ações teriam criado uma imagem dos terroristas como pessoas de sangue frio e astúcia fora do comum.

Por outro lado, os órgãos de repressão pareciam impotentes, sempre na defensiva. Aproveitando-se das circunstâncias, os subversivos tornaram-se mais ousados. Chegaram a realizar assaltos simultâneos a dois bancos (a revista não informa, porém, a ação a que se refere foi executada por um comando da VPR sob a liderança do ex-capitão Carlos Lamarca, na cidade de São Paulo).

Segundo a reportagem, nessa época as prisões se limitavam aos executores das ações, não chegando aos chefes. A polícia reconhecia que lutava contra um inimigo poderoso.

Nesse trecho “Veja” supõe que houvesse nas organizações guerrilheiras uma divisão hierárquica entre os chefes, que apenas planejavam, e seus subordinados, executores das ações. Sabemos que essa suposição estava errada, uma vez que em boa parte das organizações não havia essa divisão entre a ação e a teoria.

A reportagem afirma que se a morte de Carlos Marighella não acabava com o terror, ela punha fim à falsa percepção de que a subversão tinha uma estrutura sólida e imbatível. As opiniões de autoridades militares e políticos ouvidos pela revista demonstravam esse otimismo. O chefe da Polícia Federal em São Paulo afirmou que o fato representou o tiro de misericórdia no terrorismo. Para alguns agentes, a subversão perdeu sua liderança consciente e passaria a agir de forma isolada (VEJA, 11 nov. 1969, p.25).

Com o título de “A inversão da tática”, a reportagem passa a analisar as mudanças no *modus operandi* do DOPS no que se refere a enfrentar os desafios lançados pelo terrorismo. “Veja” descreve os dois delegados que comandaram a operação, Sérgio Paranhos Fleury e Rubens Tucunduva como homens duros, que levaram para o combate à subversão suas experiências no combate aos criminosos comuns. A média de sucesso de ambos, segundo a revista, é ótima: “a cada dez saídas, dez são proveitosas” (VEJA, 11 nov.1969, p.26).

Além da ação dos dois delegados, “Veja” credita o sucesso do DOPS paulista à reformulação pela qual o órgão passou a partir do mês de agosto de 1969, quando um novo secretário de segurança e um novo diretor assumiram seus cargos. O novo diretor passou a buscar homens mais novos, que desejassem fazer carreira no DOPS. A reportagem informa que todos os participantes da operação na Alameda Casa Branca seriam promovidos.

A reformulação do DOPS paulista, entretanto, de acordo com “Veja”, fazia parte de uma nova estratégia, “um esquema maior, de âmbito nacional, para o combate ao terror. Esse esquema determinava uma centralização dos órgãos repressivos e orientava-os que assumissem a ofensiva” (VEJA,11 nov. 1969, p.26. Acesso em: 13 abr. 2011).

Para a revista “Veja”, uma vez na ofensiva os órgãos de repressão passaram a acumular informações de forma racional. Todas as ações policiais passaram a ser precedidas pela análise das informações levantadas pelos serviços de inteligência da polícia e das Forças Armadas. Esse trabalho teria se mostrado fundamental em ações como a armadilha a Marighella.

A reportagem prossegue analisando o papel da estrutura repressiva no combate à chamada subversão. Segundo “Veja”, com um caráter mais autônomo a “Operação Bandeirantes” (Oban) foi criada, em 1969, tendo como objetivo específico prender terroristas e subversivos. Mesmo com o passar dos meses e uma maior centralização das ações repressivas a OBAN teria continuado recebendo informações da Guanabara, onde se localizava.

[...] o cérebro das ações antiterroristas, representado principalmente pelo Serviço Secreto do Exército, Centro de Informações do Exército (CIE) e Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Uma participação menos ativa nesse cérebro é o do Centro de Informações da Aeronáutica, que colabora mais com o fornecimento do transporte aéreo. Apoiando todos esses órgãos existe ainda o Serviço Nacional de Informações (VEJA, 11 nov. 1969, p.26).

A revista não informa, no entanto, além da centralização das informações no combate às ações da guerrilha urbana, outro elemento assumiu dimensões fundamentais na desestruturação e no aniquilamento das organizações da esquerda revolucionária: a tortura. Mais do que métodos científicos de investigação, o suplício físico, e também psicológico dos prisioneiros foi o principal responsável pela obtenção de informações que levaram a repressão a eliminar a guerrilha urbana e também boa parte dos guerrilheiros.

A reportagem segue sua exposição informando que, nos meses que se seguiram, a centralização dos órgãos de repressão foi somando muitas vitórias, principalmente em Minas Gerais e São Paulo. Em algumas das vezes teriam contado também com falhas dos próprios “terroristas”:

Um por um foram cometidos “os sete pecados do guerrilheiro urbano”, enumerados por Carlos Marighella: 1) inexperiência, que leva a deixar pistas; 2) vangloriar-se de suas ações, espalhando-as aos quatro ventos; 3) envaidecer-se, tornando-se cego pelos êxitos obtidos; 4) exagerar suas forças, querer fazer aquilo que não pode; 5) precipitação, não ter paciência; 6) atacar seu inimigo quando este está assanhado; 7) agir na base da improvisação (VEJA, 11 nov. 1969, p.28. Acesso em: 24 jun. 2011).

Segundo a reportagem, a inversão da tática levou a um equilíbrio de forças entre a repressão e os subversivos. Até agosto os choques entre ambos eram raros, sempre evitados pelos terroristas, e desde então a polícia passou a “buscar seus inimigos, forçando-os a um combate aberto” (VEJA, 11 nov. 1969 p.28).

Por fim, vale ressaltar que na edição de 11 de novembro de 1969 a revista “Veja” trouxe uma reportagem com o título “a alegre noite da vitória”, destacando a comemoração dos policiais do Dops paulistano na noite da operação que resultou na morte de Carlos Marighella.

A investigadora Ana Teresa aparece em uma fotografia e informa ao repórter que na noite de 4 de novembro ligou para sua mãe para contar o que tinha acabado de acontecer. Lembra inclusive o início do diálogo: “Alô, mamãe? Sabe quem nós matamos? O Carlos Marighella!” (VEJA, 11 nov. 1969, p.26. Acesso em: 24 jun. 2011).

Também na mesma matéria a comemoração dos “heróis da noite” em bares da cidade divide espaço com o lamento pela morte da investigadora Estela Borges Morato. Além disso, o perigo da vingança dos “terroristas” faz com se questione a possibilidade de os policiais participantes da exitosa ação se mudarem de suas casas, evitando assim possíveis represálias. As respostas de alguns deles a essa pergunta são símbolos de dramatização: “Minha velha mora comigo. Tem 76 anos. Se alguém encostar nela, pego os que estão aqui dentro e vou atrás dos outros. Pego um por um.” (VEJA, 11 nov.1969, p.26).

O policial não admitiria a possibilidade do sofrimento de sua mãe idosa; mataria os guerrilheiros presos no DOPS e não descansaria até encontrar os demais, um por um. Um verdadeiro herói de cinema, que sai em busca de vingança quando os criminosos destroem aquilo que ele tem de mais valioso, a sua família.

Na mesma linha, diz outro investigador: “Tenho três filhos. E a casinha que eu moro também é minha. Mas, não sei não. Se pegarem um dos meninos, não sei, não. Acho que dou um tiro na cabeça.” (VEJA,11 nov. 1969, p.26).

CAPÍTULO 3º CONTESTAÇÕES À VERSÃO OFICIAL

3.1 DAS PRIMEIRAS CONTESTAÇÕES À LEI 9.140/95

Em cada período histórico determinada memória exerce posição dominante, ocorrendo aquilo que Pollak (1989), utilizando-se de um conceito elaborado por Henry Rousso (1998), chama de enquadramento da memória. No entanto, de acordo com Vasconcelos (2009), o fato de uma memória ser dominante não quer dizer que seja a única. Assim, permanecem existindo “memórias subterrâneas, que como partes integrantes das culturas minoritárias e dominadas se opõem à memória oficial” (POLLAK, 1989, p. 2).

As memórias subterrâneas, ou marginalizadas nas palavras de Vasconcelos (2009), sem ter acesso direto aos espaços tradicionais de comunicação, são transmitidas por meio de estruturas de comunicações informais, associações, redes familiares e de solidariedade, e ao invés de serem esquecidas produzem uma resistência ao discurso oficial (Vasconcelos 2009, p.73). Em períodos de crise essas memórias, quase imperceptíveis, vêm à tona. Temos a disputa de memórias. (POLLAK, 1989)

Neste capítulo analisaremos como se deu o processo de resistência à memória oficial sobre a morte de Carlos Marighella. Com todas as dificuldades inerentes à divulgação de ideias e de denúncias em uma ditadura, essa resistência ficou muitas vezes restrita a grupos de familiares e militantes políticos de esquerda, que produziram uma memória clandestina sobre o período.

Esse processo somente adquiriu outro patamar após a Lei de Anistia, em um momento de crise econômica e política da ditadura civil-militar, quando ocorreu o retorno dos banidos e a conquista de liberdade dos prisioneiros políticos. Esses novos personagens iriam se somar aos esforços de setores da sociedade civil em busca da redemocratização e da verdade sobre os mortos e desaparecidos.

Utilizando categorias e conceitos elaborados por Michael Pollak (1989), verificamos que foi em um contexto de crise do regime militar e de reorganização da sociedade civil e política que as memórias subterrâneas sobre a repressão invadiram o espaço público e passaram a ser concorrentes da memória dominante. Nesse momento temos que as contestações à memória oficial sobre os mortos e desaparecidos durante o regime militar passam a contar com, além da atuação de seus familiares, com outras manifestações e

mobilizações, por meio de canais tradicionais de informação, agora em pleno processo da chamada redemocratização: livros, jornais, revistas e televisão tornam-se espaços onde militantes banidos, exilados, associações de familiares e organizações políticas recontam suas histórias e reconstroem suas memórias.

Portanto, neste capítulo nosso objetivo é o de reconstruir como se deu o processo de negação da memória oficial sobre a vida e a morte de Carlos Marighella, e como em seu lugar estabeleceu-se a reconstrução da trajetória dele e de seus projetos políticos, por meio de memórias até então mantidas na clandestinidade. Como todo processo, esse também se deu com avanços e retrocessos.

Uma das primeiras contestações públicas à versão oficial da morte de Carlos Marighella ocorreu ainda em pleno regime militar, em 1971, durante o julgamento dos freis dominicanos. Mário Simas, advogado dos dominicanos, utilizando-se das peças de acusação, fotografias e matérias de jornais de 1969, questionou muitos aspectos do processo, tendo o grande mérito de, no decorrer do julgamento, ter apontando várias das contradições existentes na versão oficial sobre a morte de Marighella.

Segundo essa versão, Frei Ivo encontrava-se ao volante do Volks estacionado à altura do número 806 da Alameda Casa Branca [...]. Frei Fernando ocupava o banco de trás. Marighella aproximou-se e entrou no carro para conversar com Frei Fernando. Imediatamente a polícia lhe deu voz de prisão. Frei Ivo saiu do carro, enquanto teve início a fuzilaria. Frei Fernando lançou-se ao chão do Volks, entre os bancos dianteiro e traseiro, cobrindo-se com o próprio corpo de Marighella, a fim de proteger-se das balas (BETTO, 2006, p.281).

Em um total de 10 tópicos, Mário Simas tenta desconstruir a versão oficial:

1) A presença do “Gaúcho” ou de guarda-costas de Marighella. A defesa apontou contradições relacionadas à existência de seguranças de Marighella, de dois a 15 elementos, de acordo com versões de alguns jornais. Desacreditou também a presença de Edmur Péricles de Camargo, o Gaúcho, militante que ao ser preso teria informado que desde meados de 1969 rompera com a ALN, portanto não podia estar na alameda servindo de guarda-costas de Marighella.

2) A existência de uma peruca, que aparece em fotografias, e consta nos autos, na qual Marighella teria chegado. A não apreensão da peruca chamou a atenção do advogado.

3) A entrada de Marighella no Volks. Existem versões contraditórias a esse respeito, além do fato de os delegados no comando da operação não terem conseguido afirmar como o líder da ALN entrou no cerco policial.

4) O Volkswagen em que Marighella aparece morto: a polícia afirmou tratar-se de um veículo de propriedade da Ordem dos Dominicanos, que, no entanto, negou o fato.

Em relação a isso, hoje temos conhecimento de que os freis ligados à ALN haviam adquirido o carro para ser utilizado pela organização. O Volks acabou registrado no nome de Roberto de Barros Pereira, engenheiro simpatizante da ALN, que em diversas ocasiões serviu de motorista para Carlos Marighella (SILVA JUNIOR, 2009).

5) As balas transfixiantes: a perícia realizada pela polícia afirmou que todas as balas que atingiram Carlos Marighella foram transfixiantes, ou seja, teriam atravessado seu corpo. A defesa questiona a versão oficial, segundo a qual frei Fernando teria conseguido escapar ileso à fuzilaria, mesmo estando no banco de trás do Volks. “Se Frei Fernando estivesse mesmo por baixo de Marighella, como poderia não ter sido inevitavelmente atingido por um projétil?” (BETTO, 2006, p.285).

6) A mortalha: analisando uma cópia ampliada das fotos, percebe-se um cobertor, lona ou pano junto ao corpo de Marighella. A perícia técnica não constatou a presença do objeto dentro do carro. Segundo Simas, tratava-se de um tipo de mortalha, utilizado pelo Instituto Médico Legal e também pela polícia para embrulhar cadáveres. Para o advogado, “a mortalha, provavelmente, servira para retirar o corpo do líder revolucionário do local em que tombara.” (BETTO, 2006, p.285).

7) Nas fotos percebe-se que as calças de Marighella estavam abertas. Sendo uma técnica policial para dificultar a fuga após prender um indivíduo, abre-lhe a calça para dificultar a fuga. Depois de morto, no entanto, fica difícil vestir um cadáver em razão do acúmulo de gases na região abdominal. Nesse ponto, o advogado sugere que Marighella pode ter sido preso em outro local, morto, e então levado à Alameda Casa Branca, visando comprometer os frades. Essa hipótese levantada pelo advogado, sabemos hoje, não condiz com os fatos.

8) A folhagem: aos pés de Marighella percebe-se uma folha de jardim, algo que não existe em uma rua de paralelepípedos, como é o caso da Alameda Casa Branca, mas existindo, em contrapartida, em casas próximas. Mais uma vez o advogado levanta a hipótese de o revolucionário ter sido morto fora do local da emboscada.

9) A falange: em uma fotografia dos autos percebe-se a mão de Marighella dependurada, e vê-se que nela falta a última falange do dedo indicador esquerdo. O advogado

faz a suposição (que hoje, sabemos correta, por laudo do médico Nelson Massini.¹⁴) de que a falange poderia ter sido cortada por uma bala.

Portanto, se Marighella morreu mesmo no carro, porque o dedo não foi encontrado dentro do veículo, e sim, no dia seguinte, a dez metros do Volks? Segundo Mário Simas, o dedo foi entregue ao Instituto Médico Legal, passado recibo e inserido nos autos. Constatado que pertencia a Marighella, foi enterrado com ele.

10) A posição do corpo de Marighella. O advogado analisa as fotos e argumenta:

Imaginemos, agora, o que poderia ter acontecido: Marighella ingressa no carro para conversar com Frei Fernando. Recebe tiros e morre. Ser-lhe-ia fisicamente impossível estirar as pernas para fora da porta do carro tendo, primeiro, empurrado os dois encostos do banco da frente, imobilizando-se finalmente com uma folha em seus pés (BETTO, 2006, p.289).

Um pouco adiante prossegue a argumentação:

... O corpo de um homem recém-falecido não se sustenta dessa forma sobre os vãos dos bancos. E os bancos não poderiam estar para frente. Se os dois frades saíram do carro, os bancos estariam para trás. Se, ao contrário, foi a polícia que abriu as portas, é sinal de que estavam fechadas, o que significa que os religiosos ainda encontravam-se dentro do carro. A posição do corpo de Marighella seria outra e os dominicanos teriam sido fatalmente atingidos pelas balas (BETTO, 2006, p.289).

Recapitulando a argumentação do advogado Mário Simas: O que ocorreu com a perua na qual Marighella teria chegado? A quem pertencia o Volkswagen no qual o líder guerrilheiro apareceu morto, e como ele teria entrado no automóvel? Como explicar a trajetória das balas transfixiantes? A mortalha, a calça aberta e a folhagem que aparecem nas fotografias, como responder a essas perguntas? Como entender o mistério da falange que apareceu a metros de onde Marighella foi apresentado, já sem vida, aos jornalistas? E para encerrar: seria possível Marighella ter morrido na posição em que seu corpo aparece em fotos e imagens registradas pela imprensa?

¹⁴ Sobre o laudo do médico legista Nelson Massini ver Emiliano José, 1997 e Direito à Verdade e à Memória, 2007. O laudo de Massini foi elaborado a pedido da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Discutiremos o assunto mais adiante.

Hoje alguns dos questionamentos do advogado foram esclarecidos; no entanto, é interessante notarmos que muitas das argumentações apresentadas pela defesa são justamente aquelas que se tornaram peças-chave para o julgamento do processo na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos em 1996, o que demonstra o bom trabalho realizado por Mário Simas na defesa dos dominicanos.

Mário Simas argumentou que Marighella havia sido executado, sozinho, sem a presença de seguranças e sem ocorrer tiroteio. Ainda mais, a morte do líder da ALN teria ocorrido na rua. A posição forçada na qual o corpo foi fotografado demonstrava que este foi arrastado e ali colocado para forjar uma situação que não ocorrera (SIMAS, 1986).

Entretanto, o tribunal militar recusou todas as argumentações da defesa, condenando três dos quatro dominicanos a quatro anos de prisão por associação “a uma organização criminosa, orientada do Exterior, cuja finalidade é, mediante a transformação do Brasil num campo de sangue e ódio, implantar no país o regime comunista.” (SIMAS, 1986, p.136).¹⁵

Em 1972, foi editado pela Ação Popular Marxista-Leninista o “Livro Negro da Ditadura Militar”, trazendo denúncias de violações de direitos humanos pela ditadura militar. Segundo Flamarion Maués (2011),

trata-se, todavia, de publicação clandestina, editada por um grupo político também clandestino naquele momento, e que, ao que tudo indica, teve circulação muito restrita. Podemos supor, até mesmo, que talvez o livro tenha circulado mais no exterior do que no Brasil (MAUÉS, 2011, p.52-53).

Mesmo levando em consideração as observações de Maués, com a dificuldade de divulgação de informações em uma ditadura, em razão da censura e da repressão, a publicação da APML foi uma das pioneiras, ao trazer um dossiê denunciando o assassinato de militantes. Nos capítulo 17, Carlos Marighella é descrito como um homem à frente de muitas ações de vanguarda contra a ditadura, e em razão disso vítima da fúria repressiva.

O assassinato de Marighella é denunciado sem maiores detalhes, no entanto, o que é mais importante no contexto da publicação, apenas quatro anos após os fatos, é que a versão oficial é desmentida e o tiroteio dá lugar a uma emboscada mortal.

¹⁵Frei Giorgio Calegari foi absolvido por falta de provas, e Frei Tito de Alencar Lima, outro dominicano preso pelo DEOPS quando da operação que resultou na morte de Marighella, deixou o país entre os 70 presos trocados pelo embaixador suíço em 1970. Posteriormente, em razão das sequelas deixadas pelas torturas, Tito veio a suicidar-se em 1973, na França. Para mais informações sobre o tema ver: BETTO (2006).

Finalmente, na noite de 4 de novembro, a caçada teve fim. Segundo o relato dos órgãos repressivos, Marighella nesse dia dirigia-se a um encontro, sem saber que a polícia lhe havia preparado cuidadosamente uma armadilha mortal. Quando estava descendo do carro, foi alvejado. A polícia atirava de todos os lados, com metralhadoras, fuzis e revólveres. O carro ficou todo crivado de balas. O corpo de Marighella ficou exposto por várias horas, enquanto a ditadura trazia fotógrafos e cinegrafistas à cena monstruosa. (LIVRO NEGRO DA DITADURA, 1972, p.134).

Na literatura, a primeira obra a contradizer a versão oficial sobre a morte de Marighella e tornar-se sucesso de crítica e público foi lançada em 1982, **Batismo de Sangue**, de frei Betto. Na obra são narradas a participação e a atuação de frades dominicanos em organizações clandestinas durante o regime militar. Frei Betto, dominicano, ele mesmo um dos protagonistas da relação existente entre Marighella e os freis, analisou as circunstâncias da emboscada que vitimou o líder da ALN.

Em artigo intitulado “Inaugurando o Brasil contemporâneo: Batismo de sangue, gênero híbrido?”, Rogério Silva Pereira (2008) discute a narrativa presente em **Batismo de Sangue**, analisando os diversos gêneros presentes na obra, ao mesmo tempo em que contextualiza o momento em que foi escrito, relacionando-o com os objetivos do autor.

Em 1982, ocorreu uma conjuntura em que a chamada abertura democrática estava sendo encaminhada de forma unilateral, em que por um lado as incertezas sobre os avanços e retrocessos do processo de redemocratização eram grandes, e por outro as esquerdas avaliavam suas perdas, seus mortos e desaparecidos, ao mesmo tempo em que os banidos, exilados e sobreviventes arregimentavam-se para ajudar a dar rumo à redemocratização. (PEREIRA, 2008)

Nesse contexto, **Batismo de sangue** é visto por Pereira (2008) como uma oportunidade de revisão que exumaria a morte de Marighella, permitindo o reexame e a reparação dos fatos. Sendo assim, para frei Betto seria fundamental recompor, no quadro de um Brasil democrático, a imagem de Carlos Marighella, sua morte e o papel dos frades dominicanos nos eventos narrados.

Daí, por exemplo, a descrição em detalhes das sessões de tortura a que foram submetidos os dominicanos. O livro, dessa forma, é um reencontro com a emboscada que vitimou Marighella, a qual contou com a participação dos frades dominicanos depois de submetidos a pesada tortura (PEREIRA, 2008).

Segundo Silva Junior (2009), frei Betto procurou “se contrapor à versão de que frei Ivo e frei Fernando foram os principais responsáveis por “abrir” o contato que tinham com Marighella, o que facilitou para a repressão fechar o cerco”. Inclusive, menciona uma possível infiltração da CIA na ALN (SILVA JUNIOR, 2009, p.142). Ao apresentar as

memórias dos freis Ivo e Fernando sobre os fatos, o autor explicita a violência à qual ambos foram submetidos, para que revelassem informações sobre o paradeiro de Marighella.

Em relação à fuzilaria na Alameda Casa Branca, que resultou na morte de Marighella, frei Betto defende que a imprensa somente teve acesso ao local uma hora depois dos eventos, tempo suficiente para que fosse adulterada a cena do crime. Um exemplo dessa adulteração: o cadáver de Marighella foi colocado dentro do Volks, embora ele tenha sido morto na rua, enquanto se aproximava do Volkswagen onde se encontravam frei Ivo e frei Fernando (BETTO, 2006).

A versão oficial apresentada pelo DEOPS não passava, de acordo com **Batismo de sangue**, de uma grosseira falsificação, que buscava passar ao público que teria ocorrido um violento tiroteio entre policiais e membros da segurança de Marighella, e que este reagiu à ordem de prisão dada pelo delegado Sérgio Fleury. Na realidade, baleado na rua, Marighella teria sido executado sem chance alguma de reação, uma vez que fora pego de surpresa e estava sozinho e cercado.

Batismo de sangue se tornou um grande sucesso editorial, tendo recebido inúmeros prêmios. Diversas vezes reeditada, a obra se encontra atualmente em sua 14ª edição.

Também em 1982 Thomas Skidmore publicou **Brasil de Castelo a Tancredo**, livro no qual o regime militar no Brasil passa pela análise do brasilianista. Sobre o assassinato de Carlos Marighella, Skidmore trata o assunto em poucas páginas. No entanto, o faz para questionar a versão oficial, e em edição posterior dá crédito aos argumentos utilizados por frei Betto em **Batismo de sangue** (SKIDMORE, 1986).

Na avaliação de Skidmore, a morte de Marighella está intimamente ligada a onda repressiva que se seguiu ao sequestro do embaixador norte-americano, que aconteceu em setembro de 1969. Segundo Skidmore (1986), a ditadura se deu ao direito de fazer tudo o que considerasse necessário para manter a segurança nacional. Como resultado dessa política, mais de 1800 pessoas foram presas em outubro de 1969, muitas das quais sofreram torturas (SKIDMORE, 1986).

De acordo com o brasilianista, entre os detidos estavam muitos guerrilheiros da ALN, dos quais foram extraídas várias informações que permitiram preparar uma armadilha ao próprio Marighella. Para o brasilianista, em razão da censura à imprensa, foi fácil ao governo impor sua versão ao público. Ao mesmo tempo, a morte do veterano comunista permitiu que o regime militar desse um duplo golpe; liquidou o mais conhecido e capacitado líder guerrilheiro, e desacreditou elementos da Igreja, que havia se tornado um dos principais focos de oposição ao regime (SKIDMORE, 1986).

Ainda de acordo com Skidmore, coube a frei Betto o papel de contestar com documentação nova a versão oficial da morte de Marighella:

Betto concede que os dominicanos, sob tortura, deram informações a Sérgio Fleury sobre Marighella. Mas afirma convincentemente que Fleury e seus homens devem ter tido informações de outras fontes, provavelmente de delatores profissionais. Betto também analisa a cena da emboscada, revelando muitas incoerências na versão oficial, precisamente com o propósito de dividir a esquerda e os cristãos militantes. Uma fonte anterior afirmara que membros da ALN capturados pela polícia, não os dominicanos, deram a informação. (SKIDMORE, 1986, p.137).

Em 1987, o livro **Combate nas trevas**, de autoria de Jacob Gorender, foi publicado. O autor descreve e analisa a trajetória das organizações revolucionárias que empunharam armas durante o regime militar. O próprio Gorender, um dos fundadores do PCBR, participou desse processo, mesclando assim autobiografia e análise histórica.

No capítulo intitulado “Assim mataram Marighella”, Gorender utiliza-se de oito páginas para descrever a emboscada que colocou fim à vida do comunista baiano. Nesse capítulo, o autor analisa os fatos relacionados ao tema, divergindo de frei Betto em vários aspectos.

Gorender (1987) situa o início do cerco, que teve seu desfecho na Alameda Casa Branca, em setembro de 1969, quando o GTA (Grupo Tático Armado) preparava-se para realizar quatro “expropriações bancárias” simultâneas na cidade de São Paulo, para, em seguida, deslocar-se para o interior do Pará. Os planos acabaram se desfazendo em 24 de setembro, quando na Alameda Campinas os membros do GTA foram surpreendidos pela polícia ao tentarem retirar dois carros puxados (roubados) que lá tinham sido estacionados.

Com a prisão de muitos membros do GTA, Marighella avaliou que o momento era de recuo. Ao mesmo tempo, o retorno da terceira turma de guerrilheiros em Cuba continuaria, e enquanto isso o líder da ALN planejou uma viagem ao sul do Mato Grosso. Mesmo com o aumento da repressão Marighella continuava andando à luz do dia, tendo como único disfarce uma peruca.

Gorender sustenta que o dispositivo de contato com os dominicanos apresentava inúmeros problemas. O local, a Alameda Casa Branca, que à primeira vista parecia ideal, pela iluminação insuficiente e pelos edifícios em construção, demonstrou ser um facilitador para a emboscada.

Com os telefones do Convento dos Dominicanos sob escuta, e com fotógrafos observando entradas e saídas, a polícia prendeu os freis Fernando e Ivo, que haviam viajado

para o Rio de Janeiro. Levados ao Cenimar foram torturados, e enquanto resistiram deram pistas falsas.

Gorender afirma que estava previsto para 4 de novembro um telefonema para confirmar um encontro entre Marighella e os freis. Essa informação é contestada por frei Fernando de Brito e Ivens Lesbauspín, que afirmam que a iniciativa cabia sempre a Marighella, não ficando marcados encontros com antecedência.

Na manhã do dia 3 de novembro, os freis foram trazidos para São Paulo. Em seguida o Convento dos Dominicanos foi invadido, resultando na prisão de três freis, e no dia seguinte foram efetuadas mais cinco prisões, dessa vez de pessoas ligadas à ALN.

Para o autor, a onda aparentemente escandalosa de prisões não deve causar estranheza, pois, segundo ele, o delegado Fleury contava com a censura à imprensa para que as informações não chegassem a Marighella, ou a gente ligada a ele (GORENDER, 1987).

Por outro lado afirma que, pouco antes das 19 horas, Marighella soube por duas fontes diferentes da prisão de padres no Rio de Janeiro, fato que recomendaria a suspensão do encontro, coisa que não fez. Se Marighella não cancelou o ponto, isso se deveu, segundo Gorender (1987), exclusivamente ao fato de frei Fernando, com suas resistências físicas e psíquicas quebradas pela tortura, ter confirmado o encontro ao representante de Marighella, que ligou para a livraria onde trabalhava o dominicano.

Combate nas trevas descreve a morte de Marighella da seguinte maneira:

Rodeado de tiras, Fleury surgiu do escuro, apontou um revólver para Marighella e o intimou a se render. Marighella fixou o olhar no chefe do Esquadrão da Morte e fez um movimento com a mão para abrir a pequena pasta preta que trazia consigo. Fleury começou a disparar e os tiras ao seu lado o acompanharam, motivados por uma reação de pânico diante da fama de valentia do homem encurralado dentro do Fusca. Os policiais postados no fundo da rua imaginaram que a guarda de Marighella atirava e responderam também com disparos. O fogo cruzado dos próprios policiais vitimou de maneira fatal a investigadora Stela Morato, que antes “namorava” dentro de um automóvel, feriu gravemente o delegado Tucunduva e matou o protético alemão Friedrich Adolf Rohmann, cujo carro por azar atravessou o trecho conflagrado no momento do tiroteio. Com cinco balas no corpo, Marighella teve morte rápida provocada por hemorragia interna (GORENDER, 1987, p.175).

Analisando a versão apresentada por Gorender em **Combate nas trevas** é possível verificar duas situações opostas. De um lado ele desconstrói a versão oficial, que

apontava a culpa pela morte da investigadora e o ferimento do delegado a um tiroteio iniciado por supostos seguranças de Marighella. Para Gorender, a fuzilaria que se deu na Alameda Casa Branca foi obra exclusiva dos policiais do DEOPS, que pensaram que a dita segurança de Marighella estava respondendo à bala o cerco a seu líder, e dessa forma acabaram por atingir os próprios agentes.

Por outro lado, Gorender atribui os disparos que atingiram e mataram Marighella a uma tentativa de reação do ex-deputado, que, mesmo cercado, dentro do Volkswagen, fez menção de pegar sua pasta. Ao analisar a narrativa percebemos que em muitos aspectos ela mantém semelhanças com a versão oficial.

Primeiramente, motivados pelo pânico diante da fama de valentia de Marighella, os policiais iniciaram a fuzilaria. Segundo, a morte de Marighella ocorreu dentro do carro, atraído pela armadilha da polícia e com a cumplicidade dos dominicanos, que seguindo orientações do DEOPS, “escapuliram” do carro e atiraram-se ao chão no momento em que o revolucionário entrou no Volks (GORENDER, 1987).

Passados muitos anos da primeira edição, Gorender continua sustentando a versão por ele apresentada em **Combate nas trevas**. Afirma que a família de Marighella, a ex-companheira Clara Sharf e o filho Carlos Augusto optaram pela versão de frei Betto, atenuando assim a responsabilidade dos dominicanos, mas que ele, enquanto historiador, não poderia fazê-lo.¹⁶

Gorender se opõe frontalmente à versão de frei Betto, afirmando que “o meu silêncio como historiador seria conivência com a versão apresentada por frei Betto”, e diz ainda que “Frei Betto preferiu a meia verdade, o que é igual a meia falsidade” (GORENDER, 1987, p. 177). Afirma ainda que a versão de frei Betto acumula “invencionices”, sendo uma delas a de que o comparecimento de Marighella ao ponto não se deveu exclusivamente aos dominicanos, e ainda que “com ou sem telefonema à Livraria Duas Cidades, ele (Marighella) iria até lá atraído por agentes da CIA infiltrados na ALN.” Ou seja, “o telefone terá visado tão somente a uma encenação, que comprometesse a Igreja e a Ordem dos Dominicanos com o movimento subversivo” (GORENDER, 1987, p.177).

A esse respeito os historiadores Cristiane Nóva e Jorge Nóvoa fazem um questionamento:

¹⁶ Sobre o tema ver entrevista prestada por Jacob Gorender ao historiador Edson Teixeira da Silva Junior, em Carlos: a face oculta de Marighella. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Seria absurdo imaginar que a CIA esteve relacionada à repressão à luta armada no Brasil? Seria impensável que a ditadura militar usasse a arma da infiltração como uma de suas cartas no jogo político-militar contra as organizações de esquerda? Estaria a ALN imune a esses perigos? (NÓVOA; NÓVA, 1999, p.177).

Sobre a infiltração policial em organizações da esquerda armada devemos nos lembrar de que existem casos bem conhecidos de delatores, chamados pela polícia de “cachorros”. Dentre os mais conhecidos “cachorros” estão o Cabo Anselmo da VPR, ou, ainda dentro da própria ALN, José da Silva Tavares, que delatou à polícia Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, em outubro de 1970, fato que resultou na morte sob tortura do dirigente revolucionário. Outro caso simbólico, também ligado à Ação Libertadora Nacional, é o de João Henrique Ferreira de Carvalho, o Joca, que de militante tornou-se um infiltrado do DOPS, sendo responsável por muitas quedas.

Em depoimento ao historiador Edson Teixeira Silva Junior (2009), Carlos Augusto Marighella introduz no debate uma questão sempre presente no imaginário das esquerdas, o comportamento na tortura. Afirma não apoiar uma caça aos padres, apesar de esses terem fundamentalmente delatado seu pai; no entanto, a justificativa para o ocorrido estaria em outro plano. Para ele, “nem todo mundo tem a força física, moral de um Marighella. Que por isso Marighella é um herói e não é o frei Betto, ou Ivo” (SILVA JUNIOR, 2009, p.263).

Também entrevistado por Silva Junior, o engenheiro e ex-militante da ALN Roberto Barros Pereira falou de sua percepção da tortura. Segundo ele, não existe herói na tortura, existe um limite. Afirma que “a prisão é uma violência, a tortura um massacre”. Para ele, “os operários resistiram mais que a classe média, os universitários, e estes mais que os padres, que não estavam preparados para isso” (SILVA JUNIOR, 2009, p.340).

Os bons e maus comportamentos na tortura e a suposta falta de preparo ideológico para resistir às violências impostas pelos torturadores são questões que aparecem constantemente na literatura relacionada a organizações revolucionárias de esquerda diante da repressão do Estado.

Sabemos que a resistência à tortura é algo totalmente subjetivo. Afinal, é possível dizer quanto cada pessoa pode resistir se torturada? No entanto, apesar de termos o conhecimento dessa dura realidade, as organizações de esquerda trataram de julgar e condenar o comportamento de seus militantes diante dos verdugos da ditadura. Ao longo da história,

partidos e organizações revolucionárias elaboraram códigos de conduta para seus militantes em momentos de prisão e tortura. Cada organização tinha o seu; no entanto, coincidiam no essencial; não colaborar.¹⁷

Sobre a forma de atuação da repressão política durante a ditadura militar, Dias (2010) argumenta que os interrogatórios visavam não apenas incriminar o militante detido:

Aos órgãos de segurança interessava não apenas a incriminação de determinado réu, por meio da ritualização de um processo em que o resultado não raro era dado a priori, mas também rastrear todos os passos de seus camaradas e da organização a que pertenciam. (DIAS, 2010, p.9).

Sabemos, portanto, que a lógica do torturador era obter informações o mais rápido possível, daí as sessões massacrantes, em que ocorria de um lado a tentativa de se vencer a resistência física e psicológica do prisioneiro, enquanto de outro lado a vítima da tortura buscava, em diversos subterfúgios, sonegar ao máximo as informações consideradas fundamentais. Para isso, tentava-se fornecer informações propositalmente contraditórias, fatos de menor relevância, ou que se julgava de conhecimento dos policiais.

Tratando-se de uma estratégia política, tentava-se resistir o tempo suficiente para que a organização à qual se pertencia tivesse a certeza de sua “queda”. A partir daí a corrida era contra o relógio; desmobilizar “aparelhos” e “pontos”, antes que a repressão obtivesse as informações necessárias para atingir o agrupamento.¹⁸

Ao mesmo tempo, os órgãos repressivos não eram em nada ingênuos, como revela o depoimento do general Adir Fiuza: “os interrogadores eram homens selecionados e bem treinados para sua função. Graças a treinamentos em que não se dispensava a consultoria de especialistas internacionais, eram conhecidas as técnicas mais eficientes.” (D’ARAÚJO; SOARES & CASTRO, 1994).

Muitas vezes os órgãos de segurança tinham inclusive conhecimento das regras de segurança das organizações da esquerda revolucionária. De acordo com o general Ivan de Souza Mendes, “eles tinham aquele esquema de que, se o contato não aparecesse em 24 horas,

¹⁷ Para mais informações sobre códigos de comportamento em momentos de prisão ver: DIAS, Reginaldo Benedito. *A Máscara Chinesa: Notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar*. Revista Tempo e Argumento: Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 153 – 175, jan. / jul. 2010.

¹⁸ Fora essa estratégia, a outra possibilidade de comportamento do militante sob tortura era o silêncio absoluto, que, entretanto, poderia resultar em graves danos para sua integridade física e até mesmo sua morte.

desmanchava-se tudo. Era parte de sua doutrina, e a gente conhecia, a gente sabia. Tínhamos que obter a informação o quanto antes.” (D’ARAÚJO; SOARES & CASTRO, 1994, p. 177).

Portanto, com esses breves depoimentos torna-se evidente o fato de o Estado autoritário se utilizar da tortura como estratégia política visando conseguir o propósito de eliminar seus inimigos. Fica nítido também que a tortura não era, como afirmam alguns, responsabilidade apenas dos porões da ditadura, e sim uma política estatal.

Com o retorno de Clara Sharf de Cuba, em 1979, pouco após a aprovação da Lei da Anistia uma nova etapa se inicia. A família de Marighella se engaja na luta de familiares em busca da verdade histórica sobre a vida e a morte de centenas de brasileiros que foram assassinados ou desapareceram por desafiar a ditadura militar.

Sobre a Anistia é bom que se diga que essa foi uma luta de quase uma década. Ainda no início da década de 1970 surgiram os primeiros movimentos e comitês em sua defesa. No entanto, quando ela ocorreu foi de forma a beneficiar também torturadores e assassinos a serviço da repressão política. Se por um lado resultou na libertação de presos, volta de exilados, recuperação de direitos políticos, por outro ignorou casos como os dos mortos e desaparecidos políticos. Ela não foi ampla, geral e irrestrita como pedia a maior parte da sociedade organizada.

A imagem de bandidos, assaltantes e terroristas ainda pairava sobre aqueles que tombaram durante os chamados “anos de chumbo”. A ditadura construiu uma memória oficial segundo a qual os guerrilheiros foram apresentados como “terroristas”, e responsabilizados por iniciar uma guerra covarde e sanguinária buscando subverter o Brasil e entregá-lo nas mãos de Moscou.

Segundo o discurso dos defensores da ditadura militar, a morte dos subversivos foi resultado de uma guerra em que houve baixas dos dois lados. De acordo com as notas e o relatório dos órgãos de repressão eram constantes as mortes em tiroteios, atropelamentos, suicídios e execução de responsabilidade dos próprios companheiros de organização.

No contexto de redemocratização as famílias exigiam o direito da verdade histórica. Queriam saber o que tinha acontecido com seus filhos, irmãos, maridos, esposas. Queriam o direito de enterrar seus mortos com dignidade. Mas para conseguir isso, a batalha mostrava-se cruenta e desgastante.

O regime militar havia imposto a Lei de Anistia de modo a garantir a máquina repressiva à impunidade. Os mortos e desaparecidos permaneceram sendo um assunto incômodo para as elites políticas. O tema deveria permanecer de fora da agenda política;

afinal, segundo argumentavam, não era momento de reabrir feridas que ainda nem tinham cicatrizado, justificavam os donos do poder.

Em um trabalho de contestação à memória oficial, familiares e entidades de direitos humanos ligadas à sociedade civil apresentaram “O Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964”, no qual listaram 360 vítimas da ditadura, além de 144 desaparecidos políticos.

Entre as vítimas do regime militar podemos distinguir as chamadas mortes oficiais e os desaparecidos políticos. Em busca de uma definição, podemos afirmar que

[...] as mortes oficiais são aquelas que o regime informou estarem mortos, seja por meio das notas oficiais das secretarias de segurança pública, seja permitindo a divulgação do ocorrido (pela imprensa). As versões oficiais para as mortes foram principalmente de suicídios, balas perdidas, atropelamentos ou assassinatos pelos próprios companheiros (MIRANDA; TIBURCIO, 1999, p.20).

Em relação aos desaparecidos políticos, Miranda e Tibúrcio (1999, p.21) afirmam se tratar de casos em que a Comissão de Familiares tem a certeza de que eles foram presos e assassinados pelos órgãos de repressão, “certeza decorrente da militância política nas organizações revolucionárias ou do engajamento no movimento popular e da confirmação do real desaparecimento por meio do testemunho de presos políticos ou de familiares”. Nessas situações, as versões oficiais apresentadas informavam que os desaparecidos teriam abandonado seus familiares ou estariam foragidos.

Por meio da ação de familiares, reunidos em organizações como o Tortura Nunca Mais e a Comissão de Mortos e Desaparecidos, o tema permanecia em debate. Livros como o **Brasil: Nunca Mais** revelaram à sociedade a extensão e crueldade dos crimes da ditadura.

A descoberta de cemitérios clandestinos em São Paulo, no Rio de Janeiro e também no Recife, onde foram encontrados restos mortais de militantes enterrados como indigentes, deu novo impulso à luta de familiares e de grupos pelos Direitos Humanos.

Em paralelo, e em conjunto com ações das organizações de familiares e entidades, Clara Sharf e Carlos Augusto prosseguiram sua luta para demonstrar que, ao contrário do que dizia a ditadura, Marighella não foi um criminoso terrorista, e sim um lutador social, um homem que se dedicou à igualdade e à justiça social, sendo sua morte não o resultado de um tiroteio mas sim fruto de uma emboscada covarde.

Ainda em 1979, os restos mortais de Marighella, que haviam sido enterrados em um cemitério da cidade de São Paulo, foram trasladados para Salvador. A saída foi precedida de uma manifestação da qual participaram militantes e dirigentes de várias tendências da

esquerda brasileira, de Luís Carlos Prestes e Franklin Martins a Fernando Moraes. Em Salvador, nova homenagem antecedeu o sepultamento.

A partir de então, segundo Emiliano José (2004), não houve ano em que não ocorresse manifestações de resgate à memória de Marighella, tendo sempre a família à frente e contando ainda com a presença e parceria de militantes e intelectuais, tais como Florestan Fernandes, Antônio Candido, Luís Eduardo Greenhalgh, entre outros. Em 1981, o ato ocorreu na Associação Brasileira de Imprensa, e em 1982 uma homenagem foi prestada na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Segundo depoimento de Clara Sharf, em cada um dos atos sempre se lembrava de outros brasileiros que também foram torturados e assassinados pela ditadura; “Marighella não foi o único que lutou, muita gente combateu e deu a vida pelas mesmas causas, e em alguns casos eu lembrava inclusive os nomes dos companheiros” (JOSÉ, 2004, p.97).

Em 1994 foram reeditados os livros **Por que Resisti a Prisão e Rondó da Liberdade**, ambos de autoria de Carlos Marighella. Com a publicação dos livros a figura de Carlos Marighella voltou a ser discutida nacionalmente, e a presença de Clara Sharf passou a ser solicitada em conferências, debates e programas de televisão.

Ainda em 1994, na Universidade Federal da Bahia, um seminário sobre o pensamento político de Marighella foi organizado pelo professor Jorge Nóvoa. Esse evento contou com a participação de Florestan Fernandes, Antônio Candido e Jacob Gorender, entre outros. Os participantes deram seus depoimentos e fizeram reflexões sobre o papel de Marighella na História do Brasil. Também uma exposição de fotos foi inaugurada na sede do Bloco Olodum, no Pelourinho, em Salvador (JOSÉ, 2004).

Em dezembro de 1995 foi aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei 9.140/95, que imediatamente reconheceu a responsabilidade do Estado na morte das 360 pessoas e no desaparecimento de 160 brasileiros listados pelo Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos. Ao mesmo tempo, estabeleceu condições para a reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos, bem como a indenização financeira a seus familiares.

O processo de contestação à versão oficial para a morte de Marighella atingiria um novo patamar. A família Marighella agora buscava que o Estado reconhecesse sua responsabilidade no assassinato do revolucionário.

3.2. A COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Vinculada ao Ministério da Justiça foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, tendo como atribuição analisar, caso a caso, as denúncias sobre mortes não naturais ocorridas em “dependências policiais” ou “assemelhadas”. (MIRANDA & TIBÚRCIO, 1999).

A Lei 9.140/95 e o Trabalho da Comissão Especial representaram, de acordo com Nilmário Miranda, membro da Comissão por décadas, um grande avanço na luta pelo resgate da memória e da verdade histórica. De acordo com Nilmário e Tibúrcio (1999, p.12), “ao realizar esse reconhecimento legal, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade geral por sequestros, prisões, torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos cometidos no período”.

No entanto, segundo Emiliano José (2004), a lei trazia alguns problemas e empecilhos para as famílias: exigia o ônus da prova aos familiares, não incorporava mortos em tiroteios, estipulava um prazo e resumia os casos ocorridos em “dependências policiais e dependências assemelhadas”. Na avaliação de Emiliano José (2004), o último item da lei, que trazia os termos “dependências policiais, ou assemelhadas”, tinha objetivos certos; excluir os casos Marighella e Lamarca. Ambos os revolucionários foram mortos em situações em que a polícia tinha totais condições de realizar suas prisões e, entretanto, preferiu a execução. Os fatos, no entanto, não se passaram dentro de delegacias, órgãos ou locais ligados à repressão política, e sim em uma via pública, no caso de Marighella, e em pleno sertão baiano, no de Lamarca.

Com a nova lei e com a criação da Comissão Especial, a família de Marighella elaborou um documento, conhecido como Dossiê Marighella, que reuniu laudos oficiais, recortes de jornais, entrevistas e ampla documentação, pretendendo demonstrar que o líder da ALN foi executado, sem chance de reação, em uma emboscada preparada para esse fim.

O Dossiê trouxe uma entrevista com o ex-frei Ives Lesbaupin, que esteve presente na Alameda Casa Branca naquela noite de 4 de novembro de 1969. Em seu depoimento Lesbaupin afirmou que Marighella chegou sozinho à emboscada, sendo assassinado fora do carro, sem chances de reação.

No laudo, assinado pelo médico legista Nelson Massini, está confirmado que Marighella morreu fora do carro, e que o tiro que o matou foi dado a curta distância. Mais um argumento contrário à versão oficial, que falava em reação armada. Também fazia parte do

Dossiê um relatório do DOPS afirmando que a arma que Marighella trazia na ocasião de sua morte estava intacta, ou seja, não havia disparado um único tiro.

O Dossiê montado pelos familiares e entregue à Comissão contava ainda com um memorial redigido pelos advogados Samuel Mac Dowell e Marco Antônio Barbosa, que afirmaram ter ocorrido um assassinato frio e covarde na Alameda Casa Branca. Segundo a argumentação dos advogados, Marighella se encontrava cercado e dominado quando foi morto, ou seja, estava sob a custódia do Estado; assim sendo, os fatos se enquadravam na lei 9140/95. Trecho do memorial foi reproduzido por Emiliano José (2004):

No caso de Marighella, quando transformaram aquele quarteirão da alameda Casa Branca, cercaram-no inteiramente e deixaram-no sem saídas, tornaram-na uma autêntica dependência policial. Eu digo isso, que era “uma dependência policial”, apenas para engancha na lei. Eu não preciso dizer isso. Bastaria dizer que Marighella estava sob custódia naquele momento, ou seja, no momento em que foi morto, ele poderia ser detido simplesmente... (JOSÉ, 2004, p.112).

Sobre o fato de o suposto medo dos policiais em relação a Marighella ter levado à execução, os advogados defendem que

o fato incontroverso, de que Marighella não disparou sua arma uma única vez (...) põe por terra essa hipótese. Por que, se Marighella tinha arma, não atirou; se Marighella podia atirar, não atirou; se os policiais tinham medo do tiro de Marighella, não houve tiro de Marighella (JOSÉ, 2004, p.112).

Diante da repercussão dos trabalhos da Comissão Especial na mídia, muitos militares se posicionaram sobre o caso, defendendo que o Brasil vivia uma guerra na ocasião da morte de Marighella e Lamarca, e que em uma guerra se mata ou morre. Além disso, encaravam como provocação a apresentação dos casos de Marighella e Lamarca na Comissão.

Sob um clima tenso, a Comissão Especial adiou por duas vezes a sessão que decidiria sobre a inclusão ou não dos dois revolucionários na lista de mortos sob responsabilidade do Estado.

No dia 11 de setembro de 1996 ocorreu o julgamento do processo **272/96**, que teve como relator Luís Francisco da Silva Carvalho Filho. Em seu relatório final Carvalho Filho enumera: os objetivos da Lei 9140/95, que criou a Comissão e estabeleceu os procedimentos para reconhecimento da responsabilidade do Estado; os postulantes que encaminharam o pedido de análise do caso; além da trajetória política de Marighella.

O processo foi composto pela seguinte documentação:

- Reportagens diversas (f.27 a 90)
- Laudo pericial de encontro de cadáveres (f.92)
- Laudo de exame necroscópico (f.154)
- Relatório do DOPS sobre a operação policial (f.158)
- Laudo pericial de arma de fogo (f.172)
- Notas taquigráficas do depoimento do delegado Edsel Magnotti à CEI de SP, em 1991 (f.178)
- Declaração escrita de Yvens Lesbaupin (f.198)
- Correspondência de presos políticos no DOPS quando da operação policial (f.199)
- Além de extratos de livros e acervos fotográficos.

Segundo o relator, após a distribuição do processo foram a ele encaminhados os seguintes documentos:

- Relatoria das circunstâncias da morte de Marighella, que acrescenta o parecer médico legal do professor Nelson Massini, instruído em 14 fotos, páginas de medicina legal e atestado de óbito.
- Novo depoimento de Lesbaupin, gravado e transcrito a membros da Comissão.
- Pronunciamento do Conselho Federal de Advogados do Brasil recomendando o deferimento do pedido formulado por familiares.
- Memorial subscrito pelos advogados representantes dos requerentes, sustentando: a adequação do caso concreto ao espírito da Lei 9.140/45 e acrescentando aos autos carta de Mino Carta e trabalho doutrinário sobre a responsabilidade civil do Estado.
- Moção de apoio da bancada do PT do Estado de SP.
- Correspondência da Comissão Justiça e Paz de SP no mesmo sentido.
- Depoimento escrito de Antônio Médici de Camargo.

O relator iniciou sua explanação sobre os sentimentos gerados pela morte e atuação política de Carlos Marighella:

O fato de Carlos Marighella ter morrido a céu aberto, numa via pública da cidade de São Paulo e, segundo a versão oficial, durante enfrentamento armado com agentes da polícia política; e o fato de Carlos Marighella ter sido um dos expoentes da luta armada no Brasil, homem de liderança inequívoca, cuja atuação inspira da veneração ao mais veemente repúdio, geram um debate marcado, muitas vezes, pelos traços inconfundíveis da paixão (CARVALHO FILHO, 2001, p. 317).

O relatório esclarece em seguida o papel da Comissão, afirmando que não cabia a ela julgar as ações de Marighella e de seus seguidores, bastando reconhecer o caráter político da atuação, algo em que não havia discordância. Assim sendo, de acordo com Carvalho Filho, a decisão seria de natureza técnica, devendo-se analisar primeiramente a abrangência teórica do dispositivo legal a ser aplicado (CARVALHO FILHO, 2001).

Sobre a legislação, coube à Comissão Especial analisar e dar sua interpretação sobre o entendimento do artigo 4º, inciso I, letra “b” da Lei 9.140/95, que estabeleceu as atribuições da Comissão e os procedimentos a seguir para o reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte de pessoas “que por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas” (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2009, p.163).

Em relação à interpretação desse artigo da lei, duas posições opostas se materializaram durante os trabalhos dos membros da Comissão. Uma das interpretações, a que Carvalho Filho (2001) denomina de restritiva, defendia que o reconhecimento da responsabilidade do Estado deveria ocorrer apenas quando as pessoas tivessem sido mortas em bases físicas fechadas e aptas para manter os indivíduos detidos. Em relação à outra interpretação, mais abrangente, o relator afirma que essa,

[...] permite o reconhecimento de pessoa morta em locais diferentes dos estabelecimentos especificamente utilizados para o encarceramento ou o interrogatório de presos políticos, desde que as circunstâncias indiquem que a vítima já se encontrava sob o domínio de agentes do poder público (CARVALHO, 2001. p.320).

Carvalho Filho expõe sua interpretação afirmando que o conceito de “dependência policial” ou “assemelhada” é eminentemente político e não territorial; assim sendo, a lei quando se utiliza dos dois termos:

[...] não está se referindo só a obras de engenharia, como prisões, prédios policiais, militares, ou mesmo prédios privados, eventualmente utilizados pelos órgãos de segurança, mesmo porque, como se sabe, o abuso repressivo ultrapassou estes limites físicos (CARVALHO FILHO, 2001, p. 324).

A legitimidade da interpretação mais abrangente teria sido dada pela própria Comissão, quando essa concedeu indenização a casos que também não se enquadrariam em

uma interpretação mais restritiva da lei. Para exemplificar, o relator citou o processo relacionado à chamada “Chacina da Lapa” (CARVALHO FILHO, 2001).

Além disso, a interpretação mais abrangente é definida pelo relator como a mais generosa, estando de acordo com o espírito existente quando a lei foi aprovada, ocasião em que se buscava virar a página de um triste momento da História do Brasil. Além disso, essa interpretação não se limitaria ao passado, mas teria também os olhos voltados ao presente e ao futuro, ao se exigir do poder público a estrita obediência à lei, “é preciso exigir eficiência do sistema de segurança pública, e por eficiência se entende a detenção do infrator, não a sua eliminação arbitrária” (CARVALHO FILHO, 2001,p.324).

O relatório de Carvalho Filho seguiu sua argumentação sobre as responsabilidades e os deveres do Estado e a ilegitimidade da violência arbitrária,dizendo leis e regras inclusive no Direito Internacional, que tratam especificamente do respeito à integridade física do inimigo detido.

Com efeito, não faria sentido, tendo em vista os objetivos que motivaram a edição da lei 9.140/95, recusar a indenização, desde que presentes os outros requisitos, no caso hipotético de alguém dominado pelos agentes do poder público e covardemente executado, sem julgamento e em praça pública, só porque os policiais optaram por eliminar a pessoa e não por conduzi-la para o espaço de uma base física fechada, como uma delegacia ou um quartel. Não faria sentido, também, negar a indenização para os familiares de um perseguido político arbitrariamente retirado do local em que estava preso, para ser fuzilado por quem tinha o dever de custodiá-lo, só porque o assassinato ocorreu, por exemplo, num matagal da periferia da cidade e não em uma base física fechada. Não faria sentido, ainda, negar a indenização só porque a morte do perseguido político, causada pela tortura, tenha se consumado em sua própria residência, que poderia ser definida como uma base física fechada, mas não “assemelhada” a “dependência policial” (CARVALHO FILHO, 2001, p. 322).

Outro aspecto que consta no relatório e nos ajuda a reconstruir os principais argumentos e tensões existentes nos trabalhos da Comissão diz respeito ao fato de Marighella ter ou não sido morto em um enfrentamento com os policiais do DOPS. Em relação a isso os argumentos presentes no relatório lembram que a reparação prevista na Lei 9.140/95 tem seu limite, que é a da ação legal dos agentes públicos. Dessa forma, casos de enfrentamento tais como tiroteios não se enquadrariam nas exigências da lei, uma vez que,

numa situação de troca de tiros, por exemplo, não se poderia deixar de exigir do agente do poder público, sem eventuais excessos dolosos ou culposos, o estrito cumprimento do dever legal, nem se esperar uma conduta diversa da reação armada capaz de conter proporcionalmente a agressão, ainda que o resultado seja fatal (CARVALHO FILHO, 2001, p. 324).

O relatório de Carvalho Filho se concentrou também em apontar as contradições presentes entre o material produzido no DOPS, na Secretaria de Segurança de São Paulo, reportagens da época, e o que foi possível verificar nos trabalhos da Comissão. Incluem-se entre as contradições apontadas: a presença de supostos seguranças de Marighella, a não preservação do local da morte, a ausência da perícia, o aparecimento da arma e da pasta do guerrilheiro apenas 22 dias depois. (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2009).

A versão oficial divulgada em relatório do DOPS, que serviu para fundamentar a promoção por bravura de todos os agentes policiais que participaram da emboscada, foi também objeto de análise da Comissão, sendo o ponto fundamental da narrativa o momento que culminou com Marighella atingido de forma mortal durante o encontro com dois frades dominicanos

Para os trabalhos foi necessário “confrontar a versão oficial com outros elementos dos autos, para a verificação de sua credibilidade, sobretudo no que se refere à aproximação de Marighella, ao tiroteio e à sua morte” (CARVALHO FILHO, 2001, p.328). Em relação ao trabalho dos jornalistas que cobriram a morte de Marighella, o relatório destaca o fato de esses terem tido acesso ao local, podendo inclusive fotografar o corpo do líder da ALN nos fazendo perceber que

[...] todas as facilidades foram concedidas para que a versão oficial desse episódio fosse difundida, inclusive como um indisfarçável instrumento de propaganda, seja para coroar a operação de êxito, seja para transmitir ao país uma mensagem de otimismo e de segurança (CARVALHO FILHO, 2001, p.328).

O relatório chama atenção para o fato de que as informações divulgadas pela imprensa sobre a operação policial que antecedeu a emboscada coincidiram entre si e também com o relatório do DOPS. Por outro lado, as informações que os jornalistas obtiveram sobre o enfrentamento na Alameda Casa Branca não convergem entre si, e tampouco com a versão oficial.

De acordo com Carvalho Filho, a leitura do relatório do DOPS nos faz acreditar que teriam ocorrido dois tiroteios na Alameda Casa Branca, o primeiro contra Carlos Marighella, que no carro tentou reagir à ordem de prisão, e o segundo contra os cerca de treze seguranças do líder da ALN. Esse segundo tiroteio teria ferido um delegado, atingindo mortalmente uma investigadora além de vitimar o protético alemão, que desavisadamente cruzou o local da emboscada com seu automóvel, sem observar a ordem para que parasse (CARVALHO FILHO, 2001).

Como bem observou o relator, a economia de detalhes em relação ao segundo tiroteio é reveladora em muitos sentidos, e dialoga com a profusão de detalhes do restante da operação policial. Em outras palavras, o relatório do DOPS, redigido com intenção de obter promoções para os policiais participantes da ação, foi bastante detalhista quanto à descrição dos passos dados pelos órgãos de repressão para chegar a Marighella. As informações divulgadas pela imprensa nos dias posteriores reproduziram com grande fidelidade as informações constantes no relatório sobre as movimentações anteriores aos eventos derradeiros da ação policial.

Entretanto, em relação ao suposto segundo tiroteio, vemos ocorrerem mudanças nas descrições. O relatório, antes tão detalhista, agora economiza nas palavras, o que é no mínimo intrigante, uma vez que o ocorrido deixou duas vítimas fatais, a investigadora e o dentista, além de ferir um delegado. Essas contradições indicariam, na avaliação do relator, que “foi como se a versão oficial ainda não tivesse definitivamente montada” (CARVALHO FILHO, 2001, p. 330).

Carvalho Filho se utiliza do relato de um morador da Alameda, de jornais e do depoimento do delegado Tucunduva para demonstrar que, ao contrário do que afirmou o relatório policial, o tiroteio teria ocorrido em duas fases distintas. Segundo o morador

eram exatamente 8h. Eu ia começar a assistir o jogo de futebol quando ouvi um estampido. Meu filho, a princípio, pensou que fosse um foguete e disse: “Começou o jogo”. Eu logo percebi que era um tiro. Logo em seguida uma rajada de metralhadora e mais outras duas ou três, depois [...]. (f. 37) (CARVALHO FILHO, 2001, p.329).

Sobre as reportagens e o depoimento do delegado, eis o que afirmou o relator:

Segundo a reportagem da f. 31, “os primeiros tiros foram seguidos de intensa fuzilaria [...]”, completando que, nesse instante, surgiu o “Pontiac preto”, cujo motorista desobedeceu a ordem para parar e foi atingido. A reportagem da f. 34, a mais completa, descreve que, depois de ser alvejado, “os elementos de segurança de Marighella – o Dops calcula que eram 13 – começam a atirar contra os policiais”. A versão é corroborada pela entrevista dada pelo próprio delegado Tucunduva, naquela mesma noite, no Hospital em que foi internado (f. 36): Quando o tiroteio começou, os que estavam [...] perto do Marighella, avisaram pelo rádio: “É agora”. Então avancei com meu carro e interrompi o trânsito [...] Saí e comecei a caminhar. Tinha o meu revólver na mão [...] Tinha dado uns vinte passos quando o tiro me atingiu. Caí e comecei a atirar contra o sujeito que me acertou. Acho que era um dos homens da segurança. (CARVALHO FILHO, 2001, p. 329).

Um ponto contraditório em relação ao suposto segundo tiroteio está relacionado aos supostos seguranças de Marighella. Sobre a existência de guarda-costas do líder da ALN

na Alameda Casa Branca, o relator afirma se tratar de um fato de difícil aceitação, uma vez que, sendo o inimigo número um do regime, vivia na clandestinidade, e não andaria em bando, “como um Lampião em região nobre de São Paulo” (CARVALHO FILHO, 2001).

O local onde o suposto tiroteio aconteceu não aparece no relatório do DOPS: esquina acima ou esquina abaixo do carro onde os freis dominicanos se encontravam? A importância dessa informação é expressa por Carvalho Filho:

O exame do croqui da f. 171 evidencia que dele não poderiam ter participado, ao mesmo tempo, todas as equipes envolvidas no cerco e distribuídas pelas duas extremidades do quarteirão. Se assim fosse, os padres, Fleury e todos os policiais ocupantes do “carro-piloto” e do “carro-assalto” ficariam em meio a um verdadeiro fogo cruzado, ou melhor, no centro de um “cerrado tiroteio”, oriundo dos próprios policiais. Seria um desatino (CARVALHO FILHO, 2001, p. 330).

No dia 6 de novembro os jornais apresentam uma nova versão: onde agora ocorreram dois tiroteios simultâneos, e em extremidades opostas do cerco. As novas informações, semelhantes à versão oficial que apareceria três dias depois no relatório do DOPS, demonstram que uma nova versão oficial tomava corpo e rapidamente se disseminava pelos jornais. Na “Folha de S. Paulo” os leitores são informados sobre os tiroteios:

Na parte de cima, a cobertura de Marighella que estava a pé, saltou muros e seus componentes fugiram. Na parte de baixo, também houve troca de tiros e os elementos da segurança de Marighella fugiram numa caminhonete vermelha. Quando mais intenso era o tiroteio, um “Buick” preto surgiu [...] (CARVALHO FILHO, 2001, p. 330).

A “Folha da Tarde” traz informações que constariam no relatório oficial do DOPS: as prisões, o telefonema à livraria, os veículos envolvidos na operação, a função de cada um, os horários, a chegada dos padres, o guarda-costas, a aproximação de Marighella etc. Entretanto, sobre o tiroteio seguem as contradições;

Os encarregados da segurança de Marighella, na parte de cima da alameda Casa Branca, fugiram atirando contra a polícia. A equipe de assalto, encarregada de prender Marighella, estava tranquila, sabia que estava sendo protegida pelo lado e pelas costas. Uma camioneta Ford vermelha, sem chapa, fugiu. O motorista de um carro Buick preto avançou, subindo a Casa Branca [...] Alguns tiros de advertência para cima e tiros no pneu traseiro. Quando o Buick parou, o homem que o dirigia estava morto, fuzilado (CARVALHO FILHO, 2001, p.31).

Sobre o relatório do DOPS, Carvalho Filho questiona:

Afinal, por que o relatório do Dops não inclui uma versão acabada e minimamente precisa do tiroteio ocorrido à margem dos disparos desferidos contra Marighella? As evidências apontam para outra hipótese, diferente da versão oficial. Pelos elementos

dos autos, pode-se concluir que esse tiroteio com os seguranças de Marighella não aconteceu (CARVALHO FILHO, 2001, p.332).

Em depoimento para a Comissão, Antônio Flavio Médici de Camargo, na época militante da ALN, afirma que caberia a ele buscar Marighella após o encontro com os dominicanos, sendo, portanto, mais um indício de que não haveria um esquema de seguranças presentes ao local; caso contrário, não seria necessária a função atribuída a Camargo. Também o depoimento prestado por Rubens Pacheco de Souza, integrante de uma das equipes da operação policial, ao jornal Folha de S. Paulo na edição de 20 de maio de 1996, confirma que Marighella estava desacompanhado.

Em segundo lugar, haveria uma total falta de vestígios de tiroteios simultâneos ocorridos em pontos diferentes da Alameda Casa Branca nas esquinas com a Tatuí e com a Lorena. Como explicar a falta de vestígios em prédios e veículos, desses dois tiroteios simultâneos? Nem a Polícia Técnica, tampouco a imprensa presente ao local registraram tais evidências.

Os únicos locais onde foram encontrados sinais de tiros foram nos veículos onde Marighella, a investigadora, o dentista e o delegado foram atingidos. Sobre a fuga dos seguranças, só existem questionamentos. Quantos eram? Como conseguiram fugir ao cerco?

Carvalho argumenta em seguida sobre o local onde ocorreram os fatos:

É importante conhecer o local dos fatos. A Alameda Casa Branca tinha, na época, mão única de direção no sentido bairro – centro, ou seja, – da Alameda Lorena em direção, primeiro, à Rua Tatuí e, depois, à Rua José Maria Lisboa. É um aclive. O dentista alemão invade o teatro de operações, passando pelos policiais responsáveis pelo cerco no cruzamento da Alameda Lorena, pelo local específico da morte de Marighella (ele já havia sido atingido ou estava sendo atingido?) e pelo próprio delegado Fleury, pelos policiais que o acompanhavam. É metralhado. Os peritos encontraram seu carro, o Buick preto, parado, na esquina com a Rua Tatuí, ao lado do VW provavelmente usado antes pelo delegado Tucunduva para obstruir o trânsito, depois que recebeu a ordem de tomar posição e de ouvir a primeira fase do tiroteio. A situação está fotografada à f. 106. Outra equipe policial, formada por quatro policiais, interditava o cruzamento, pouco acima, da Rua José Maria Lisboa (CARVALHO FILHO, 2001, p.333).

Sobre o que teria realmente acontecido durante aquela noite o relator apresenta suas conclusões com base na análise e na comparação dos croquis que indicaram a posição dos veículos antes e depois dos fatos, além da observação da descrição dos danos causados pelos tiros:

A comparação do croqui que instrui o relatório do Dops (f.171), indicando a posição dos veículos antes da chegada de Marighella, e do croqui que instrui o laudo de levantamento de local, indicando a posição dos veículos depois dos fatos, com a descrição dos danos causados pelos tiros (f. 96 a 99), permite concluir que os disparos partiram dos próprios policiais, [...] possivelmente, imaginaram que o

motorista do Buick preto era homem de proteção de Marighella. A reportagem da f. 47, muito precisa em relação às outras informações constantes do relatório do Dops, registra que neste instante os policiais deram “alguns tiros de advertência para cima e tiros no pneu traseiro”. Se miraram no pneu traseiro, estes policiais atiraram, evidentemente, depois da passagem do Buick, ficando claro que os autores destes disparos foram os policiais das equipes pelas quais ele já havia passado. Entre estes policiais que abordaram Marighella, liderados pelo delegado Fleury, e o carro do dentista alemão, está, no mesmo alinhamento, o “carro-piloto”, no interior do qual foi atingida a investigadora. Ao lado do Buick preto parado no meio da rua, estava o veículo provavelmente usado pelo delegado Tucunduva, atingido por disparos vindos da direção do grupo de policiais que vinha da José Maria Lisboa. O delegado, também ferido, com um tiro na perna, estava igualmente nas linhas de tiro. A descrição dos danos sofridos pelos veículos é estranhamente lacônica e o laudo não foi instruído com fotos detalhadas das perfurações encontradas, mas é compatível, de qualquer maneira, com a ideia do tiroteio oriundo de três das equipes policiais: uma pelas costas, outra pela frente, outra pela esquerda, em relação ao Buick preto. (CARVALHO FILHO, 2001, p.333-334).

O relatório de Carvalho Filho alerta que não existe evidência alguma da ocorrência de tiroteio entre policiais e guerrilheiros durante a operação policial que vitimou Carlos Marighella. Os termos utilizados pela imprensa para descrever o suposto embate entre os seguranças de Marighella e a Polícia foram vários; “intenso tiroteio”, “violento tiroteio”, “cerrado tiroteio”. No entanto, nenhum indício demonstrou que ele tenha realmente acontecido se não bastasse, a análise das provas técnicas também descartam sua ocorrência.

De acordo com o relatório da Comissão, um único tiroteio (além daquele que matou Marighella) aconteceu na noite de 4 de novembro de 1969 na Alameda Casa Branca, e teve como alvo o Buick preto que cruzou “o teatro de operações e que, por estarem na linha de tiros, dois policiais foram também atingidos” (CARVALHO FILHO, 2001, p. 334).

Dessa forma, o relatório conclui que não havia seguranças de Marighella, não tendo acontecido por consequência o tiroteio entre policiais e guerrilheiros. Ao contrário, ocorreram apenas os tiros que mataram Marighella, e em seguida, ou em paralelo, o tiroteio que vitimou o protético alemão, fato que também explica o ferimento do delegado Tucunduva e da investigadora Estela Borges Morato, atingidos por estarem na linha de fogo.

Como observou Carvalho Filho, a versão oficial reproduzida pela imprensa

[...] isentava de erros a operação repressiva, toda ela coberta de glórias. Aceita esta não seriam levantadas objeções – como de fato não foram levantadas – quanto aos eventuais excessos praticados pelos policiais, que determinaram, como incômodo resultado, a morte de um dentista estrangeiro, absolutamente estranho à subversão, e de uma investigadora admitida nos quadros da polícia de São Paulo há menos de um mês (f. 49 e 62) e, portanto, sem qualquer experiência que justificasse a sua presença no local (CARVALHO FILHO, 2001, p.334-335).

Após a superação do debate a respeito do suposto tiroteio entre policiais e seguranças, o relator passa à análise da versão oficial sobre a morte de Carlos Marighella.

Segundo Carvalho Filho, assim como em relação ao tiroteio existe grande confusão e dissonâncias entre o que foi publicado pela imprensa nos primeiros dias, o que causaria estranheza, uma vez que

os jornais transmitiram aos leitores, corretamente, tendo em vista o relatório do Dops, informações muito mais difíceis de serem ordenadas (todos os passos anteriores da operação), mas, em relação à morte de Marighella, assim como em relação ao suposto tiroteio com os seus seguranças, a confusão é absoluta (CARVALHO FILHO, 2001, p.335).

Essa confusão entre as versões demonstra, na avaliação do relator, que o DOPS ainda não havia elaborado uma versão oficial para a morte de Marighella nos dias subsequentes ao ocorrido. Em relação a isso Carvalho descreve algumas dessas reportagens:

A reportagem da f. 31 informa que Marighella tentou sacar “os dois revólveres que portava”. A reportagem da f. 34 informa que o padre Fernando se protegeu dos tiros escondendo-se “no chão do carro” e que dentro da mala preta havia uma “Lugger calibre 9mm”. A reportagem da f.41 informa que o “líder da subversão no Brasil reagiu à bala e foi morto”.

Já a reportagem da f. 59, datada de 12 de novembro, faz o seguinte relato: Do carro dos namorados, saltou o delegado Fleury dando voz de prisão [...] Marighella correu, o ex-frei Ivo, sentado à direção, abriu-lhe a porta direita e o tiroteio começou. Ivo saiu pela porta esquerda, braços levantados; os homens de segurança de Marighella responderam ao fogo enquanto fugiam; Relatório do processo de Carlos Marighella 336 Reparação ou Impunidade? deitou-se no banco traseiro. Cinco minutos depois estava tudo acabado (CARVALHO FILHO, 2001, p.335).

Em primeiro lugar, há evidente contradição em relação à reação de frei Fernando quando do tiroteio, descrita nas reportagens, e também no esclarecimento inicial constante no laudo do local, escrito com base no depoimento dos policiais, em comparação com a versão oficial publicada no dia 9 de novembro, portanto 5 dias após os fatos narrados. (CARVALHO FILHO, 2001)

A título de comparação, observemos trecho do laudo de esclarecimento produzido pela polícia: “Nesta ocasião, o Delegado Sérgio Fleury dá voz de prisão a Marighella, enquanto o frei Ivo sai do Volkswagen azul e o frei Fernando se esconde no chão do carro. (f. 94)” (CARVALHO FILHO, 2001, p.336).

Por outro lado, a versão oficial, que consta no relatório do DOPS, afirma:

[...] os tiros foram desferidos por Fleury e seus agentes quando o dirigente da ALN se encontrava no interior do veículo, sentado no banco traseiro e tentou resistir à voz de prisão, “procurando abrir a pasta”, onde “sempre conduzia o revólver e granadas”. Não há notícia posterior de granadas, e o revólver encontrado, segundo o laudo da f. 173, era um Taurus, calibre 32. Os padres, “de acordo com os entendimentos prévios”, já tinham abandonado o carro antes do tiroteio (CARVALHO FILHO, 2001, p.35).

Em relação ao lugar exato da morte de Marighella, dentro ou fora do Volkswagen onde se encontravam os freis dominicanos, Ivens Lesbaupin, na época frei Ivo, afirmou em depoimentos:

[...] quando Marighella chegou, sozinho e a pé, ele e padre Fernando foram “retirados do carro por policiais e jogados no chão”, que “os policiais abriram fogo sobre Marighella” e que ele “não teve tempo de reagir”. Em seu segundo depoimento padre Ivo confirma o anterior e fornece alguns detalhes: não viu Marighella ser atingido nem viu o seu corpo posteriormente; diz que quando foi retirado do carro pelos policiais, Marighella ainda estava no meio da travessia da rua. Depreende-se disso que Marighella não teria sido morto no interior do VW, mas no meio da rua, o que, aliás, confirmou em recente entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo (CARVALHO FILHO, 2001, p.336).

No entanto, segundo Emiliano José (2004), existe quem defende uma versão diferente. Nela Marighella teria entrado no carro, os freis teriam se jogado ao chão, para só então a polícia começar a atirar. Entre os defensores dessa versão encontra-se Genésio Homem de Oliveira, que afirma ter ouvido do próprio Ivens Lesbaupin, quando ambos estavam na carceragem do DOPS, a confirmação das informações que constavam nos jornais. Isso teria acontecido dias após a morte de Marighella. Genésio, ao ouvir a confirmação, pediu que três outras pessoas testemunhassem a afirmação de frei Ivo. “Essa versão de que Marighella morreu fora do carro é para livrar a cara dos frades. Não é isso que eles diziam na cadeia” (CARVALHO FILHO, 2001, p.337).

Ainda de acordo com Emiliano José (2004), também o depoimento de frei Fernando de Brito é um argumento favorável a essa versão. Frei Fernando, mesmo fazendo ressalvas em relação as suas condições psicológicas em razão das torturas a que foi submetido, confirma hoje o que disse na ocasião.

[...] alguém empurrou para frente o banco do carro, do lado do carona, entrou e sentou no banco de trás. E que imediatamente, ele próprio, junto com Yves Lesbaupin, foi retirado do Volks, e começou a fuzilaria. Depoimento diverso do de Lesbaupin, que estava no banco do motorista. Frei Fernando, no entanto, afirma não ter a menor convicção de que tenha sido Marighella o homem que entrou no carro. E ressalta, também diferentemente de Lesbaupin, que não viu Marighella chegar à alameda Casa Branca, o que atribui ao seu estado emocional. A dúvida sobre o detalhe permanece, portanto (JOSÉ, 2004, p.36 - 37).

Emiliano, por fim, argumenta que, independentemente de qual das versões for a correta, elas não mudam o fato de Marighella ter sido assassinado em uma emboscada arquitetada pela polícia e que conseguiu chegar ao líder comunista porque os padres

dominicanos falaram como fazê-lo. Para Emiliano José, portanto, as responsabilidades permanecem inalteradas.

Diante dos argumentos de Emiliano José gostaríamos de fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, devemos sempre recordar que a polícia utilizou a tortura para conseguir seus objetivos. Em decorrência disso, estabelecer simplesmente a culpa aos padres, sem levar em consideração a violência a que foram submetidos, torna-se inaceitável.

Em segundo lugar, em nossa avaliação, uma vez que as duas versões sobre a morte de Marighella, dentro ou fora do carro, não alteram a responsabilidade da repressão sobre o assassinato, acreditamos que, do ponto de vista histórico, a versão apresentada por Yves Lesbaupin (morte fora do carro) possui um embasamento maior, uma vez que existe um laudo médico assinado pelo legista Nelson Massini que lhe dá sustentabilidade científica.

Em seu relatório, Carvalho Filho afirmou, de forma categórica que o laudo tornou-se evidência definitiva na análise do processo. Ao analisar a foto de Marighella morto no interior do Volkswagen Massini esclarece que “a posição do cadáver não é natural, e sim forçada, revelando claramente que o corpo foi colocado no banco traseiro do veículo”. Massini esclareceu ainda:

Esta afirmação é baseada nos sinais de tracionamento do corpo para dentro do veículo, revelado pelas rugas da calça e seu abaixamento da cintura, bem como a elevação da camisa, indicando que o corpo foi puxado pela mesma. Ainda com respeito a observação da foto n. 1, podemos verificar que o corpo jamais teria caído para dentro do veículo na posição em que se encontrava pela posição dos pés, que indicam que a vítima estava fora do veículo (CARVALHO FILHO, 2001, p.339).

O laudo demonstra a impossibilidade física de haver correspondência entre a posição na qual o corpo de Marighella foi apresentado à imprensa e os tiros disparados no Volks, ou, dito de outra forma, não era possível Marighella ter caído morto dentro do carro naquela posição em que seu corpo foi apresentado aos fotógrafos.¹⁹

¹⁹ Em entrevista à revista Isto é em março de 2012, o fotógrafo Sérgio Vital Tafner Jorge, em 1969 repórter da revista Manchete, afirmou ter presenciado o momento em que policiais colocaram o corpo de Marighella no banco de trás do Fusca, com o objetivo de encenar o confronto entre o líder guerrilheiro e as forças da repressão. Curiosamente, Jorge afirma que quando chegou à Alameda Casa Branca o cadáver de Marighella se encontrava ao volante do carro, algo igualmente suspeito, uma vez que o revolucionário não sabia dirigir. O fotógrafo dispõe-se a narrar o que testemunhou na Comissão da Verdade do Governo Federal. Para maiores detalhes indicamos: (http://www.istoe.com.br/reportagens/193279_A+FARSA+NA+MORTE+DE+MARIGHELLA+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage. Acesso em 18 mar. 2012).

Dessa maneira, mesmo sendo dignas de todo o respeito as pessoas que defendem versões diferentes, caso específico de Genésio Homem de Oliveira e frei Fernando de Brito, entendemos que fica difícil argumentar contra as leis da Física.

O laudo ainda demonstrou que os tiros que atingiram Marighella não apresentaram correspondência nas perfurações encontradas no veículo. Massini demonstra que o disparo que atingiu o corpo de Marighella lateralmente, nas nádegas, não tem correspondente entrada na lateral do veículo em que estavam os padres. Diz que é praticamente impossível o terceiro tiro, “um disparo com arma muito próxima, quase encostado, dado em um tiroteio onde o alvejado encontrava-se dentro de um veículo e, mais importante, sendo este o disparo fatal que podemos chamar de tiro misericordioso” (JOSÉ, 2004, p.32-33).

Portanto, existe aí uma informação fundamental. Marighella recebeu “um disparo fatal no tórax esquerdo dado com arma à curtíssima distância”, e segundo o relator essa revelação torna todas as discussões sobre o local onde teria ocorrido a morte irrelevante (CARVALHO FILHO, 2001, p. 340).

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em 12/05/1996, o legista Nelson Massini dá mais detalhes. Primeiro, afirma que a lesão em um dos dedos de Marighella deve-se a um exemplo clássico de autodefesa: instintivamente o líder comunista tenta se proteger segurando a arma, buscando assim desviar o tiro (JOSÉ, 2004).

Na avaliação de Carvalho Filho, se por um lado é impossível a reconstituição exata de detalhes e da sequência da morte de Marighella, a análise da prova técnica e do parecer médico legal do professor Nelson Massini “é conclusivo no sentido de que a morte de Marighella não corresponde às circunstâncias descritas pela versão oficial” (CARVALHO FILHO, 2001, p.338).

Ao contrário do que afirmou o relatório do DOPS, o local não foi preservado para o trabalho da perícia, que teria chegado cerca de uma hora após os fatos. Entre as irregularidades em relação ao trabalho pericial: primeiro, o perito não encontrou a pasta de plástico onde supostamente se encontrava a arma de Marighella, e de acordo com o laudo o delegado Fleury teria recolhido o material.

Em relação a essas informações o relatório apresenta questionamentos:

Por que o delegado Fleury recolheu a pasta, onde estaria a arma de Marighella, antes de o perito chegar? Por que tais objetos, essenciais para a caracterização da alegada tentativa de reação de Marighella, não foram fotografados no local em que estavam depois do tiroteio? Afinal, o próprio perito, no preâmbulo de seu laudo (f. 93), esclarece ter sido convocado para proceder a exame “em local de ENCONTRO DE CADÁVERES e resistência a voz de prisão [...]” (CARVALHO FILHO, 2001, p.338).

Causou estranheza ao relator o fato de tanto a arma quanto a pasta terem sido recebidas no Instituto de Criminalística apenas 22 dias depois dos fatos.

Diante da evidência de execução de Marighella, o relator Carvalho Filho questiona: “Mas por que o líder da ALN, cercado por policiais de elite, não foi apenas imobilizado? O objetivo legítimo do poder público, na atividade repressiva, é o de deter o agressor, não o de eliminá-lo deliberadamente” (CARVALHO FILHO, 2001, p.241).

Para responder a essa pergunta o relator resgata a conjuntura política do Brasil em 1969 e cita trechos de documentos e relatórios que demonstram que Marighella era tido como inimigo número 1, adversário a ser eliminado pelo governo militar. Em um relatório do DOPS, publicado pelo “Jornal da Tarde” no dia seguinte a morte do líder da ALN, lemos o seguinte:

Carlos Marighella – vulgo Menezes. O nome dispensa comentários. Não há que se excogitar, para chegarmos à conclusão de que Marighella é um dos maiores, senão o maior responsável pelo estado de coisas em nossa terra, no que concerne à subversão e ao terrorismo. Com suas “famosas” Cartas de Havana lançou as “sementes” cujas árvores viriam a ser os assaltos a bancos, pedreiras, casas de armas e tôda sorte de atos terroristas que se dissimilam (sic) atualmente em nosso país. O castigo a ser-lhe imposto deve ser severo. Acha-se em lugar incerto e não sabido, tendo sido qualificado indiretamente. Em nosso modo de ver, devem ser lhe impostas as penas dos artigos 23 e 25 do decreto 314, este último artigo combinado com o parágrafo 2o do artigo 51 do Código Penal, tudo no grau máximo da pena fixada “in abstrato”, para servir de exemplo aos demais, que se esquecendo dos sagrados deveres que tem para com a Pátria, não relutam um só segundo em tarjá-la de sangue, num verdadeiro mergulho na barbárie (CARVALHO FILHO, 2001, p.341-342).

O relator nos esclarece que o referido grau máximo da pena à qual o documento do DOPS se refere trata-se da pena de morte. Ainda de acordo com Carvalho Filho, uma reportagem da revista “Veja” publicada poucos dias antes dos fatos na Alameda Casa Branca nos revelou ser “a crônica de uma morte anunciada”, nas palavras do relator. Observemos então:

[...] segundo rumores que correm na polícia paulista, Marighella está em São Paulo, na Capital, dentro de um círculo de investigações que se fecha gradativamente. Com todas as saídas para Minas, Rio, Paraná, litoral e Oeste paulista vigiados, Marighella estaria sem chance de escapar. Espera-se mesmo que ele tente uma fuga heróica e não se acredita que ele venha a ser preso com vida (CARVALHO FILHO, 2001, p.242).

Carvalho Filho argumenta:

Segundo os requerentes (familiares de Marighella) afirmaram, não era de interesse do governo militar manter Marighella em uma prisão. Seu histórico de resistência demonstrava que dificilmente revelaria alguma informação mesmo sob tortura. Marighella preso poderia tornar-se um símbolo, além de existir a possibilidade de reação dos grupos armados em busca de seu resgate. (CARVALHO FILHO, 2001, P.241).

De acordo com o relator, não há como provar que foi tomada a decisão de eliminar Marighella, “mas a conjuntura política da época, aliada às circunstâncias acima mencionadas, autoriza a dedução” (CARVALHO FILHO, 2001, p. 242). Os argumentos finais do relatório apresentam as seguintes conclusões:

1. A morte de Carlos Marighella não corresponde à versão oficial divulgada na época pelos agentes policiais. Os indícios apontam para a não ocorrência do tiroteio entre a polícia e seus supostos seguranças e indicam, também, que ele não morreu na posição em que o cadáver foi exibido para a imprensa e para o perito.
 2. Carlos Marighella, afirma o parecer médico legal juntado aos autos, foi morto com um tiro a curta distância, depois de ter sido alvejado pelos policiais, quando já se encontrava sob o seu domínio e, portanto, sem condições de reagir. Confirma-se, assim, a alegação dos requerentes, no sentido de que a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo. Mesmo admitindo que ele “tentou resistir, procurando abrir a pasta [...]”, como sustenta a versão oficial, fica claro que os disparos anteriores já o tinham imobilizado, a ponto de permitir a aproximação do executor para o tiro fatal – “quase encostado”. Do excesso, resulta a responsabilidade do Estado.
 3. O poder público tinha o controle absoluto da área, o que se verifica pelo fuzilamento do único civil que inadvertidamente ultrapassou o cerco formado por pelo menos 29 policiais – o dentista alemão.
 4. É dever do agente guardar quem está sob sua responsabilidade. A execução do infrator, pelo policial que o procura, é o mais sumário e o mais assustador dos julgamentos. Se executar alguém não é errado, nada é errado.
- O voto é pelo reconhecimento do nome de Carlos Marighella para os fins do artigo 4º, inciso I, letra “b”, da lei 9.140/95, com o pagamento, aos requerentes, da indenização devida. (CARVALHO FILHO, 2001, p.343).

O placar final da votação apontou 5 votos favoráveis e 2 contrários ao reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte de Carlos Marighella.²⁰ Votaram contra o general Oswaldo Gomes e Paulo Gonet Branco, enquanto os demais membros da comissão, Miguel Reale Junior, Nilmário Miranda, João Grandino Rosas, Suzana Lisboa, além do relator Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, votaram a favor.

²⁰ O relatório favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte de Carlos Lamarca foi aprovado na mesma sessão, também com cinco votos favoráveis e dois contrários.

3.3. A LITERATURA APÓS O RESULTADO DA COMISSÃO ESPECIAL

Analisamos três livros escritos após o resultado do processo na Comissão, tendo como objetivo resgatar a temática em nossa literatura recente. As obras escolhidas tratam, cada qual a seu modo, da morte do líder da ALN.

Se em **Carlos Marighella: O inimigo número 1** da ditadura militar, do jornalista Emiliano José, o assunto tem aspecto central na condução da narrativa, em **A ditadura escancarada**, de Elio Gaspari, o tema está inserido em um contexto mais amplo debatido pelo autor, enquanto em **Carlos: a face oculta de Marighella**, de Edson Teixeira da Silva Junior, o tema aparece em entrevistas e também em análises feitas pelo historiador.²¹

Publicado em sua primeira edição em 1997, a obra escrita por Emiliano José realiza um trabalho de investigação jornalística para narrar a vida e a morte de Marighella. Para isso o jornalista se utiliza de várias fontes, como relatórios policiais, laudos médicos, depoimentos de policiais e de ex-guerrilheiros.

Em nossa avaliação, as principais contribuições de Emiliano José para o debate que realizamos se encontram em dois aspectos: primeiro, na narrativa que reconstrói os passos de Marighella no dia 4 de novembro de 1969; segundo, ao levantar hipóteses sobre o que teria acontecido na emboscada que matou, além de Marighella, também uma investigadora, um civil, além de ferir um delegado.

Emiliano José retoma os passos de Marighella no dia que terminaria de forma trágica na Alameda Casa Branca. O veterano comunista teria iniciado logo cedo suas atividades no dia 4 de novembro, ao deixar o apartamento de Antônio Flavio Médici de Camargo, onde, ao lado de Clara Sharf, estava hospedado. Camargo combinou, ainda pela manhã, que pegaria Marighella após seu encontro com os dominicanos. A confirmação do “ponto” coube também a Camargo, que ligou de um telefone público para a Livraria Duas Cidades, onde frei Fernando trabalhava.

²¹ Outro livro publicado nesse contexto foi a biografia do delegado Sérgio Paranhos Fleury, **Autópsia do Medo** (2003) de autoria do jornalista Percival de Souza. Ao contrário das outras narrativas estudadas, o jornalista descreve a morte de Marighella de forma idêntica à versão oficial divulgada pelo DOPS em 1969, não levando em consideração o julgamento da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos.

Segundo Emiliano, Marighella passou boa parte da tarde em reuniões com militantes de sua organização. De acordo com o depoimento de pessoas que estiveram presentes nesses encontros, ele teria demonstrado preocupação com a onda repressiva que havia atingido o GTA (Grupo Tático Armado), defendendo a necessidade de recuo momentâneo para curar as feridas (JOSÉ, 2004).

Sobre as prisões de membros do GTA, Emiliano dimensiona da seguinte maneira seu impacto na ALN:

Elas representavam um golpe profundo na ALN, [...] Eram companheiros experimentados, da linha de frente, que deveriam compor a futura coluna guerrilheira na área rural. Com as prisões perdia-se anos de preparação, organização, sedimentação revolucionária (JOSÉ, 2004, p.29).

Segundo depoimento de Guiomar Silva Lopes, que participou de uma das últimas reuniões de Marighella, ele teria demonstrado ter notícias da prisão de dominicanos, sem precisão nem nomes, no Rio de Janeiro. Para a depoente, a preocupação era saber o que os militantes presos haviam falado, não para avaliar comportamentos e sim para tomar medidas de segurança em relação a quem estava em liberdade.

Tendo como base o relatório de 9 de novembro de 1969, escrito pelo delegado do DOPS Ivair Freitas Garcia, Emiliano José revela detalhes da operação que assassinou Carlos Marighella. Segundo o relatório policial, participaram da ação 27 homens e duas mulheres, divididos em seis carros e uma caminhonete. Os policiais e os carros se encontravam posicionados ao longo da Alameda Casa Branca e nos principais cruzamentos e entradas de acesso ao local.

De acordo com Emiliano, parece não haver dúvidas de que a determinação era matar Marighella. Essa decisão teria partido dos mais altos escalões militares. Ao mesmo tempo, os militares deram um jeito de passar aos policiais do DOPS paulista o trabalho sujo.

O relatório oficial, escrito para adulterar os fatos, afirmava que houve um tiroteio entre policiais e seguranças de Marighella, deixando como saldo a morte de uma investigadora e o ferimento de um delegado.

Entretanto, de acordo com Emiliano José, a versão apresentada é desmentida pelos próprios policiais que participaram da operação. Muitos teriam confirmado, em mais de uma ocasião que Marighella teria aparecido sozinho para o encontro com os dominicanos.

Em relação à farsa do tiroteio montada pelo DOPS, Emiliano José expõe duas hipóteses: ou aconteceu uma tentativa de encobrir as trapalhadas dos policiais, ou ocorreu no episódio um acerto de contas entre eles. O fato é que “29 policiais conseguiram a proeza de matar a investigadora Estela Borges Morato, ferir o coordenador, Rubens Cardoso de Mello Tucunduva, com um tiro na coxa esquerda, e matar um civil, o protético Friederich Adolf Rohmann” (JOSÉ, 2004, p.30).

Sobre a primeira hipótese, Emiliano José afirma que existia, “um medo-pânico” dos policiais durante a operação, e isso se devia a uma imagem quase sobrenatural de Marighella. Esse “medo-pânico” poderia ter sido a causa do tiroteio entre os próprios policiais.

Referindo-se à morte da investigadora, Emiliano José ressalta que ainda não foi plenamente esclarecida, existindo hipóteses variadas sobre o assunto. Uma dessas hipóteses nasce do depoimento do delegado Rubens Tucunduva a jornais da época. Ele afirmou que, durante a operação, após ser atingido na perna, voltou-se atirando. Pode ter acertado Estela Borges Morato.

Segundo Emiliano José, em outra hipótese Fleury saiu do carro na escuridão logo que Marighella apareceu, pedindo antes que Estela permanecesse no veículo. A investigadora, inquieta, teria resolvido sair, e Fleury, ao ouvir um ruído atrás de si, voltou-se atirando, atingindo a cabeça da policial.

Lembremo-nos de que o DOPS em nenhum momento se preocupou em fazer um exame de balística para investigar a responsabilidade sobre essa morte. Preferiu simplesmente imputá-la aos “terroristas” de Marighella.

Em nossa avaliação, se não foi possível, até o momento, estabelecer de qual arma saiu o disparo que levou à morte a investigadora, por outro lado podemos com certeza afirmar que ele não saiu das armas dos seguranças de Marighella, pelo simples fato de não haver seguranças de Marighella. O mais provável é que os próprios policiais tenham atingido a investigadora, assim como o delegado Tucunduva, em meio à fuzilaria que ocorreu na Alameda Casa Branca.

Sobre o tiro que atingiu o delegado Tucunduva na perna, Emiliano José argumenta que se deveu a um mau posicionamento dos policiais, o que acabou por resultar em tiros cruzados, ou ainda pode ter sido uma tentativa de ajuste de contas. Segundo o jornalista, era corrente entre os policiais do DOPS que existia um clima de disputa entre Fleury e Tucunduva.

Tucunduva vinha acumulando prestígio junto aos militares, e por outro lado Fleury mantinha um relacionamento estreito com o Cenimar (Centro de Informações da Marinha). Existiria também uma disputa entre ambos pelo controle do tráfico de drogas, sendo essa também uma das motivações para a origem do “Esquadrão da Morte”, liderado pelo delegado Fleury (JOSÉ, 2004).

Muito embora os aspectos elencados por Emiliano José comprovem que permanecem existindo elementos nebulosos relacionados à morte de Marighella, em contrapartida existem aspectos plenamente esclarecidos, como foi exposto no capítulo anterior.

Outra obra analisada tem como autor o também jornalista Elio Gaspari. Tendo escrito uma série de quatro livros sobre o regime militar, Gaspari dedica um dos volumes à luta armada e à repressão política. Trata-se de **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas, publicado em sua primeira edição em 2002. Em capítulo intitulado “Marighella, início e fim”, Gaspari analisa a ascensão e queda de Carlos Marighella enquanto principal inimigo da ditadura.

Segundo o jornalista, a polícia começou o cerco a Marighella quando chegou aos dominicanos. Para Gaspari (2002) isso não foi muito difícil, uma vez que o convento de Perdizes não era nada discreto em sua atuação de apoio a organizações clandestinas, apoio esse prestado não apenas à ALN, mas também a VPR, MR-8, Ação Popular e outros (GASPARI, 2002).

Além disso, o fato de o convento dominicano em Belo Horizonte ter sido invadido pela polícia em 1967, após os padres terem cedido suas instalações para um congresso clandestino da UNE tornava a ordem especialmente visada pela repressão. Nesse mesmo ano, 1967, a expulsão da ordem dominicana chegou a ser pedida em editorial do jornal O Estado de São Paulo.

A ligação específica entre freis dominicanos de Perdizes e Carlos Marighella teria deixado de ser segredo quando o consulado norte-americano teve dois contatos que informaram que o dirigente comunista estivera com os religiosos. A atenção da polícia em relação às atividades dos dominicanos aumentou à medida que soube, por meio de um militante preso, que os freis escondiam pessoas no convento, e mais tarde quando um noviço desapareceu. Apesar de Gaspari não informar, sabemos que o noviço a que se refere era frei Betto, que entrou para a clandestinidade após perceber que estava sendo procurado pela repressão.

Portanto, para Gaspari (2002) havia três fios da meada que levavam aos dominicanos: o consulado americano sabia que Marighella frequentava o convento, a polícia estava informada de que um dos seus seguidores havia sido abrigado ali e, para completar, um noviço desaparecera.

A onda de prisões que atingiu a ALN após o sequestro do embaixador fechou ainda mais o cerco. Nos interrogatórios dos participantes da ação os dominicanos apareceram novamente quando um preso afirmou ter a tarefa de procurar frei Fernando na livraria Duas Cidades, no centro de São Paulo. Outro teve capturado o talão de cheques onde anotara o telefone de Perdizes. Dessa forma, a polícia tinha em mãos três militantes que sabiam da ligação entre os freis dominicanos e a ALN.

Na noite de primeiro de novembro os freis Ivo e Fernando tomaram um ônibus para o Rio, com a missão de tratar do esquema de apoio para a chegada dos militantes que haviam saído de Cuba, cujo destino era o interior do Pará. Presos na manhã seguinte foram levados ao Cenimar, separados e torturados. Após torturar frei Fernando a polícia sabia como Marighella marcava seus encontros. Após torturar frei Ivo, à noite sabiam que o último encontro aconteceu a duas semanas (GASPARI, 2002, p.151).

De acordo com Elio Gaspari, após confrontar os depoimentos o delegado Fleury soube que Marighella deveria, na terça-feira dia 4 de novembro, marcar um encontro com os dominicanos. Os passos seguintes de Fleury foram obrigar os freis a gravar uma confissão, para em seguida levá-los de volta para São Paulo. Às três da madrugada Fleury invadiu, de forma espalhafatosa, o convento de Perdizes e prendeu mais cinco religiosos. As salas de tortura da delegacia ficaram congestionadas (GASPARI, 2002).

Enquanto isso Marighella, que estava em São Paulo, soube por duas fontes diferentes da prisão de alguns padres no Rio e talvez em São Paulo. Uma das informações vinha de Porto Alegre, e por outro lado a informação de São Paulo mencionava a prisão de dominicanos no Rio. Marighella foi em frente. Afinal, um emissário seu ligou para a livraria Duas Cidades e obteve de frei Fernando senha e contrassenha (GASPARI, 2002).

Segundo Gaspari, para o regime militar a tortura dos freis significou um triunfo da funcionalidade. Sua aparente eficiência se revelou pelos resultados obtidos. Essa conclusão teve como principal consequência a utilização da tortura como método em larga escala nos anos seguintes. No entanto, “debaixo do triunfo de Fleury estava a demonstração do primitivismo de seus métodos” (GASPARI, 2002, p.156-157).

Para o jornalista a conclusão é outra. A polícia chegou aos freis e a Marighella em razão da precariedade da estrutura clandestina em que esses se movimentavam. As atividades

dos freis eram temerárias. Dois foram presos e fichados no Congresso de Ibiúna e, além disso, suas atuações eram constantes e variadas dentro do esquema da ALN, o que os deixava ainda mais expostos (Gaspari, 2002).

Além disso, os arranjos para os encontros entre Marighella e os religiosos eram simplórios; a senha era sempre a mesma, falavam de uma gráfica, no mesmo dia, no mesmo lugar, em uma região conhecida há muito tempo, (de acordo Armênio Guedes, veterano militante do PCB), como escritório de Marighella. Um foragido movendo-se em tais condições teria grandes chances de ser capturado. (GASPARI, 2002)

O terceiro livro analisado em nossa pesquisa foi **Carlos**: a face oculta de Marighella, do historiador Edson Teixeira da Silva Junior. Em capítulo específico, e em entrevistas com pessoas próximas a Marighella e com militantes de organizações clandestinas, o tema da morte de Marighella é objeto de reflexão.

Silva Junior (2009) produziu uma síntese daquilo que considerou fatos já plenamente esclarecidos sobre a emboscada que resultou no assassinato de Marighella. Desta síntese gostaríamos de destacar alguns aspectos:

Primeiro, já não restariam dúvidas: o que ocorreu em 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, foi um assassinato conduzido pela polícia de São Paulo, a serviço da ditadura civil-militar, fato reconhecido oficialmente pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos ligada ao Ministério da Justiça.

Segundo, o envolvimento dos dominicanos seria assunto encerrado.

Terceiro, as informações obtidas pelo DOPS por meio de Paulo de Tarso Venceslau, fato apontado entre outros por Emiliano José (2004), acrescentaram dados significativos para a compreensão de como a polícia chegou aos freis dominicanos e, em consequência, a Marighella. Segundo Emiliano José, não apenas o telefone do convento dos dominicanos teria caído com Venceslau. Ao contrário, segundo depoimento de um companheiro de cela, Venceslau teria confessado que, após vários dias de tortura, não suportou mais, abrindo “o esquema dos padres” (JOSÉ, 2004).

Sobre o primeiro tópico apontado na síntese de Silva Junior, o assassinato de Marighella, concordamos com o autor, trata-se de um fato comprovado historicamente, tendo sido reconhecido oficialmente pelo Estado brasileiro, como já demonstramos anteriormente.

Em relação ao segundo tópico, muito embora não exista quem negue a participação dos frades dominicanos nos eventos que levaram ao assassinato de Marighella,

esse envolvimento adquire contornos e ênfases diferenciados de acordo com objetivos da pesquisa, ou com os autores analisados.²²

Sobre a participação de Paulo de Tarso Venceslau nos eventos, acreditamos que travar um debate sobre quem falou sob tortura ou não é algo infrutífero e totalmente dispensável.

²² A esse respeito ver a polêmica, sempre revivida, envolvendo as interpretações de Frei Betto (2006) e Jacob Gorender (1987) para os fatos.

CAPÍTULO 4º - MARIGHELLA: HERÓI NACIONAL

Embora em 1969 Carlos Marighella tenha morrido personificado pelo governo militar como o inimigo da pátria, tendo seu nome associado ao terrorismo em jornais, revistas e no discurso oficial, 42 anos depois ele é um dos personagens mais lembrados e reverenciados da história recente do Brasil: títulos de cidadania, nome de ruas, peça de teatro, documentários. Passados 15 anos do resultado da Comissão Especial que reconheceu a responsabilidade do Estado sobre sua morte, a memória relacionada ao revolucionário sofreu uma metamorfose.

Nas reviravoltas da memória, sua história e sua atuação política hoje são reelaboradas, tomando perspectivas, em algumas vezes, diversas do que o próprio Marighella pretendia, ou podia esperar. Agora Marighella é lembrado como “herói do povo brasileiro”.

As evidências fornecidas em nossa pesquisa indicam que o elemento central dessa reconstrução tem sido a ideia de sacrifício. Aliás, o sacrifício é um dos aspectos mais visíveis na chamada jornada do herói, estando presente em diversas culturas e temporalidades da história humana (CAMPBELL, 1990). Podemos observar o confronto do herói com a morte nos mais diversos mitos e estórias. Segundo Vogler,

os Heróis nos ensinam a lidar com a morte. Eles podem sobreviver, provando que a morte não é tão dura. Podem morrer (ainda que simbolicamente) e renascer, provando que ela pode ser transcendida. Podem morrer uma morte de Herói, quando transcendem a morte, ao oferecer suas vidas por uma causa, um ideal, um grupo (VOGLER, 2006, p.55).

Mas, o que é um herói? Segundo definição de Joseph Campbell, “o herói é alguém que deu a própria vida por algo maior que ele mesmo” (CAMPBELL, 1990, p.137). O objetivo moral do heroísmo, segundo Campbell, seria o “de salvar um povo, ou uma pessoa, ou defender uma ideia. O herói se sacrifica por algo, aí está a moralidade da coisa” (CAMPBELL, 1990, p. 141).

De acordo com Christopher Vogler (2006), a palavra herói vem do grego, de uma raiz cujo significado é "proteger e servir". Portanto, traria em seu nome o próprio dever.

Em relação à utilização política do herói, José Murilo de Carvalho (1990) assim definiu sua função:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referências, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico (CARVALHO, 1990, p.55).

Na reconstrução da imagem de Carlos Marighella também pudemos verificar uma perspectiva segundo a qual Marighella, assim como a esquerda armada de forma geral, são representados como a ala extrema da oposição democrática.

Para debater essa temática específica dialogamos com estudos realizados por Daniel Aarão Reis Filho. Essa análise teve como meta debater as reconstruções que as memórias sobre o regime militar e a luta armada sofreram a partir da chamada redemocratização. Com isso, buscamos demonstrar que a atual memória hegemônica sobre Marighella está inserida em um contexto de lutas sociais em que o retorno do jogo democrático assume posição primaz.

Entretanto, ao consultarmos as fontes observamos que a questão democrática está nitidamente subordinada à ideia de sacrifício.

O objetivo deste capítulo foi o de reconstituir, ao menos parcialmente, o atual processo de heroicização de Carlos Marighella. Utilizamos em nossa análise algumas homenagens e alguns atos realizados em memória do líder revolucionário, nos quais observamos o caráter e as perspectivas dessas celebrações. Assim como observou Paulo Bonafé (2008), devemos ter em mente, ao realizar este tipo de pesquisa, que heróis, assim como mitos, santos ou grandes escritores são fruto da construção histórica, e se assim foram constituídos isso se deve ao desejo de homens e mulheres de carne e osso.

4.1 – REVISITANDO O DEBATE SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

Para iniciar a discussão utilizemos uma definição de memória elaborada por Henry Rousso (1998). Segundo ele, memória

[...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 1998, p.94).

Nessa curta definição, Rousso logra demonstrar o sentido de reconstrução, de representação existente em toda a memória, ao mesmo tempo em que deixa evidente seu caráter coletivo. Nesse particular, devemos muito aos estudos de Maurice Halbwachs.

No clássico **A memória coletiva**, Halbwachs (2004) abordou aspectos fundamentais da constituição da memória. Entre eles, dois em especial foram primordiais para o desenvolvimento de nossa pesquisa: 1) a relação presente-passado, o primeiro sendo o centro de gravidade; 2) a relação da reconstrução da memória a partir de campos. Não existe, portanto, memória isolada de campos.

Em relação ao primeiro aspecto, o papel do presente para a reconstrução do passado, Halbwachs afirma que

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 2004, pp. 75-6).

Em relação ao segundo aspecto, para Maurice Halbwachs a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, visto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Dessa forma a origem de muitas ideias, reflexões, sentimentos, paixões que nos são atribuídos, seriam, em realidade, inspirados pelo grupo do qual fazemos parte (CARVALHAL, 2006).

Para que possamos compreender a transformação de Marighella, de dirigente comunista e guerrilheiro revolucionário em herói nacional e líder da ala extrema da resistência

democrática, devemos ter em mente que essa mudança de rumos não ocorreu de maneira isolada. Ao contrário, está ligada a uma redefinição mais ampla.

Segundo Reis Filho (2010), de 1966 a 1973 as organizações da esquerda revolucionária tinham como objetivo não apenas derrotar a ditadura, mas levar junto todo o sistema capitalista. As avaliações dessas organizações, com as devidas nuances, apontavam para um impasse no capitalismo brasileiro, que sem ter como desenvolver o país, e buscando impedir a perda de seus privilégios, teria apelado para a intervenção das Forças Armadas.

Por outro lado, o trabalhismo e o comunismo oficial, representados pelo PCB, teriam demonstrado os limites das lutas pelas reformas no interior do sistema, ao serem derrotados sem resistência em 1964. Portanto, não existia, sob a perspectiva da esquerda revolucionária, solução para a crise brasileira, pelo menos não dentro dos marcos do capitalismo.

O quadro exigia a superação do modelo, algo que seria conseguido apenas com o enfrentamento armado, com a guerra de guerrilhas nas cidades e no campo. Os exemplos bem-sucedidos de Cuba, Argélia e o decorrer da Guerra do Vietnã demonstravam que não apenas era possível como necessária a violência revolucionária para superar as contradições do capitalismo.

Como sabemos hoje, o resultado da saga revolucionária, para nos utilizarmos da expressão utilizada por Reis Filho, foi a dizimação das organizações guerrilheiras diante das forças da repressão.

O processo de autocrítica realizado pelos sobreviventes da guerra de guerrilhas, ainda em meados dos anos de 1970, focou em seus primórdios o isolamento social como causa principal de suas derrotas. Entretanto, suas avaliações ganharam nova dimensão a partir da luta pela anistia.

[...] os projetos revolucionários se transformaram em ala extrema da resistência democrática. A luta não era por uma revolução social, e sim por um país melhor, por aperfeiçoar a democracia. Fez-se silêncio sobre a saga revolucionária. Desapareceu soterrada na memória coletiva (REIS FILHO, 2010, p. 176).

Na avaliação de Reis Filho (2010), o silêncio sobre as propostas revolucionárias da esquerda entre 1966 e 1973 fez parte de um pacto firmado na sociedade brasileira quando da aprovação da Lei da Anistia. Ao lado desse silêncio, mais dois: sobre a tortura e os torturadores, e sobre o apoio da sociedade à ditadura.

Portanto, não apenas as esquerdas realizaram uma metamorfose em suas memórias. As direitas, que formaram uma aliança heterogênea, garantindo assim a base social para o golpe de 1964, e compuseram, com algumas defecções, a ditadura militar, também reconstruíram sua memória.

Durante o processo de redemocratização já não existiam partidários da ditadura; todos “tornaram-se convictos democratas”. Chegou um momento em que não se sabia como a ditadura pôde durar tanto tempo, com tantas pessoas comprometidas com a democracia. (REIS FILHO, 2004)

Para Reis Filho, teria ocorrido nesse processo um deslocamento das memórias, à direita e à esquerda, e iniciou-se uma batalha pelas memórias. Em relação a esse deslocamento, Vasconcelos (2009) afirma existir no quadro da memória duas formas de esquecimento: o esquecimento passivo, fruto das limitações humanas, e o esquecimento deliberado, que se deve a um projeto político ou à dificuldade em lidar com determinado trauma.

No caso que estamos analisando, o processo de esquecimento cumpriu o papel de colocar um parêntese em temas sobre os quais a sociedade não tinha ainda um consenso. Nas palavras de Vasconcelos, o esquecimento público esteve a serviço de uma política da memória para forjar um consenso nacional (VASCONCELOS, 2009).

Algo muito semelhante ocorreu em países como a França após a Segunda Guerra, diante da dificuldade de lidar com a colaboracionista República de Vichy, na antiga União Soviética, durante o processo de desestalinização, e também na Alemanha após o nazismo (REIS FILHO, 2010).

Segundo Denise Rollemberg (2006), o esquecimento não era algo desejado apenas pelos militares. A cumplicidade, o apoio, a omissão, a colaboração, os compromissos da sociedade em suas relações com a ditadura deviam passar ao esquecimento.

A partir dos relatos dos militantes de esquerda e das análises acadêmicas, e por interesses de grupos políticos civis, foi construída uma memória ligando a ditadura ao elemento militar, silenciando sobre a participação dos civis (Vasconcelos, 2009).

Sob a lenda da resistência da sociedade seria construída a memória dos anos de ditadura. Parecia recomendável estabelecer que todos resistiram, e que, uma vez reencontrando com a democracia e vislumbrando o futuro, seria melhor esquecer o passado.

Ainda em relação a isso retomemos a definição que Michael Pollak (1989) dá sobre a memória coletiva e suas funções dentro do pensamento de Maurice Halbwachs:

[...] longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza de comunidade afetiva (POLLAK, 1989, p.3).

Pollak (1989), por sua vez, prefere ressaltar o caráter impositivo e opressor da memória coletiva, que, no entanto, mesmo dominante não é capaz de impedir a sobrevivência de uma memória subterrânea em oposição à memória oficial. Podemos, portanto, chegar a algumas conclusões. Primeiramente, sabemos que a memória é produzida coletivamente mas não sem conflitos, uma vez que a memória produzida por um coletivo se choca com memórias produzidas por outro.

Em relação a nossa pesquisa, observamos esse choque de memórias na disputa entre os campos de esquerda e de direita. Nos dois campos políticos, as memórias que se estabeleceram a partir da redemocratização colocavam de forma retrospectiva a questão democrática como aspecto central em suas lutas políticas anteriores. Nesses dois casos, a memória elaborada serviu para justificar as escolhas políticas posteriores de seus agentes.

No que se refere às esquerdas especificamente, na última década elas têm sido bastante ativas no processo de reconstrução de sua história e memória. A ascensão de setores da esquerda ao governo central por meio do Partido dos Trabalhadores, e a ocupação de espaços institucionais cada vez maiores constituíram importantes recortes para a legitimação oficial de uma determinada memória sobre a ditadura e as organizações da esquerda revolucionária. Essa memória, agora tornada oficial, tem sido pródiga ao constituir seus heróis e suas motivações de luta, nem que para isso tenha que realizar um deslocamento na memória.

As afirmações que fizemos podem ser ilustradas por uma manifestação do então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que, em uma cerimônia em Recife, afirmou que o país não devia ter vergonha de reconhecer heróis como Carlos Marighella. E completou:

Os congressistas têm, de vez em quando, de lembrar as figuras que fizeram alguma coisa importante no nosso país, porque somos um país sem muitos heróis. Talvez porque nós fomos sempre colonizados e colônia não pode ter herói, então, temos vergonha de reconhecer nossos heróis", declarou o presidente (Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-chama-marighella-morto-ha-40-anos-de-herói/>>. Acesso em 1 de dez. 2011).

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, estaria em curso no Brasil a elaboração de uma história oficial de esquerda a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores no poder central (REIS FILHO, 2010). Em entrevista recente Reis Filho abordou o tema, definindo a história oficial como “aquela história que absolutiza determinados ângulos, determinadas temáticas”. Ainda de acordo com ele, essa forma de fazer história sempre foi criticada por historiadores de esquerda e “estamos agora no poder reproduzindo essa coisa” (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p.243).

Para exemplificar seus argumentos, Reis Filho afirma que uma evidência dessa tendência se encontra na imensa produção literária acadêmica sobre as organizações de esquerda dos anos de 1960 e 1970 no Brasil, enquanto, por outro lado, as organizações de direita e os setores sociais que apoiaram a ditadura têm merecido poucos estudos históricos. Para o historiador, não é possível estudar o período da ditadura sem levar em consideração as direitas envolvidas (JOFFILY; SCHLATTER, 2011).

Segundo Reis Filho, uma das “armadilhas” existentes nessa vertente de estudos históricos refere-se às pesquisas voltadas para a história das esquerdas, na qual se percebe uma tendência à vitimização de seus agentes.

Em relação a esse deslocamento da memória, Reis Filho afirmou:

Nós tínhamos um projeto revolucionário bifurcado, tinha diversas matizes, mas a nossa perspectiva era destruir a ditadura e, de cambulhada, o capitalismo. E nós somos apresentados como pessoas que queriam lutar pela democracia e pela justiça (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p.244).

4.2. – HOMENAGENS A MARIGHELLA

A pesquisa que realizamos nos permitiu observar uma gama considerável de homenagens prestadas a Carlos Marighella nos últimos anos: título de cidadania, produção de documentários, música, peça de teatro e também a seção de seu nome a ruas em várias cidades do Brasil.

Iniciemos nossa análise pelo batismo de logradouros, que, embora menosprezado entre as demais atividades dos agentes públicos, é um importante mecanismo de construção da memória histórica, visto que para isso elege um personagem ou um fato para ser perenizado na lembrança coletiva (DIAS, 2012). De acordo com Ludmila Catela, “é na disputa pela definição de datas, símbolos e cerimônias comemorativas que começa a se delinear o caráter culturalmente arbitrário, histórico, social e politicamente construído da nação” (DA SILVA CATELA, 2001, p. 206).

Sobre as muitas legislações responsáveis pela regulamentação do batismo de logradouros, ruas e praças, verifiquemos, a título de exemplo, o que estabelece a lei em São Paulo e Campinas sobre pessoas que poderão ser agraciadas por essas homenagens. Em São Paulo: 1) “que tenham prestado serviços relevantes em algum campo da atividade ou do conhecimento humano” (DECRETO Nº 27.568, 22 de dezembro de 1988). Na cidade de Campinas está previsto: “b) que o homenageado tenha comprovadamente prestado serviços à cidade ou à humanidade, nos diversos campos do conhecimento humano, da educação, da política e da filantropia”(LEI N. 7248, 10 de novembro de 1992). Esses princípios genéricos suscitam diversas interpretações.

A disputa de memória, sobretudo quando se trata de nome de militantes revolucionários, torna-se bastante evidenciada, uma vez que a contrapropaganda da ditadura tratou de vincular seus nomes ao terrorismo e como inimigos da pátria (DIAS, 2012). Em relação a Carlos Marighella, ao lado de Carlos Lamarca, os mais famosos líderes guerrilheiros, ambos tiveram suas mortes divulgadas como troféus conseguidos pela repressão. Hoje são dois dos mais homenageados revolucionários, tendo seus nomes batizado várias ruas pelo Brasil:

Sem a preocupação de estabelecer um ranking, mesmo uma prospecção rápida demonstra que estão entre os personagens mais celebrados daquele período. Além de frequentes, as homenagens são realizadas por intermédio de modalidades diversas. Restringindo ao foco deste texto, tem-se que Marighella é nome de rua em São

Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Ribeirão Preto. Lamarca batiza vias públicas em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Diadema, Campinas, Duque de Caxias (RJ) (DIAS, 2012, p.16).

As homenagens a Marighella prosseguem em outros planos. Analisemos a seguir uma dessas iniciativas: a entrega do título de cidadania ao revolucionário comunista.

Na noite de quarta-feira, dia 4 de novembro de 2009, portanto no quadragésimo aniversário de seu assassinato, a Câmara Municipal de São Paulo homenageou Carlos Marighella concedendo-lhe a entrega do título de Cidadão Paulistano (*in memoriam*). A proposição partiu do vereador Ítalo Cardoso, do PT paulistano. Na justificativa do então projeto de decreto legislativo PL 78/09, Ítalo Cardoso afirmou:

Carlos Marighella colocou sua vida a serviço da cidade de São Paulo e do nosso país, sendo justa a homenagem que lhe será concedida por esta Casa, tornando-o cidadão paulistano, mesmo após sua morte. (Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/>>. Acessado em 31/01/2012).

Como podemos observar, está evidenciada na justificativa do projeto a ideia do sacrifício: Marighella é representado como alguém que colocou sua vida, e sua morte, a serviço de São Paulo e do Brasil.

O Projeto foi promulgado e decretado em 7 de outubro de 2009 pela Câmara Municipal de São Paulo. Não deixa de ser significativo que a cidade onde Marighella foi banido da vida seja aquela a lhe entregar, de maneira póstuma, o título de cidadania.

A sessão teve início com a exibição do documentário “Carlos Marighella – retrato de um guerrilheiro”, do cineasta Silvio Tendler. A solenidade contou ainda com representantes de movimentos sociais e atores políticos, entre os quais o então Secretário da Casa Civil do Governo de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira, e o ex-ministro da Casa Civil do Governo Lula, José Dirceu, além de ex-presos políticos e militantes.²³

O documentário apresentado na sessão se utiliza de um tom bastante apologético para apresentar seu personagem central. Durante o filme, de 56 minutos, tanto o narrador, o ator Othon Bastos, quanto os entrevistados tratam Marighella de maneira uníssona, não aparecendo contradições, críticas nem questionamentos a trajetória política do célebre comunista. Ao contrário, o Marighella que emerge é o revolucionário corajoso e destemido, e

²³ José Dirceu e Aloysio Nunes Ferreira foram militantes da ALN.

ao mesmo tempo “querido por todos”, segundo Apolônio de Carvalho, “que aceitava contestações”, de acordo com Ana Maria Montenegro, ou ainda, “sempre na linha de frente das ações revolucionárias” nas palavras de Carlos Fayal.

Evidentemente, não se trata de afirmar que o documentário tenha falsificado a verdade. Muito pelo contrário; como sabemos, por meio de depoimentos e relatos de contemporâneos, simpatia, valentia e coragem são nomes que aparecem de forma quase unânime quando o assunto é Marighella. Tanto companheiros, quanto adversários ideológicos reconheceram isso, mesmo em momento de embates e luta social.

Como vimos anteriormente, a própria ditadura utilizou-se do conhecido destemor do revolucionário para justificar seu assassinato. O que queremos destacar, isto sim, é que fica evidenciado que a opção da narrativa foi pela romantização da trajetória de Marighella.

Especificamente no trecho intitulado, não casualmente, de “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”, o documentário trabalhou com o sentido da morte de Marighella. É justamente onde, mais uma vez, o sacrifício do herói é enfatizado.

O Marighella descrito é o personagem que de forma exemplar ousou resistir, estando disposto a perder a própria vida se preciso fosse. Trecho de “Por que resisti à prisão?” é narrado, evidenciando a entrega do revolucionário a sua causa: “Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada pelo golpe de 1º de abril, ou se conformam com ela. O conformismo é a morte, no mínimo viver de joelhos” (MARIGHELLA, 1979, p.9).

Portanto, Marighella defende e se entrega totalmente à resistência contra a ditadura. O documentário traz também o depoimento de frei Oswaldo Resende. Em diversas conversas com o revolucionário ele teria dito ao frei que “sua vida não tinha importância, se ele morresse a luta continuaria. Eles não me pegarão vivo”.

Os elementos para constituir a jornada de Marighella rumo ao heroísmo estão evidentemente estabelecidos. Afinal, entregar-se a uma causa, um povo, enfrentar a morte e sacrificar-se pelo bem maior são pré-condições necessárias para a construção de um personagem heroico nas mais diversas culturas e temporalidades históricas.

No que se refere à cerimônia de entrega do título de cidadania, o primeiro a discursar no evento foi o vereador Italo Cardoso: “Marighella representou uma reação da sociedade civil brasileira ao longo do século XX, um cidadão que relutou em não aceitar a chibata da ditadura militar”. E mais adiante, no mesmo discurso:

Morreu, mas deixou o seu legado, sua história. E hoje, 40 anos após seu assassinato, estamos nesta Casa de Leis prestando uma homenagem a ele. Nada mais justo que a Câmara Municipal da Cidade onde ele estava quando foi morto reconhecer seu valor e dar a ele o Título de Cidadão Paulistano “in memoriam” (Disponível em: < <http://www.italocardoso.com.br/>>. Acesso em: 1 dez. 2011).

Outras declarações no evento também merecem destaque. Carlos Augusto Marighella expressou a opinião da família sobre o sentido e a importância da homenagem para desmistificar a memória sobre seu pai, uma vez que, enquanto viveu, ele passou seus últimos anos na clandestinidade, e todas as informações que chegavam à população provinham dos órgãos da repressão.

Hoje, passados 40 anos, o que a gente vê é que a Câmara de São Paulo desmistifica completamente essa mentira. E nós estamos muito orgulhosos, porque, ao conceder esse título a meu pai, também estamos dizendo que tratava-se de uma pessoa digna, que lutou e devotou sua vida a uma bandeira política muito importante, que é a bandeira da soberania do País, da justiça social, da liberdade (Disponível em: < <http://www.italocardoso.com.br/>>. Acesso em: 1 dez. 2011).

O professor Antônio Candido destacou em sua fala o papel de Marighella para a História do Brasil, afirmando sua condição de herói que deu sua vida por todos os brasileiros, sacrificando-se pelo país.

Marighella foi um grande lutador, que abdicou de sua vida, de suas questões particulares para entrar para a história como um herói nacional, e hoje eu o vejo muito menos como líder de um grupo, mas sim como alguém que transcendeu, em seu sacrifício inabalável pelo Brasil, a nossa história (Disponível em <http://www.italocardoso.com.br/>>. Acesso em: 1 dez. 2011).

Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça afirmou que "quando mataram Marighella queriam matar o socialismo, a crença na justiça social e na igualdade". E ainda: "Quiseram também que o esquecêssemos, e o estigmatizaram como inimigo do povo, e na realidade ele foi um herói de todos nós" (Disponível: <http://www.italocardoso.com.br/>>. Acesso em: 1 dez.2011)

As intervenções que citamos têm três características comuns, que assim poderiam ser sintetizadas: A homenagem veio fazer justiça a Marighella por sua luta em favor da igualdade; a homenagem retira o estigma a que o regime militar o lançou com seu assassinato; Marighella foi um símbolo, um herói do povo brasileiro, ao sacrificar-se.

Passemos a nossa análise para o importante ano de 2011, que teve entre uma de suas marcas as comemorações do centenário de Marighella. Muitas foram as iniciativas para celebrar a memória do revolucionário.

Algumas dessas celebrações foram foco de nosso estudo. Iniciemos pelo pedido formal de desculpas do Estado brasileiro à família Marighella. O ato foi organizado em novembro pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, na cidade de Salvador, Bahia, e teve como momento principal a concessão, por unanimidade, da anistia política ao líder guerrilheiro.

Em matéria publicada no dia anterior ao evento, o Jornal O Globo descreveu da seguinte forma a iniciativa:

A homenagem acontecerá no Teatro Vila Velha, a partir das 15h. A família entrará com o pedido de anistia política neste ano, e o processo será julgado no evento. Não houve pedido de indenização. Na ocasião, também será lançado o Pró Memorial Marighella Vive, que irá reunir acervo sobre o ex-líder da ALN. Ainda em razão do centenário, no dia 15 de dezembro ocorrerá um evento na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio. Vão participar também a OAB, o MST, o Grupo Tortura Nunca Mais, a Fundação Dinarco Reis (ligada ao PCB) e a Rede Democrática (<http://oglobo.globo.com/pais/marighella-sera-homenageado-pela-comissao-de-anistia>>/. Acesso em: 4 dez. 2011).

À sessão compareceram o governador da Bahia, Jacques Wagner, o ex-ministro Waldir Pires, senadores, deputados e militantes sociais. O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, não pôde comparecer mas gravou um vídeo que foi reproduzido durante a sessão.

O Estado brasileiro, que um dia perseguiu e assassinou Marighella, pediu enfim desculpas e o anistiou. A presença de tantas autoridades e políticos revela o quanto a História dá suas reviravoltas, e a memória coletiva se transforma à medida que os diversos grupos sociais disputam espaço na sociedade.

Em relação ao direito de reparação, Glenda Mezarobba (2010) assim refere-se ao tema:

[...] os estados têm a obrigação não apenas de agir contra aqueles que violam os direitos humanos, mas também em prol das vítimas. E uma das maneiras de se fazer é exatamente por meio de esforços reparatórios, que não se limitam ao pagamento de indenizações (...), mas também incluem a restituição de direitos legais, programas de reabilitação que abrangem aconselhamento emocional, terapia e assistência médica, além de medidas simbólicas (que praticamente não foram adotadas no Brasil) como a reabilitação pública do nome das vítimas, o envio, por parte do Presidente da República, de cartas com pedidos oficiais de desculpas, a designação de espaços públicos dedicados à memória das vítimas e o estabelecimento de datas e cerimônias de celebração (MEZAROBBA, 2010, p. 114 e 115).

Apesar de as Forças Armadas não terem se manifestado oficialmente, Clóvis Bandeira, 1º vice-presidente do Clube Militar, protestou, "É mais um ato de glorificação dos terroristas e um desaforo com quem lutou contra tudo isso" (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1017055-governo-aprova-anistia-para-carlos-marighella/>). Acesso em: 18 dez. 2011).

Ainda relacionado ao centenário de Marighella, de iniciativa dos deputados federais Emiliano José (PT-SP) e Edson Silva (PT-RJ), o Projeto de Lei nº 1771/2011 foi apresentado na Câmara de Deputados tendo como objetivo escrever o nome de Carlos Marighella, e também o de Luíz Carlos Prestes, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia em Brasília. Isso, na prática, significará o reconhecimento estatal de que ambos são heróis do povo brasileiro.

A título de esclarecimento, o Panteão da Pátria e da Liberdade foi inaugurado em 1986, durante o governo de José Sarney, tendo sido criado para, de acordo com o site da Secretaria de Cultura do governo de Brasília, "homenagear os heróis nacionais, ou seja, aqueles brasileiros que possuíram ideais de liberdade e democracia" (http://www.sc.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=66&Itemid=81). Acesso em: 29 nov. 2011).

Os nomes dos homenageados constam no Livro de Aço ou Livro do Panteão da Pátria, o que lhes garante o status de heróis nacionais. Entre aqueles que receberam a honraria estão figuras como o Imperador Dom Pedro I, os militares Deodoro da Fonseca e o Duque de Caxias, e personagens históricos como José Bonifácio, Santos Dumont, Joaquim José da Silva Xavier e Zumbi dos Palmares.

Para Emiliano José, “eles (Marighella e Prestes) estão entre os principais nomes da luta revolucionária, comunista, democrática, patriótica e socialista no País. Seus nomes jamais serão apagados da história, da memória do povo brasileiro”. Ainda segundo o deputado baiano,

até o fim da vida se dedicaram à luta democrática. Se encontraram na reta final da vida. O essencial é que foram lutadores da liberdade e democracia, independente das diferenças momentâneas”, diz o parlamentar, confiante na aprovação da proposição (http://www.informes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8095:mariguella&catid=1:latest-news&Itemid=108/). Acesso em: 17 mar. 2012).

Temos assim que a proposição justifica-se, na avaliação de Emiliano José, em razão das histórias de lutas de Marighella e Prestes, razão pela qual ambos têm, na concepção do deputado, seus nomes gravados na memória do povo brasileiro. Tanto na proposição quanto na sua justificativa temos dois elementos que se destacam: a identificação da luta revolucionária de Marighella com o conceito de democracia e sua caracterização enquanto herói.

O projeto foi encaminhado pelas comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania, conforme o Art. 54 RICD, estando sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, de acordo com Art. 24 II.²⁴

Além das iniciativas às quais nos referimos, estavam previstas homenagens ao centenário de Marighella em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Os responsáveis por essas homenagens foram desde centros acadêmicos, prefeituras, partidos políticos, entidades e movimentos sociais.

Ainda dentro do espírito que cerca o centenário de Marighella foram produzidos dois documentários em 2011, um deles intitulado “Marighella”, dirigido por sua sobrinha, a cineasta Isa Grispum Ferraz.

A produção lança um olhar intimista sobre Carlos Marighella, e em 1h40 min conta com depoimentos de familiares e antigos companheiros e militantes históricos da esquerda. O lançamento do documentário em circuito nacional está previsto para o primeiro semestre de 2012. Antes disso, “Marighella” será exibido em festivais de cinema.

²⁴ Art. 54. Será terminativo o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quanto ao Art. 24, este estabelece a competência das comissões permanentes da Câmara Federal.

O destaque de sua trilha sonora é o rapper Mano Brown, do grupo Racionais MC's, autor da música em homenagem ao revolucionário que encerra o documentário. Além de fazer sucesso em rádios alternativas e comunitárias, a música pode ser ouvida em diversos vídeos postados no Youtube (<http://www.youtube.com/watch?v=iwGkohFIDrw>. Acesso em 2 dez. 2011).

Em entrevista à Folha de S.Paulo, Mano Brown falou sobre Marighella e sobre porque aceitou participar do documentário. A seguir, trechos dessa entrevista:

Folha - Por que aceitou participar de "Marighella"?

Mano Brown - Só conhecia a lenda. Alguém me falou que em algum detalhe ele parecia comigo. Na luta dele, na ideia. Somos os dois filhos de preto com italiano, e minha família também vem da Bahia.

Quais os paralelos?

Marighella lembra Malcolm X, Public Enemy, Racionais. Muito do que cantamos no rap provavelmente veio dele. Por exemplo, a violência contra a violência. Ele foi proibido de correr pelo certo. Resolveu usar a força, pois só isso resolveria. Tentei traduzir a ideia dele pra rapaziada.

Como enxerga a luta de hoje?

Hoje temos um governo de esquerda. Se Marighella estivesse vivo, provavelmente estaria apoiando Dilma e Lula. Mas a luta continua, as forças contrárias estão atuando (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/961331-marighella-lembra-public-enemy-e-racionais-diz-mano-brown.shtml>>. Acesso em: 2 dez. 2011).

Próprio do processo de heroicização, o personagem histórico se transforma, tornando-se um símbolo, adquirindo significados e dimensões diferentes de sua trajetória inicial. No depoimento de Brown, Marighella se torna um herói dos negros, comparado aos norte-americanos Malcom X e ao grupo de rap Public Enemy.

Em relação às reelaborações da figura de um herói, José Murilo de Carvalho demonstrou, no clássico **A formação das almas**, que muitas são as possíveis apropriações na construção de um mito. Ao analisar a construção de Tiradentes como herói republicano, Carvalho demonstrou as batalhas empreendidas por diversas correntes e projetos políticos em torno do personagem. O herói Tiradentes já não era apenas o inconfidente, haviam-no transformado em muitos Tiradentes, que se metamorfoseavam servindo a propósitos diversos:

O herói republicano por excelência é ambíguo, multifacetado, esquartejado. Disputam-no várias correntes; ele serve à direita, ao centro e à esquerda. Ele é o Cristo e o herói cívico; é o mártir e o libertador; é o civil e o militar; é o símbolo da pátria e o subversivo. A iconografia reflete as hesitações. Com barba ou sem barba, com túnica ou de uniforme, como condenado ou como alferes, contrito ou rebelde: é a batalha por sua imagem, pela imagem da República (CARVALHO, 1990, p.141).

Na análise da letra do rap “Marighella”, encontramos a sempre presente ideia do sacrifício por todos nós. Nos últimos versos Mano Brown se refere ao assassinato do revolucionário na capital paulista:

Essa noite em São Paulo um anjo vai morrer
Por mim, por você, por ter coragem em dizer.

O heroísmo de Marighella também é ressaltado em frases como

Protetor das multidões
Encarnações de célebres malandros
De cérebros brilhantes
Reuniram-se no céu

Ou ainda,
Coisas do Brasil, super-herói, mulato
Defensor dos fracos, assaltante nato²⁵

Marighella se transfigura como um defensor da periferia, dos pobres e negros. Sua luta adquire diversas ênfases, mas em todas em elas é ressaltado seu sacrifício derradeiro na Alameda Casa Branca.

²⁵ Para ter acesso à letra completa indicamos: (< <http://letras.terra.com.br/racionais-mcs/marighella/>> Acesso em 10 mar. 2012

O outro documentário, também lançado em 2011, chama-se “Carlos Marighella: Quem samba fica quem não samba vai embora”, do diretor argentino Carlos Pronzato. Conhecido por produzir filmes de conteúdo político, Pronzato, que vive no Brasil desde 1989, enfoca no documentário os anos de guerrilha de Marighella.

Segundo entrevista concedida por Pronzato à rádio da APP- sindicatos (Associação dos Professores do Paraná), o documentário aborda temas como as responsabilidades na morte de Marighella. O autor enfatiza na projeção o fato de os dominicanos terem sido barbaramente torturados, o que os torna vítimas e não algozes desses acontecimentos.

A polêmica sobre a ALN ser ou não uma organização foquista é debatida no filme. Pronzato procura demonstrar que a organização fundada por Marighella possuía sim um trabalho de massas, tendo, portanto, uma concepção mais ampla que a do foquismo debraysta.

O cineasta destacou que, ao homenagear e falar de Marighella, seu documentário debate também temas como a tortura aos presos políticos e a abertura dos Arquivos da Ditadura Militar.²⁶

A nova configuração para a memória sobre Marighella, em especial sua jornada em direção ao sacrifício, pode ser encontrada, talvez de forma ainda mais contundente, na montagem da peça de teatro “O amargo santo da purificação”, da tribo de atores “Oi nois aqui traveis”, a qual fundada em Porto Alegre em 1978, vem apresentado espetáculos de rua por várias cidades do Brasil desde então.

O espetáculo “O amargo santo da purificação” estreou em 2008. Segundo definição do grupo, trata-se de “uma visão alegórica e barroca da vida, paixão e morte do revolucionário Carlos Marighella”. Reproduzimos abaixo a sinopse da peça:

²⁶ Para acessar a entrevista de Carlos Pronzato indicamos: (< <http://www.appindicato.org.br/Include/Paginas/audio.aspx?id=171/> > Acesso em 10/03/2012).

Para o seu novo trabalho de pesquisa de teatro de rua a Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz escolheu a história do revolucionário brasileiro Carlos Marighella, que viveu e morreu durante períodos críticos da história contemporânea do nosso país, sendo protagonista na luta contra as ditaduras do Estado Novo e do Regime Militar. É uma visão alegórica e barroca da vida, paixão e morte do revolucionário Carlos Marighella. A encenação coletiva para Teatro de Rua conta a história de um herói popular que os setores dominantes tentaram banir da cena nacional durante décadas. Na seqüência de cenas o público assiste momentos importantes desta trajetória: origens na Bahia, juventude, poesia, ditadura do Estado Novo, resistência, prisão, Democracia, Constituinte, clandestinidade, Ditadura Militar, luta armada, morte em emboscada e o resgate histórico, buscando um retrato humano do que foi o Brasil no século XX. É uma história de coragem e ousadia, perseverança e firmeza em todas as convicções. A coerência dos ideais socialistas atravessando uma vida generosa e combatente, de ponta a ponta. Marighella não abdicou ao direito de sonhar com um mundo livre de todas as opressões. Viveu, lutou e morreu por esse sonho (http://www.leouve.com.br/geral/negociosemercados/sesc/ver/sesc_apresentaaaoo_d_o_espetaculo_o_amargo_santo_da_purificacao_de_poa33746.html). Acesso em: 9 dez. 2011).

A sinopse explicita os objetivos da peça e também o recorte temporal no qual o espetáculo se insere. Em relação a seus objetivos, busca-se contar a história de Carlos Marighella, apresentado como um herói popular que as autoridades tentaram banir da história nacional. A peça teatral não se limita a representar os últimos anos de Marighella; ao contrário, a longa trajetória tem início na Bahia e perpassa as diversas etapas de sua vida e militância política.

O texto utiliza-se de vários substantivos para se referir a Marighella: coragem, ousadia, perseverança e firmeza em suas convicções. A coerência de Marighella é explicitada com a afirmação: “não abdicou ao direito de sonhar com um mundo livre de todas as opressões. Viveu, lutou e morreu por esse sonho”.

Em relação ao nosso recorte de estudo, observamos que na peça Marighella é representado como um homem de coragem, que propõe a resistência e está disposto a enfrentar a própria morte.

A cena da prisão de Marighella, em um cinema do Rio de Janeiro em 1964, faz uma analogia entre sua resistência à prisão e a recusa do cangaceiro Corisco em se entregar a Antônio das Mortes. Trata-se de uma das mais famosas cenas do filme “Deus e o Diabo na

Terra do Sol”, de Glauber Rocha, quando o cangaceiro declara seu amor ao povo, preferindo a morte a se submeter.

Do carro da repressão o Gorila-chefe/Ditador grita – Teje preso por ordem do delegado!

Soldados Gorilas cercam Marighella cantam – Te entrega Corisco!

Marighella – Eu não me entrego não! Eu não sou passarinho pra viver lá na prisão.

Soldados Gorilas cantam – Te entrega Corisco!

Marighella – Eu não me entrego não! Não me entrego ao Tenente não me entrego ao Capitão. Eu me entrego só na morte de paralelo na mão.

Gorilas – Te entrega Corisco!

Marighella – Mais fortes são os poderes do povo! (ROTEIRO DO AMARGO SANTO DA PURIFICAÇÃO).

Do carro da repressão um soldado gorila dá um tiro em Marighella, que é atingido. Os soldados gorilas, marcando tempo com os tacos das palmas das suas mãos, cercam e atacam Marighella, que se defende com golpes de capoeira, levando os soldados para trás. Na terceira vez que os soldados fecham o cerco, Marighella tomba. Saem os soldados em marcha na direção do carro.

Os estudantes entram em cena e sofrem com a repressão. A cena se encerra com a promulgação do AI-5. A cena 8 traz repressão, tortura, a polícia política em ação contra o povo. Os comunistas saem de cena, entra o retrato de Stálin de cabeça para baixo, e Marighella do lado esquerdo do palco deixa o partido.

A cena 9 é intitulada Luta Armada, e nela Marighella distribui armas ao povo e propõe a luta armada. As propostas de Marighella são representadas pela fala dos personagens. Destaque é dado também para o que diz o segundo revolucionário, quando nos são apresentados trechos do manifesto escrito por Franklin Martins, do MR-8, quando do sequestro do embaixador norte-americano.

Marighella – Uma vez que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução, não pedimos permissão a ninguém para praticar atos revolucionários e somente temos compromisso com a revolução.

Revolucionário 1 – Queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armamos e nos organizamos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando

terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza da vitória para o meio dos explorados.

Revolucionário 2 – Queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando, ponham as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente (ROTEIRO DE O AMARGO SANTO DA PURIFICAÇÃO).

Na cena, a opção de Marighella pela luta armada é justificada, entendida antes de tudo como resistência contra a opressão e a tirania. Na cena seguinte veremos o desfecho da peça e o clímax da transformação de Marighella em herói do povo brasileiro.

A cena de número 10, intitulada “A morte (1969)”, inicia-se com uma cantiga infantil e apresenta as “lições” para o sucesso de uma sessão de tortura: primeiro, separar os homens para debilitá-los; segundo, tentar fazer o homem falar até cansar; terceiro, quando o limite do homem for alcançado, intensificar a tortura; e por fim a quarta lição: levar o homem a exaustão até que perca a razão.

A repressão é representada por soldados gorilas torturando uma pessoa, que em determinado momento grita: Alameda Casa Branca. O papel da tortura aos dominicanos é realçado para mostrar o sucesso da operação policial que assassinou Marighella.

Ouvem-se sons de rua, narração de futebol. A repressão policial começa a montar o cerco na rua. Um casal de ratos fica na esquina se fazendo passar por namorados. Da gravação ouvem-se passos, e entra Marighella, que pára no meio da rua. Surgem os policiais ratos e soldados gorilas. *In off*, ouve-se um tiroteio. Dá-se o silêncio. O rato branco se aproxima e dispara o tiro de misericórdia. Marighella cambaleia e todos saem de cena.

Antes de morrer Marighella afirma:

Não pretendo nada. Nem flores, louvores, triunfos. Nada de nada. Somente um protesto, uma brecha no muro. E fazer ecoar, com voz surda que seja, e sem outro valor, o que se esconde no peito. No fundo da alma de milhões de sufocados. Algo por onde possa filtrar o pensamento, a ideia que puseram no cárcere. (ROTEIRO DE O AMARGO SANTO DA PURIFICAÇÃO).

Marighella morre. Ao lado de Iansã, entra Clara Sharf, que segura o corpo de Marighella, formando uma “Pietà”. Aqui a morte do guerrilheiro é entendida em termos de

sacrifício, ao enfrentar a morte e doar sua vida pela causa. O espetáculo apresenta uma sacralização da luta e da morte de Marighella .

No final, assim como um Cristo, Marighella vence a morte, não por meio da ressurreição, mas ao ver sua causa vencedora, representada na última cena, quando acontece a abertura dos arquivos da ditadura e a verdade histórica vem à tona.

O carro, até então utilizado pela repressão, transforma-se num grande arquivo. Explode do alto do arquivo uma chuva de papéis picados vermelhos com nomes de mortos e desaparecidos. Do arquivo sai uma menina de vestido branco com balões coloridos. Entram os atores.

O espetáculo se encerra com a mais famosa poesia de autoria de Carlos Marighella, “Rondó da Liberdade”.

É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer.
 Há os que têm vocação para escravo,
 Mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão.
 Não ficar de joelhos, que não é racional renunciar a ser livre.
 Mesmo os escravos por vocação devem ser obrigados a ser livres,
 Quando as algemas forem quebradas
 É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer.
 O homem deve ser livre.
 O amor é que não se detém ante nenhum obstáculo.
 E pode mesmo existir até quando não se é livre e, no entanto, ele é em si mesmo...
 A expressão mais elevada
 Do que houver de mais livre em todas as gamas do humano sentimento.
 É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer (ROTEIRO DO AMARGO
 SANTO DA PURIFICAÇÃO).

Esses atos, homenagens e representações trazem, sem dúvida, uma nova configuração ao nosso debate. A imagem de Marighella ganha uma nova dimensão. O terrorista a que o discurso oficial se referia nos tempos de ditadura foi eclipsado para dar lugar ao herói, aquele que entrega sua vida por todos nós.

Para a compreensão desse processo faz-se necessário nos lembrarmos, com Halbwachs, de que não existe memória isolada dos campos, e que é a partir dos campos que

acontece a reconstrução da memória. No caso específico a que nos referimos, a disputa se dá entre os campos de esquerda e os campos à direita do espectro político.²⁷

Já que a memória é construída por meio da ação dos grupos dos quais se pertence, para Ludmila da Silva Catela (2001) rituais e comemorações revelam momentos em que as ações grupais conseguem causar impacto na memória coletiva. Ou, dizendo de outra forma, homenagens como o ato de nomear uma rua, uma comemoração tornada oficial e a concessão de um título de cidadania fazem parte da disputa pela memória. Trata-se de um momento onde as ações coletivas procuram legitimar suas visões de mundo no processo de embate político.

No entanto, para Ludmila da Silva Catela a legitimidade desses rituais e lugares de consagração somente é obtida, mantida e reproduzida, a partir de determinadas condições:

...por meio de disputas, num movimento de reapropriação e ressignificação simbólica, que reúne e confronta os diversos grupos que utilizaram tais datas para se opor à história oficial, reivindicar lutas, denunciar males da comunidade, propor fórmulas de salvação (DA SILVA CATELA, 2001, p.206).

E acrescenta:

Ao selecionar os acontecimentos importantes no passado da nação, comemorações históricas fixam memórias, ensinam, inculcam identidades. Monumentos, homenagens, atos por mortos pela pátria e nas datas pátrias demarcam tópicos na memória coletiva (DA SILVA CATELA, 2001, p.205).

De acordo com Michael Pollak (1989), quando se constroem memórias nacionais e elas são atualizadas por meio de rituais, essa referência ao passado tem como objetivo manter a coesão dos grupos e instituições que fazem parte da sociedade, e ao mesmo definir aspectos que se completam, além de marcar oposições irredutíveis.

²⁷ Por exemplo, no campo político conservador, Reinaldo Azevedo, reconhecido representante da direita brasileira, jornalista e articulista da revista “Veja”, costuma se referir a Carlos Marighella com adjetivos como “bandido”, “homicida” e “facinora” em seus textos publicados, o que demonstra que a disputa em torno da memória do revolucionário continua acontecendo. Para acessar artigos de Reinaldo Azevedo ver: (<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/comissao-da-verdade-dem-cumpra-a-funcao-que-lhe-atribui-a-democracia-e-e-patrolhado-por-isso/>. Acesso em: 26 mar.2012).

Ao apresentarmos algumas reflexões sobre o simbolismo e os objetivos de comemoração e homenagens, procuramos demonstrar sua importância para a construção e a manutenção da memória coletiva de uma nação. Lembremo-nos das afirmações de Pollak sobre a persistência de memórias clandestinas, que se opõem e rivalizam com a memória oficial dominante.

Afirmamos isso para frisar que a construção de uma memória coletiva sobre a vida e a morte de Carlos Marighella, é fruto de uma disputa de décadas entre memórias opostas e excludentes. Se atualmente o campo político responsável pela representação de um Marighella heroico e combatente pela democracia conquistou maior espaço na sociedade, isso não significa que, em campos à direita, o líder da ALN ainda não seja visto de maneira bastante semelhante à imagem que a ditadura construiu e setores da imprensa reproduziram durante décadas.

CONCLUSÕES

Em nossa pesquisa estudamos a disputa de memória em torno da imagem pública de Carlos Marighella. De terrorista e criminoso no discurso oficial da ditadura e na imprensa alinhada, pudemos verificar transformações nas novas representações constituídas sobre ele.

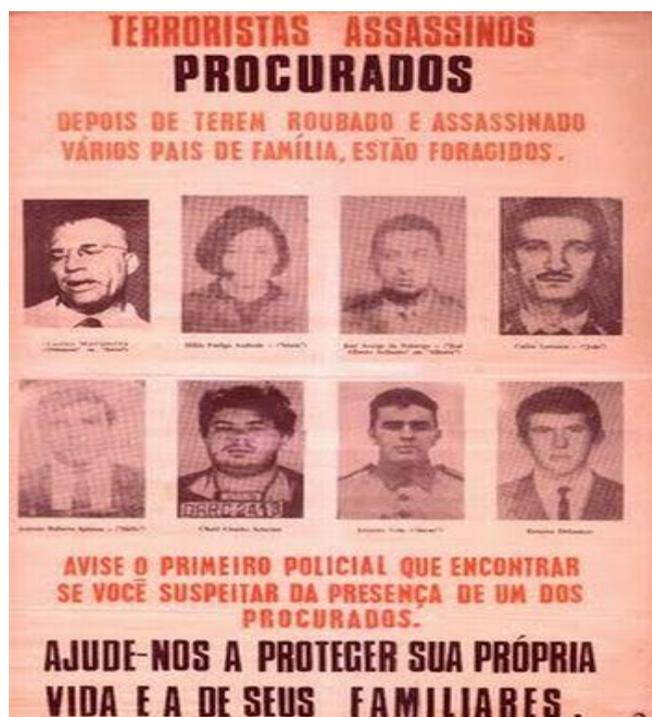
Após um processo lento, a memória coletiva sobre “o inimigo número um” sofreu uma grande metamorfose. Marighella é hoje símbolo da resistência contra a ditadura militar e é apontado como herói do povo brasileiro. Para isso têm contribuído: 1) o reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado em sua morte; 2) uma releitura de seu assassinato, interpretado em termos de sacrifício por uma causa e por seu povo; 3) também algumas das características pessoais de Marighella, como a inegável coragem e o destemor servem como base para a construção do mito do herói nacional.

Em relação a nossa pesquisa, consideramos nossos objetivos alcançados, uma vez que estudamos a constituição e disseminação da versão oficial sobre a morte de Marighella, e analisamos também a disputa política em torno da memória do personagem realizada por familiares e militantes de esquerda durante o processo de contestação à memória oficial. Fruto das batalhas de memórias empreendidas por campos políticos e ideológicos, as novas configurações para a luta política de Marighella estão ligadas às mudanças políticas e sociais pelas quais a sociedade brasileira passou ao longo das últimas décadas.

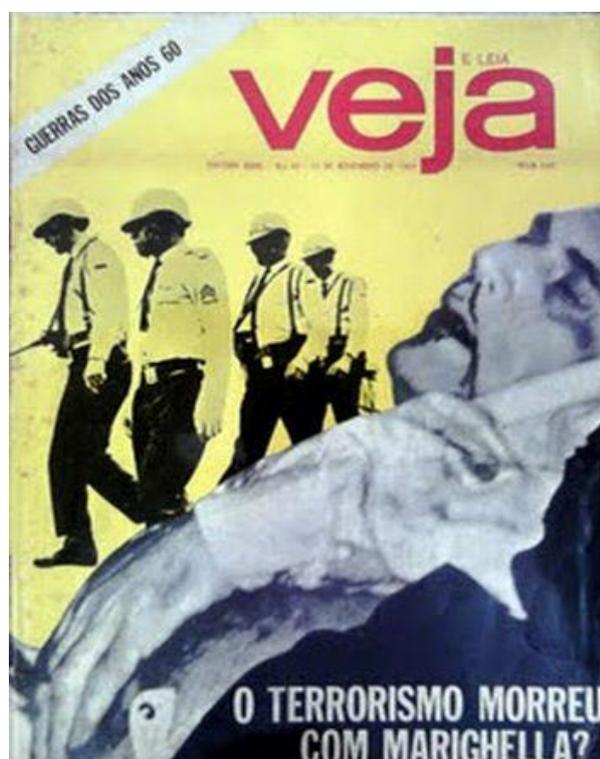
Por outro lado, mesmo tornada oficial essa memória coletiva continua em disputa, e as batalhas pela memória da ditadura e da guerra de guerrilhas prosseguem em pleno vapor entre os campos de esquerda e direita.

Mesmo fazendo essas ressalvas, podemos concluir que as novas representações de Carlos Marighella fazem parte, hoje, de uma memória coletiva nacional, o que podemos verificar por meio de homenagens diversas, e que de forma geral têm a chancela do Estado brasileiro. Na disputa pela hegemonia, o Marighella herói nacional, que deu a vida por todos nós, tem sobrepujado a imagem do terrorista e inimigo público.

ANEXOS



Cartaz dos órgãos de repressão política. Marighella é o primeiro da esquerda para a direita. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=36990>. Acesso em 14 de jun.de 2012.



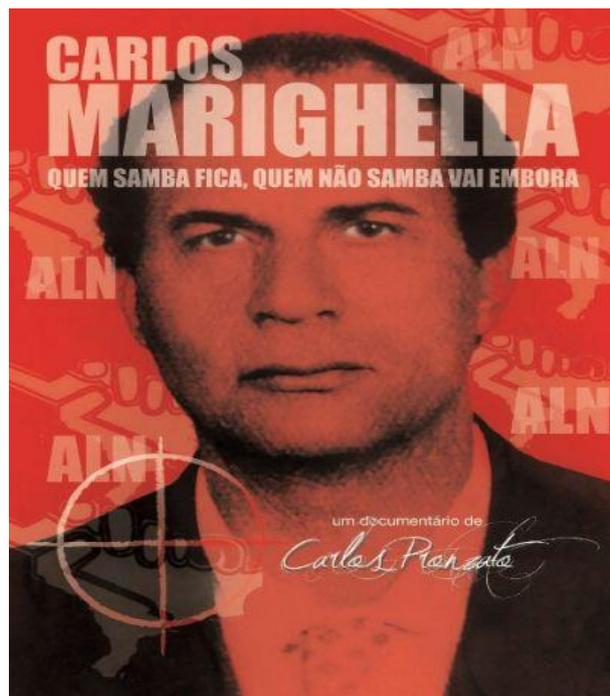
Capa da revista “Veja”, (edição 62, 12 nov. 1969) sobre a morte de Marighella. (Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=36990>. Acesso em 14 de jun. de 2012).



Convite para a Sessão Solene que entregou o Título de Cidadão Paulistano a Marighella em 4 de novembro de 2009, na cidade de São Paulo. (Disponível em: http://observatoriodeopinioes.blogspot.com/2009_10_01_archive.html. Acesso em 18 de dez. de 2011).



Foto de divulgação do documentário: Marighella. Nela vemos Marighella em família, tendo ao seu lado a companheira Clara Sharf e a sobrinha Isa Grispaum Ferraz, diretora do filme, no seu ombro. (Disponível em: <http://luizap.blogspot.com/2011/10/marighella-filme-documentario-e-lancado.html>. Acesso em 30 de dez. 2011).



CONVITE

A ASSUFBA tem a honra de convidá-lo (a) para a estréia do documentário “Carlos Marighella, quem samba fica, quem não samba vai embora”, uma homenagem ao centenário de nascimento do militante político comunista baiano, morto durante a ditadura militar. O lançamento do documentário será no dia 05 de dezembro, às 10h, na Sala de Cinema da UFBA.

Atenciosamente,

Renato Jorge Pinto
Renato Jorge Pinto

Coordenador Geral ASSUFBA Sindicato



Cartaz de divulgação do documentário Carlos Marighella: Quem samba fica quem não samba vai embora, que estreou nos cinemas em 2011. (Disponível em: <http://www.bocaonews.com.br/noticias/politica/geral/24906,marighella-vai-receber-homenagem.html>. Acesso em 18 de dez.de 2011).



Cartaz de divulgação do documentário: “Marighella: retrato falado do guerrilheiro”, de Sílvio Tandler. (Disponível em: <http://ananindeuadebates.blogspot.com/2011/11/centenario-de-marighella.html/>> . Acesso em 18 de dezembro de 2011).



Exposição no Rio de Janeiro ocorrida em 2010. (Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16262&editoria_id=12. Acesso em 18 de dez.de 2011).



Cartaz do evento organizado pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça que concedeu a anistia política à Carlos Marighella no dia 5 de novembro de 2011 (Disponível em: <http://www.aatr.org.br/site/noticias/ver.asp?id=100>. Acesso em 30 de dez. 2011).

REFERÊNCIAS

- ABREU, HUGO. **Tempo de crise**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARROS, José D'Assunção. **A História cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Revista Diálogos, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República**. 2001. 288 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2008.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. In: FERREIRA, Jorge & NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação Marumbi na terra das Araucárias**. Maringá: Eduem, 2009.
- CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CARVALHO FILHO, Luís Francisco da Silva. Relatório do processo de Carlos Marighella. In: TELES, Janaina. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade**. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHAL, Juliana Pinto. Maurice Halbwachs e a questão da Memória. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá. n. 56. Jan. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/>>. Acesso em : 10 fev. 2012.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural – entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**. 2ª ed.rev. São Paulo: imprensa oficial, 2009.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1944-1985**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record , 1999.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira**. 2a. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DA SILVA CATELA, Ludimila. **Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares dos desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares & SOARES, Gláucio Ary Dillon & CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume – Damará, 1994.

DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução?** São Paulo: Latino-Americana, 1967.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: Temporalidades e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois**. Bauru: Edusc, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná**. Maringá: Eduem, 2003.

DIAS, Reginaldo Benedito. A máscara chinesa: Notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 153 – 175, jan. / jul. 2010.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira**. 2012. No prelo.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: imprensa oficial, 2009.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme “Batismo de Sangue”**. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Rio de Janeiro: Eduff, 2002.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e contraversões sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: o livro secreto da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FREI BETTO. **Batismo de sangue**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GARCIA, Marco Aurélio. Como surge a esquerda armada brasileira. **Em tempo**, São Paulo, n. 81, 19 set. 1979.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira das ilusões à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JOFFILY, Mariana; SCHLATTER, Sergio Luís. Entrevista com o Professor Doutor Daniel Aarão Reis Filho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 3, n. 1, pp. 239 – 255, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/tempoeargumento>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**, Lisboa: Estampa, 1994.

LIMA FILHO, Antonio Guedes de. **Resistência ou conformismo?** A ruptura de Carlos Marighella com o PCB e as razões da ALN (1958-1964). Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2003.

LIVRO NEGRO DA DITADURA MILITAR. Ação Popular Marxista-Leninista, 1972.

MACIEL, Wilma Antunes. **Repressão judicial no Brasil: O Capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)**. 2003. 184 f. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo. 2003.

MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de Mattos. **Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969 – 1979**. 2002. 169 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

MAUÉS, Flamarion. **Os livros de denúncia da tortura após o golpe militar**. Cadernos Cedem, Marília, v. 2, p. 47-59, 2011.

MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o governo Costa e Silva**. Guavira, 1979.

MEZAROBBA, Glenda. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In TELES, E. & SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Bomtempo, 1999.

MUNHOZ, Sidney. **Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)**. Revista Diálogos, Maringá, vol. 6, n. 1. 2002.

NOVA, CRISTIANE; NÓVOA, JORGE. Genealogias, Transversalidades e Rupturas de Carlos Marighella. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. (org). **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: UNESP, 1999.

ORVIL. Disponível em: www.verdadesufocada.com. Acesso em: 18 dez. 2011.

PEREIRA, Rogério Silva. **Inaugurando o Brasil contemporâneo: “Batismo de sangue”, gênero híbrido?** In: Congresso Internacional da ABRALIC, XI, USP, São Paulo. 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p.3-13.

POMAR, Pedro. **O massacre da Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M (coord.). **Usos & Abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PRIORI, Angelo Aparecido. **O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo**. 1. ed. Maringá: Eduem, 2011.

RAUTENBERG, Edina. A revista Veja e os grupos guerrilheiros no Brasil (1968/1972). **Revista História & Luta de Classes**, v. Ano 06, p. 44-50, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS FILHO, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo. & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois. Bauru : Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução**: documentos das organizações clandestinas de esquerda nos anos de 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RÉMOND, Rene. (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: Ferreira, Jorge & Reis Filho, Daniel Aarão. (orgs.). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: João Roberto Martins Filho (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: UFSCar, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie, 1968-1974”. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. **A ALN e Cuba**: apoio e conflito. Cadernos AEL: tempo de ditadura. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v.8, n14/15, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/ Contexto, vol. 15, número 30, 1995.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SALES, Jean Rodrigues. **A Ação Libertadora Nacional**: a revolução cubana e a luta armada no Brasil. Tempo (online). 2009, vol.14, número 22, pp. 199-217.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras** (1959-1974). Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SANDRI, Luiz Antonio. **Um revolucionário legal**: a atuação parlamentar do deputado Carlos Marighella na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. 2009. 50 f. Dissertação (Bacharelado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, 2007.

SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos, a face oculta de Marighella**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA JUNIOR, Edson Teixeira. **Um combate ao silêncio**: A ação libertadora nacional (ALN) e a repressão política. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SILVA, Luís Henrique de Castro. **O revolucionário da convicção** – Joaquim Câmara Ferreira: o velho Zinho. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Marcos. Reinterar a dor? Ditadura no Brasil em Ensino de História, Memória e Cinema (Batismo de Sangue). In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). **Olhares sobre narrativas visuais**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

SIMAS, Mário. **Gritos de justiça**: Brasil, 1963-1979. São Paulo: FTD, 1986.

SIRKYS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKIDMORE, THOMAS. **Brasil**: De Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo**: Vida e morte do delegado Fleury. São Paulo: Globo, 2003.

VASCONCELOS, Claudio Beserra de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, jan./jun. p. 65-84. 2009.

VIANA FILHO, Luiz. **As memórias do Senador Daniel Krieger**. Brasília: Senado Federal, 1977.

VOGLER, Christopher. **A jornada do escritor**: estruturas míticas para escritores. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

FILME, DOCUMENTÁRIO E PEÇA DE TEATRO

Batismo de sangue. Produção e Direção de Helvécio Ratton. Brasil: 2007, 110 min., son., color.

Marighella - retrato falado do guerrilheiro. Direção e Roteiro de Silvio Tendler. Brasil: 2001, 56 min., son., color.

O amargo Santo da Purificação. Oi nois aqui traveis. Roteiro da peça.

JORNAIS

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXIX, n.181, 5 nov. 1969. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691105&printsec=frontpage&hl=en/>. Acesso em: 23 jun. 2011.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXIX, n.182, 6 nov. 1969. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691106&printsec=frontpage&hl=en/>. Acesso em: 23 jun. 2011.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXIX, n.183, 7 nov. 1969. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691107&printsec=frontpage&hl=en/>. Acesso em: 23 jun. 2011.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXIX, n.184, 8 nov. 1969. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19691108&printsec=frontpage&hl=en/>. Acesso em: 24 jun. 2011.

REVISTAS

“**A caçada**”. “O general França comanda milhares de policiais em todo o país que estão à procura do líder comunista Carlos Marighella”, Veja, São Paulo, ed. 11, 20 de novembro de 1968. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> . Acesso em: 10 abr. 2011.

“**Estratégia para matar o terror**”. Veja, São Paulo, ed. 62, 11 de novembro 1969. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 13 abr. 2011.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

“Câmara concede título de cidadão paulistano à Carlos Marighella”. (Disponível em: < <http://www.camara.sp.gov.br/>>.) Acesso em: 26 mar. 2012.

“Comissão da verdade: DEM cumpre a função que lhe atribui a democracia e é patrulhado por isso”. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/comissao-da-verdade-dem-cumpre-a-funcao-que-lhe-atribui-a-democracia-e-e-patrulhado-por-isso/>>. Acesso em 26 mar. 2012.

“Especial Marighella”. Disponível em: < <http://www.appsindicato.org.br/>>. Acesso em: 26 mar.2012.

“Governo aprova anistia para Carlos Marighella”. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1017055-governo-aprova-anistia-para-carlos-marighella.shtml/>>. Acesso em 26 mar.2012.

“Limites a Chávez”. Folha de S. Paulo, editorial de 17 de fevereiro de 2009. Disponível em: < <http://www.nucleodenoticias.com.br/2009/02/27/leia-na-integrao-polemico-editorial-da-folha-de-s-paulo/>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

“Lula chama Marighella, morto há 40 anos, de herói”. Disponível: < <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-chama-marighella-morto-ha-40-anos-de-heroi,460692,0.htm/>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

“Marighella e Prestes entrarão para o livro Heróis da Pátria”. Site do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal. Disponível em: < http://www.informes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8095:mariguella&catid=1:latest-news&Itemid=108>. Acesso em: 26 mar.2012.

“Marighella lembra Public Enemy e Racionais, diz Mano Brown”. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/961331-marighella-lembra-public-enemy-e-racionais-diz-mano-brown.shtml/>>. Acesso em: 2 dez.2012.

“Marighella”. Racionais Mc’s. Disponível em: < <http://letras.terra.com.br/racionais-mcs/marighella/>>. Acesso em: 26 mar.2012.

“Marighella será homenageado pela Comissão de Anistia”. Disponível: <<http://oglobo.globo.com/pais/marighella-sera-homenageado-pela-comissao-de-anistia-3379068/>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

“Panteão da Pátria”. Disponível em: <http://www.sc.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=66&Itemid=81/>. Acesso em: 26 mar.2012.

“Rua Estela Borges Morato”. Disponível em:
<<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx>>. Acesso em 26 mar. 2012.

“SESC: Apresentação do espetáculo O Amargo Santo da Purificação de POA”. Disponível em:
<http://www.leouve.com.br/geral/negociosemercados/sesc/ver/sesc_apresentaaao_do_espetaculo_o_amargo_santo_da_purificaaao_de_poa-33746.html>. Acesso em 12 dez. 2012.